

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 2 de Novembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1144 • Director: Carlos Brito

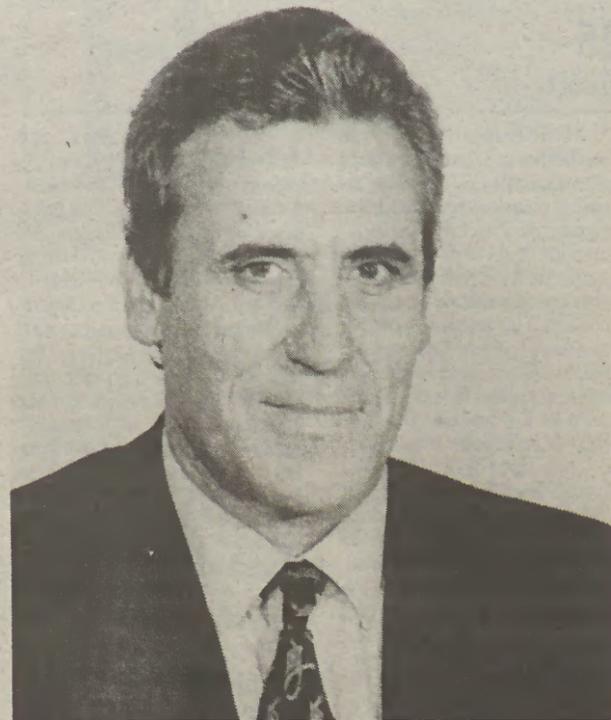
Modalidades da moeda única

• Sérgio Ribeiro

Págs. 10/11

Comité Central do PCP decidiu

JERÓNIMO DE SOUSA CANDIDATO ÀS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Pág. 5

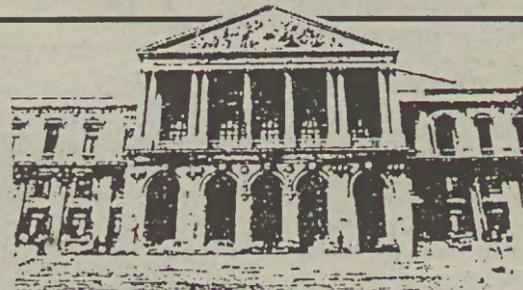
Álvaro Cunhal

no colóquio da CGTP

Movimento Sindical

mais necessário que nunca

Págs. 15/16/17



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Comunistas apresentam prioridades legislativas

Centrais



Jerónimo de Sousa é o candidato do PCP a PR

RESUMO

25 Quarta-feira

Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, participa num colóquio da CGTP, na sede nacional da central sindical, em Lisboa, no quadro das comemorações do 25º aniversário desta central sindical ■ A Associação Académica de Lisboa aprova por unanimidade uma moção de boicote à lei das propinas ■ Primeiro dia do Encontro Nacional sobre stress traumático, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa ■ Inicia-se a 28ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris ■ Congresso dos EUA reconhece Jerusalém como capital de Israel ■ O Presidente São-Tomense, Miguel Trovoada, afirma que está a ser alvo de ameaças de morte ■ O número de crimes cometidos na Rússia aumentou em 10% desde o ano de 1994 ■ Os ministros do Ambiente dos países europeus, após uma reunião em Sófia, comprometem-se em encerrar as instalações nucleares que não cumprem as normas de segurança ■ Felipe González, chefe do governo espanhol, sofre a primeira derrota parlamentar em 13 anos de poder: o orçamento de Estado para o ano de 96 é rejeitado pelos deputados. O PSOE, de Felipe Gonzalez, votou isolado, tendo toda a oposição contra si.

26 Quinta-feira

Decorre em Lisboa, o último de uma série de colóquios realizados pela CGTP, este subordinado ao tema "As mulheres trabalhadoras nos 25 anos da CGTP" ■ O Deputado do PCP, João Amaral, é o candidato indicado pelo grupo parlamentar comunista para a vice-presidência da Assembleia da República ■ Nelson Mandela afirma que não vai atribuir amnistia aos elementos da extrema direita sul-africana envolvida em atentados bombistas ■ É aprovado o orçamento da União Europeia para a agricultura ■ O Conselho de Ministros das pescas da UE aprova as indemnizações para os portugueses e espanhóis que não podem operar nas águas marroquinas ■ O presidente da Rússia, Boris Ieltsin, é hospitalizado devido a problemas cardíacos ■ Um porta-voz das forças russas afirma que estas vão exercer represálias sobre os tchetchenos, na sequência da morte de 19 russos no Sueste da Tchetchénia.

27 Sexta-feira

A Assembleia da República eleita a 1 de Outubro reúne-se pela primeira vez para verificar se os deputados estão em condições de exercer o seu mandato ■ Os agricultores interrompem a construção do gasoduto em Famalicão, exigindo que sejam feitos estudos prévios sobre as obras da Transgás ■ Os alunos de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto manifestam-se em frente à reitoria; em causa está o atraso da abertura das aulas ■ Um tribunal de Milão condena 22 políticos italianos, incluindo o antigo primeiro-ministro Bettino Craxi, por comprovada ligação à Máfia e a prática de diversos crimes de corrupção ■ Os EUA e a Rússia chegam a acordo parcial sobre a participação de tropas russas na futura força de paz com a Bósnia ■ Em Montreal os defensores da unidade canadiana, vindos de diferentes países, realizam manifestação contra a independência de Quebec.

28 Sábado

Carlos Carvalhas, após reunião do Comité Central do PCP, anuncia em conferência de imprensa a candidatura de Jerónimo de Sousa à Presidência da República ■ Realiza-se a cerimónia de posse do novo Governo socialista ■ Incêndio no metro de Baku provoca 289 mortos e 150 feridos ■ O terceiro ensaio nuclear francês no Pacífico, ordenado já por Chirac, provoca protestos em vários países ■ Bill Clinton anuncia que vai vetar o projecto de lei de finanças aprovado pelo Senado norte-americano da autoria dos republicanos, que prevê equilíbrio orçamental até ao final do século ■ Último dia do colóquio sobre "sexismo e feminismo em Portugal" na Curia.

29 Domingo

O Sindicato dos professores da Região Centro pede ao Governo um comportamento negociante assente no diálogo ■ Eleições legislativas multipartidárias na Tanzânia, pela primeira vez em 34 anos de independência ■ Realizam-se eleições municipais na Bulgária ■ A Comissão Eleitoral Central russa proíbe o principal partido reformista de participar nas eleições legislativas de 17 de Dezembro próximo ■ Palestinos acusam agentes israelitas de terem morto o chefe do Jihad Islâmica, ameaçando vingança ■ A Croácia vai hoje às urnas em eleições legislativas antecipadas ■ Os índios do Quebec, os principais aliados dos federalistas, defendem a não separação do Canadá.

30 Segunda-feira

Em cerimónia realizada no Palácio Nacional da Ajuda tomam posse, perante o Presidente da República, os secretários de Estado que faltavam para completar o elenco governativo do PS chefiado por António Guterres ■ João Amaral, vice-presidente da bancada comunista na Assembleia da República, anuncia que o PCP vai propor amanhã, na conferência de líderes parlamentares, a abertura urgente de um processo de revisão constitucional para consagrar a possibilidade do referendo do Tratado da União Europeia ■ O Partido Socialista Búlgaro (PSB, antigo Partido Comunista Búlgaro) ganha as eleições autárquicas de ontem, com 42% dos votos contra 24% da União das Forças Democráticas (UDF); o PSB não só consolidou a sua posição nas regiões rurais, como afastou a UDF do poder na maioria das cidades, à excepção de Sofia, a capital, e dois outros centros urbanos importantes, Plovdiv e Varna ■ Na cimeira franco-britânica realizada em Londres, o primeiro-ministro inglês John Major dá o seu apoio expresso ao presidente francês Jacques Chirac na questão dos ensaios nucleares no atol de Mururoa, enquanto fortes protestos ambientalistas viajavam, no exterior do local do encontro, os dois chefes de Estado ■ Uma televisão pública de Baku, no Azerbaijão, anuncia que o incêndio no metropolitano desta cidade, que fez anteontem cerca de 300 mortos, foi de origem criminoso, supondo-se que o incêndio resultou de uma bomba e que as vítimas foram asfixiadas por um gás venenoso, à semelhança do que ocorreu no metropolitano de Tóquio.

Tomar a iniciativa

O PCP intervém na actualidade política com duas importantes iniciativas: a apresentação da candidatura de Jerónimo de Sousa nas eleições para a Presidência da República; a apresentação em conferência de imprensa do seu Grupo Parlamentar do primeiro conjunto de projectos de lei, de resolução e de deliberação, na Assembleia da República.

Em ambas as iniciativas, a assumida no campo das eleições presidenciais e a desencadeada no domínio da acção parlamentar, distingue-se como relevante preocupação comum a de combater a direita e a política de direita e contribuir, afirmando objectivos e valores de esquerda, para uma nova política no nosso país.

Em relação às presidenciais, o Comité Central esclareceu «que o objectivo político fundamental da candidatura do PCP é o de contribuir para a derrota do candidato da direita Cavaco Silva e dos seus planos de recuperação do poder político e o de contribuir para que a Presidência da República desempenhe um importante papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático alcançado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição.»

Para a realização deste objectivo o PCP, que «não se revê politicamente» nas duas candidaturas que estão no terreno, sem deixar de salientar as grandes diferenças entre elas, optando por ter a sua própria voz, incentiva e estimula o debate e nele se propõe participar da forma mais activa para que fiquem claras perante o país as funções e as competências do Presidente da República no nosso sistema constitucional, bem como as grandes questões nacionais em que lhe compete intervir e o sentido em que o deve fazer.

Reveste um especial interesse, a este respeito, a elencagem destas grandes questões já adiantadas na «Resolução do Comité Central do PCP sobre as eleições presidenciais», que publicamos na íntegra na presente edição do «Avante!».

A candidatura de Jerónimo de Sousa, um destacado dirigente comunista que combina uma larga experiência no movimento e na luta dos trabalhadores, com uma intervenção institucional de muitos anos, como deputado na Assembleia da República, corresponde inteiramente às exigências dos objectivos que o PCP se fixou nas presidenciais. É necessário, no entanto, que todo o Partido sinta como sua esta tarefa e

desenvolva as acções e as iniciativas de apoio mais apropriadas à concretização da sua principal finalidade que é a de contribuir para assegurar a derrota de Cavaco Silva.

Em relação à iniciativa desencadeada no domínio parlamentar importa muito especialmente salientar que o PCP foi o primeiro a fazê-lo e que o fez em plena coerência com as posições que sustentou durante a campanha eleitoral.

Ao fazer o anúncio dos projectos de lei, de deliberação e de resolução que o PCP vai apresentar de imediato na Assembleia da República, Octávio Teixeira salientou: «Este conjunto de iniciativas pretende deixar bem claro, e

Em ambas as iniciativas, a assumida no campo das eleições presidenciais e a desencadeada no domínio da acção parlamentar, distingue-se como relevante preocupação comum a de combater a direita e a política de direita e contribuir, afirmando objectivos e valores de esquerda, para uma nova política no nosso país.

desde o início da legislatura, que os deputados comunistas exercerão o seu mandato em perfeita coerência com os compromissos que, sem subterfúgios, o PCP assumiu perante os eleitores.»

Tem interesse referir (embora o façamos com detalhe nas centrais da presente edição) as matérias a que correspondem os onze projectos de lei apresentados: dois referem-se a direitos dos trabalhadores (semana de 40 horas e alteração de normas gravosas do «pacote laboral»); dois comportam outros benefícios sociais (rendimento mínimo e reposição da idade da reforma das mulheres); dois tratam de matéria de educação (revogação da lei das propinas e ensino pré-escolar); dois na área da segurança interna (fiscalização do SIS e segurança dos cidadãos); dois na área da transparência do Estado; um no domínio da liberdade de imprensa.

O projecto de deliberação comporta medidas para acelerar o processo parlamentar tendo em vista a criação das regiões administrativas.

O projecto de resolução pretende viabilizar uma revisão extraordinária da Constituição que torne o possível a realização, a todo o tempo, de um referendo acerca da revisão do Tratado de Maastricht.

A iniciativa desencadeada pelo PCP na Assembleia da República constitui, como se vê, todo um programa parlamentar do maior alcance e em plena correspondência com a vontade de mudança patenteada pelas eleições de 1 de Outubro.

A questão da correspondência com a vontade de mudança, tão claramente expressa pelo eleitorado nas últimas eleições, coloca-se com toda a pertinência a propósito do discurso do Primeiro-Ministro, António Guterres, no acto de posse do novo Governo.

É verdade que o líder da «nova maioria» retomou em força o tema da «solidariedade» que tinha empalidecido nas declarações que produziu após a indignação, mas a falta de concretização em relação às formas da tal solidariedade se realizar contrasta com referências muito concretas às «surpresas desagradáveis» da «herança em matéria de finanças públicas» com os sequentes apelos à «compreensão das portuguesas e dos portugueses».

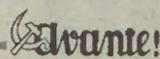
Mais preocupante ainda é a tirada: «É preciso modernizar a nossa economia e essa modernização terá custos sociais.» Em breve, o Programa do Governo esclarecerá melhor algumas destas referências e tudo indica que não será pela positiva.

As pressões que estão a ser desenvolvidas pelos senhores do dinheiro e até pelo FMI em relação a um alegado «despesismo», que tem como alvo explícito o aumento de salários, se calhar até agradam ao Governo e ainda mais agravam esta probabilidade.

Uma coisa é certa, desde já, é que só a acção e a luta poderão impedir que a vontade de mudança não seja completamente defraudada.

É por isso essencial tomar e manter a iniciativa, entre outros, no terreno da luta reivindicativa dos trabalhadores e no plano sindical, na frente estudantil e da educação, na área da saúde, no movimento autárquico, como de forma positiva começa a acontecer em alguns destes sectores.

É agora que se pressiona as reivindicações que possam vir a ter implicações no orçamento de Estado e não depois do mesmo estar feito e em vias de aprovação.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhão — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00, 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Desonestidade ou literacia?

Deturpar, caricaturar uma opinião e, depois, criticar essa deturpação, essa caricatura como se da opinião verdadeira se tratasse, é prática muito em voga na comunicação social dominante, com grande frequência aplicada às posições do PCP. Face aos protestos que tal prática suscita respondem os seus autores, do alto do pedestal da sua arrogância e da sua insolência, com a estafada cassetete da "incapacidade do PCP para se relacionar com a comunicação social", assim sossegando as suas consciências (nuns casos) ou aproveitando a circunstância para acentuarem os ataques aos comunistas (noutros casos). Nada disto surpreende se tivermos em conta o que é a comunicação social hoje, quem a detém, os interesses que defende e, obviamente, quem a faz. Se se disser que a comunicação social dominante está globalmente ao serviço da política de direita (seja ela praticada por quem for) diz-se no essencial e em resumo, algo do que de mais importante há a dizer sobre a matéria. Se se acrescentar que a comunicação social é um poder (o quarto poder, segundo se diz, mas que, segundo observamos, pretende e tende a vir a ser o primeiro) e que apesar de ser um poder não eleito, não legitimado pelo voto mas sustentado pelo capital, se considera sobranceiramente intocável, inatacável à diz-se, no essencial e em resumo, o que falta dizer para caracterizar a comunicação social que temos. Assim

sendo, ai de quem se atreva a contestar a essência da política de direita, a apontá-la como causa fundamental dos males que assolam o país; ai de quem cometa o crime grave de, não só criticar essa política, mas também defender e lutar por uma política de esquerda; ai de quem ouse cometer a suprema heresia de erguer uma voz crítica às práticas correntes da comunicação social dominante. Cai-lhe em cima o Carmo e a Trindade. E o desabamento é muito mais violento e agressivo se quem o executa é algum desses analistas arrependidos que proliferam nos órgãos ditos de informação e que, tendo iniciado a sua vida política aos gritos de "morte à burguesia, já" ... evoluíram depois para mais serenos, tranquilos e porventura rentáveis slogans. (Brel cantou isto como só ele sabia em "Les bourgeois".)

Vem tudo isto a propósito de um comentário de JAL, no "Expresso", a um texto que escrevi no "Avante!". O "Expresso" é, como se sabe, um cada vez mais volumoso galho do frondoso ramo luso da nova ordem comunicacional. JAL é, como se constata lendo-o de vez em quando, um exemplo de jornalista-tipo dessa nova ordem. Pelo que o "Expresso" está para JAL como JAL está para o "Expresso", assim se fundindo, em serena harmonia, a fome de um com a vontade de comer do outro, e vice-versa. Onde

eu escrevi alhos, JAL leu (ou quis ler) bugalhos; eu emiti uma opinião que JAL com malabarismos de fancaria, caricaturou, adulterou, subverteu. E, passando ao ataque da opinião que ele decidiu ser a *minha*, disparou sobre a *sua* opinião dois ou três disparates melancolicamente hilariantes.

Compreende-se que JAL se sinta incomodado pelo facto de haver milhares de pessoas que, coerentemente, continuam a bater-se pelos ideais e valores da esquerda que não são os dele. Compreende-se a sua ânsia de mostrar trabalho na defesa dos ideais e valores que são os dele. Que o faça com honestidade e lisura é o que se lhe exige (se me é permitido dizê-lo). Ou seja: que critique as minhas opiniões é um direito que não só lhe reconheço como lhe agradeço que exerça quando muito bem o entender; que proceda a exercícios de adulteração do que penso para depois virar as suas baterias contra essa adulteração... é coisa feia, digamos assim...

Não concluo, no entanto, que o comentário de JAL ao meu texto seja um acto de desonestidade intelectual. Dou-lhe, até, o benefício da dúvida. Estou, mesmo, em crer que há-de tratar-se mais de uma manifestação de literacia.

■ José Casanova

Inquietações

Não deixa de ser significativo que o primeiro «caso» do novo governo de António Guterres tenha surgido em torno de questões salariais.

Percorre já os jornais o que parece ser um desaguisado entre os membros do executivo fruto do anúncio feito pelo secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, de que seria um «ponto de honra» que os aumentos a conceder aos trabalhadores da Função Pública fossem superiores à inflação. O primeiro-ministro e «o núcleo que lhe está mais próximo», na classificação do «Público», terá considerado a declaração precipitada, o que levou o seu autor a fazer rapidamente marcha atrás - tudo isto se passando no escasso período de algumas horas...

O problema levanta várias questões sobre as quais se justifica reflectir.

Uma primeira vem confirmar uma afirmação repetidamente produzida pelo PCP em relação aos resultados das eleições de 1 de Outubro quanto à política que de todos os pontos de vista ela mandata: uma franca melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

O discurso de posse de António Guterres, contendo alguns elementos positivos, não deixa de ser preocupante ao referir-se à situação de quem trabalha apenas para pedir paciência para os custos de uma «modernização» e «competitividade» do tecido produtivo, terminologia a que dez anos de cavaquismo deram um sentido que foi julgado nas últimas eleições.

Quanto ao resto, o secretário-geral do PS limitou-se a invocar uma «solidariedade» de contornos indefinidos e nada tranquilizantes. As declarações de Fausto Correia acabam assim a reflectir uma

pura evidência: a questão salarial está no centro dos problemas nacionais e a reposição do poder de compra após a brutal erosão imposta pelo cavaquismo é um imperativo básico de uma viragem necessária.

A segunda reflexão tem evidentemente de incidir sobre o inquietante facto de, ao que parece, o «núcleo próximo de Guterres» ter considerado erradas as declarações de Fausto Correia. É evidente que se poderá supor que a razão de tal crítica se basearia exclusivamente num problema de *timing*, que Guterres e os seus estrategos pretenderiam guardar para operação mediática de maior impacto anúncio de teor idêntico ao das declarações do secretário de Estado da Administração Pública. Seria a explicação mais favorável, mas, cruzando tudo isto com o discurso de sábado e outras declarações programáticas durante a campanha (com destaque para as de Daniel Bessa), parece legítimo concluir que o azedume do «núcleo próximo» não se deve a questões de calendário, mas a problemas mais de fundo, ou seja, à inquietação sobre um compromisso assim assumido quanto a aumentos salariais na Função Pública, com naturais reflexos noutros sectores.

Fausto Correia não prometeu o céu nem anunciou novos oásis: limitou-se a dizer que se cumpriram promessas e se faria um mínimo de justiça a quem votou em 1 de Outubro numa mudança e nela investiu legítimas esperanças.

Que o primeiro-ministro e o seu «núcleo próximo» estejam com isto inquietos - eis um real motivo de inquietação.

■ Ruben de Carvalho

Agora as Presidenciais

Correm rápidos os dias deste Outono e ao amarelo dourado quente sucedeu subitamente a nostalgia do cinzento nublado.

Já o Governo tomou posse e o novo primeiro-ministro disse o que há muito era sabido que nesta altura diria. Falou nos "tempos difíceis que atravessamos", confiou na "compreensão das portuguesas e dos portugueses" para que "de cabo das Tormentas se passe depressa a cabo da Boa Esperança" e não se esqueceu de invocar o "espírito patriótico responsável e construtivo dos partidos da oposição". De passagem, foi deixando no ar a referência aos "custos sociais" da modernização da nossa economia...

No entreacto governativo, enquanto o programa não sobe à Assembleia da República, as

presidenciais reganham visibilidade.

Num quadro que se encontrava confinado a duas candidaturas - a candidatura da direita de Cavaco Silva, cujo propósito de *revanche* política não é disfarçado pela sua apressada e hipócrita conversão aos princípios e valores do regime democrático, e a candidatura do democrata Jorge Sampaio, que o PS pretendeu partidizar e cujos pontos de vista são como se sabe distintos dos do PCP em importantes questões - a decisão do Comité Central de apresentar uma candidatura do PCP às eleições presidenciais, assumida pelo camarada Jerónimo de Sousa, constituem um acontecimento de particular relevância.

Trata-se de uma candidatura que, assumindo as diferenças

políticas como um factor de natural enriquecimento da vida democrática e recusando ao mesmo tempo uma apressada e redutora limitação do debate dos problemas, das ideias e das opções, dá voz própria ao PCP nas presidenciais. Uma voz própria para intervir no debate sobre o exercício das funções e competências do órgão de soberania Presidente da República e, de um modo muito particular, para sublinhar as suas responsabilidades de *defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição*. Uma voz própria, também, para assumir e afirmar os valores e objectivos do inovador projecto de esquerda para Portugal de que o PCP é portador.

Mas trata-se, sobretudo, de uma candidatura determinada pelo objectivo político fundamental de contribuir para a derrota do candidato da direita Cavaco

Silva e dos seus planos de recuperação do poder político e de contribuir para que a Presidência da República desempenhe um efectivo papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático constitucionalmente consagrado.

Está assim aberta uma nova e muito importante batalha política. Que se insere no decisivo propósito de confirmar nas presidenciais a derrota da direita e da sua política, alcançada nas legislativas. E que é parte de uma luta e de uma intervenção mais geral, que activa o PCP em todas as frentes, para que a grande vontade nacional de mudança que se exprimiu em 1 de Outubro não seja efectivamente defraudada.

■ Edgar Correia

Três "dês" para a ONU

Há meio século, 51 países assinaram o acto do nascimento da Organização das Nações Unidas. A semana passada, 185 bandeiras nacionais foram hasteadas defronte da sede da ONU ao comemorar aquela data. Simples facto que evidencia o enorme progresso alcançado pelo movimento de libertação dos povos nos últimos 50 anos: a independência nacional confirma-se como uma realidade incontornável da nossa época. Simultaneamente, ainda mais acrescida é hoje a necessidade, igualmente incontornável, de cooperação internacional para responder melhor aos grandes problemas globais que a Humanidade defronta. E apesar de todos os seus defeitos e insuficiências, a ONU é o único enquadramento universal e politicamente aceitável para desenvolver essa cooperação internacional entre todos os países do mundo - o que não se pode subestimar ao perspectivar o futuro.

O balanço do que foi *realmente* a acção da ONU não pode aqui ser feito. Adiante-se todavia que, se desde logo avulta o abismo entre os princípios proclamados e a prática efectiva, não se pode nem deve apagar o benefício para os povos de muita da diversificada actividade da ONU, lembrando não só os positivos contributos de várias das suas agências especializadas (UNICEF, OMS, FAO, PNUD, UNESCO, etc.), mas igualmente como forum político mundial. Não é sem razão que, para a maioria dos seus países-membros, a ONU pode ser considerada imperfeita, mas também simboliza a dignidade que lhes é devida como parceiros em parte inteira no concerto das nações. Particularmente pelo estatuto de "um país, um voto" em que assenta a sua Assembleia Geral. Regra esta que não vale para o todo poderoso Conselho de Segurança nem para as instituições como o FMI e o Banco Mundial, por isso mesmo fácil instrumento de domínio das grandes potências. Assim, quando hoje tanto se fala da necessária reforma da ONU, sem dúvida que a primeira grande prioridade deve ser a sua maior **democratização** - antes de mais pelo reforço das competências e proeminência da sua Assembleia Geral.

A defesa e manutenção da paz foi a primeira e fundamental das funções atribuídas às Nações Unidas. A correlação mundial de forças não permitiu a eclosão de nova conflagração mundial neste último meio século, mas a ONU também para tal contribuiu. Atribuídos foram todavia estes 50 anos por muitas guerras locais ou regionais. A Bósnia é hoje o exemplo mais citado pelos que acusam a ONU de "inoperância" na resolução destes conflitos - ocultando assim a responsabilidade das grandes potências na sua eclosão e na sabotagem dos esforços da ONU. Recorde-se, apenas, que o orçamento para as operações de paz da ONU é muito menos de 1% dos 868 mil milhões de dólares das despesas militares do mundo. E que os EUA, que vivem reclamando a redução das despesas da ONU, gastam só por si 262 mil milhões de dólares no seu orçamento militar. Por isso mesmo, e não só, o **desarmamento**, a drástica redução dos gastos militares, a começar pelas grandes potências e pela eliminação das armas nucleares e outras de destruição em massa, é uma exigência fundamental da actualidade.

Na declaração final aprovada há dias pela ONU, reafirmando-se os grandes princípios da Carta, paz, desenvolvimento, igualdade, justiça, sublinha-se expressamente que as acções para assegurar a paz e a estabilidade no mundo "*permanecerão vãs se as necessidades económicas e sociais dos povos não forem satisfeitas*". É fácil dizer uma verdade, difícil é agir de facto de acordo com ela. Perante as brutais desigualdades existentes no mundo será inevitável a eclosão de explosões e conflitos se não se tornar uma prioridade o **Desenvolvimento** para a imensa maioria atrasada da Humanidade. As explosões não se resolvem com repressão. Como preveniu com razão o aceptor especial para o Programa para o Desenvolvimento da ONU, "o que estas situações exigem é o desenvolvimento socio-económico a montante e não os soldados da ONU com capacetes azuis a jusante".

Democratização, Desarmamento, Desenvolvimento - são três vertentes essenciais e conexas para o programa futuro da ONU neste limiar do século XXI. Para o conseguir, indispensável é o empenhamento vigilante e activo dos povos, a acção decidida e persistente de todas as forças progressistas do mundo.

■ Carlos Aboim Inglez

PSD e PS compraram jornalistas em Bragança

Um artigo publicado no passado dia 17 de Outubro no jornal de Bragança «A Voz do Nordeste» vem denunciar pagamentos efectuados durante a campanha eleitoral pelo PSD e pelo PS a órgãos de comunicação regional e directamente a jornalistas.

Concretamente, o artigo, assinado pelo director da «Voz do Nordeste», César Urbino Rodrigues, afirma que José da Gama, presidente da CM de Mirandela e candidato do PSD nas recentes eleições legislativas, «fez um acordo» com os jornais «Cardo» e «Nordeste Informativo» tendo oferecido a este último 300 contos em troca de um tratamento preferencial da campanha dos sociais-democratas. A oferta terá sido depois coberta pelo PS, razão por que os dois partidos tiveram destaque semelhante no jornal.

O articulista dá conta mais adiante de outro pagamento de 300 contos efectuado por José da Gama ao jornalista Guedes de Almeida para que este o declarasse como vencedor do debate radiofónico com o cabeça de lista do PS e apoiasse o PSD com outros textos. Só que o jornalista «sondeou as disponibilidades do PS» e o frente-a-frente entre José da Gama e Armando Vara acabou por ser considerado como «um rigoroso empate».

Foi portanto neste cenário de corrupção, envolvendo partidos e jornais, que se desenrolou a

campanha das legislativas no distrito de Bragança, segundo vem agora reconhecer o director da «Voz do Nordeste». César Urbino Rodrigues ressalva no entanto que a sua publicação, também abordada «por uma figura próxima de um partido político» para «pagar custos de uma entrevista», recusou o «negócio».

Leis do «Nordeste»

Apesar de toda a prontidão na denúncia dos negócios dos outros, a «Voz» e o seu director, todavia, têm telhados de vidro no que toca à campanha das legislativas: não respeitaram premeditadamente a Lei que obriga os órgãos de comunicação social a dar igual tratamento a todos os candidatos durante a campanha eleitoral.

Um editorial com data de 30 de Maio passado afirmava claramente: «Só falaremos das iniciativas dos partidos políticos que nos mereçam verdadeiro interesse informativo». E, numa outra passagem: «nem todos os candidatos terão o mesmo espaço pela simples razão de que alguns nem sequer são notícia. Se todos os partidos legalizados apresentassem candidatos por Bragança, seríamos obrigados a tratá-los com o mesmo espaço e destaque que damos aos candidatos dos partidos que elegem deputados por Bragança? É evidente que não. Que interessará aos nossos eleitores o que pensa o candidato do MRPP ou de outro partido ainda menos conhecido?»

E conclui mais à frente: «Por isso, não vamos dar o mesmo

tratamento a todos os candidatos. Em Bragança apenas dois partidos têm possibilidades de eleger deputados. Esses partidos terão naturalmente um tratamento diferente que passará por uma entrevista com os respectivos cabeças de lista. Quanto ao resto, como dissemos, só noticiaremos factos e ignoraremos por completo comícios ou outras iniciativas de mera propaganda partidária.»

CDU queixa-se e ganha

A CDU teve oportunidade de apresentar duas queixas à Comissão Nacional de Eleições, uma contra a Rádio Bragança e outra contra «A Voz do Nordeste», por violação da Lei Eleitoral.

O parecer da CNE deu razão à

CDU, mas nem por isso foi acatado por todos os órgãos de informação. A citada estação de rádio realizou um debate a dois entre o PS e o PSD e a «Voz do Nordeste», mais uma vez em editorial, supostamente subscrito por César Urbino Rodrigues, acusa a recepção do parecer da CNE, declarando que «é uma tirania inqualificável o Estado querer obrigar-nos a pensar o que não pensamos, a apoiar o que detestamos, a acreditar no que descremos. Mas contra a tirania teremos de resistir (...) ainda que nos metam na prisão», conclui em grande toada, qual cavaleiro em defesa de critérios jornalísticos que, substituindo-se às leis, podem servir para tudo, até para encapotar acordos vergonhosos a troco do montante certo.

CM do Porto Inoperância do executivo preocupa eleitos comunistas

A concentração dos Pelouros num número cada vez mais reduzido de vereadores da CM do Porto está a preocupar os comunistas que em recente conferência de imprensa alertaram para «a escassa eficiência e crescente inoperância do executivo municipal».

No encontro com os jornalistas, em que estiveram a vereadora Ilda Figueiredo, António Campos, da Assembleia de Freguesia de Campanhã, José Moreira, da DOCP do PCP, e

Rui Sá, da Assembleia Municipal do Porto, foi denunciado que as prioridades do PS na campanha eleitoral, «na quase totalidade dos casos não passam de estudos e anteprojectos que de vez em quando são repetidos à comunicação social para dar a ideia que alguma coisa está a ser feita».

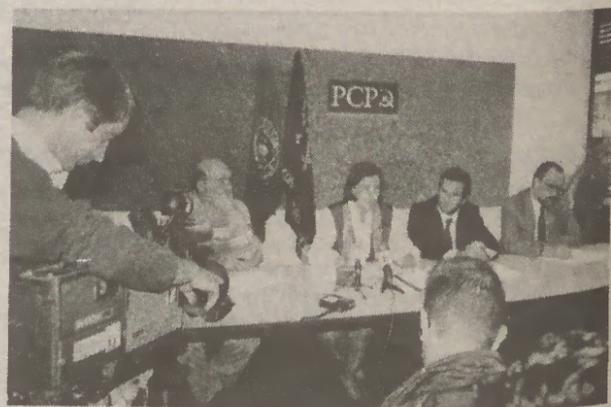
Entre vários exemplos o PCP aponta o programa especial de realojamento, no âmbito do qual ainda não foi lançada uma única casa das cerca de 1400 previstas,

atrasos no saneamento básico, em especial na zona oriental da cidade, onde nem sequer existe rede municipal de esgotos, para além das promessas não cumpridas de construção de uma ETAR no Freixo, de sedes para várias associações, metro de superfície, entre muitas outras.

Por outro lado, afirmam os comunistas, «acentua-se as tentativas de transformar o funcionamento do executivo municipal num mero acto formal, que reúne periodicamente por impe-

rativo legal, mas onde escasseiam, cada vez mais, as informações, estudos e fundamentações, mesmo sobre assuntos que obrigatoriamente têm de ser decididos pelo colectivo de que fazem parte todos os vereadores, com ou sem Pelouro».

«A política do quero, posso e mando está a alastrar-se e a tornar-se normal a falta de transparência no funcionamento do executivo, que vive fechado na sua maioria absoluta, sem respeito pelo funcionamento cole-



Há falta transparência no funcionamento do executivo camarário portuense

gial que a legislação prevê», acusaram.

A CDU afirma que continuará disponível para colaborar na resolução dos problemas da cidade, designadamente através de uma intervenção cada vez maior no executivo municipal, em ligação estreita com

os moradores e instituições da cidade. Mas estará igualmente atenta à falta de transparência e pouca democraticidade no funcionamento dos órgãos, pugnando por uma gestão mais eficiente, dinâmica, transparente, democrática e aberta à cidade».

CAMARADAS FALECIDOS

António Babo

Faleceu, no passado dia 19 de Outubro, vítima de acidente, o camarada António Babo, que contava 43 anos de idade. Era advogado, licenciado em direito pela Universidade de Coimbra. Militante do PCP desde 1977, colaborou com organismos do Partido, ao nível central e local, designadamente com a Comissão junto do CC para o trabalho nas autarquias, em matéria de Direito Autárquico e Direito Urbanístico. Foi mandatário das Listas CDU nas eleições de 1989 e 1993 aos órgãos autárquicos do Concelho do Seixal. Participou enquanto estudante nos movimentos estudantil e associativo, tendo exercido funções docentes na Faculdade de Direito de Lisboa de 1977 a 1982. Leccionou Direito Urbanístico nos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia Municipal das Faculdades de Engenharia das Universidades de Coimbra, de Évora e do Minho em 1988 e 1989 e na Pós-Graduação em Renovação Urbana do ISCTE. Em 1994, foi candidato ao Parlamento Europeu.

José Salgueiro Alexandre

Faleceu recentemente José Salgueiro Alexandre, militante da Célula dos Ferrovários da Zona de Lisboa desde 1980.

Luís Manuel Lopes Magalhães

Faleceu, com 36 anos de idade, Luís Manuel Teixeira Lopes Magalhães, vítima de acidente de trabalho nas obras do Metropolitano de Lisboa. Este camarada foi um dos muitos trabalhadores despedidos na sequência do encerramento das Minas da Panasqueira, onde foi dirigente sindical do Sindicato dos Mineiros.

Natércia Parente Ramos

Faleceu, no passado dia 29 de Outubro, em Faro, a camarada Natércia Silvestre Parente Ramos, de 69 anos. Militava, desde 1977, na organização concelhia de Faro do PCP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Jornadas não resolvem problemas de ambiente

Em nota divulgada à imprensa, a Comissão Concelhia de Bragança afirma que as recentes jornadas de Ambiente, Património e Educação, promovidas pela Câmara Municipal de Bragança e pelo Instituto de Promoção Ambiental, não apresentaram medidas concretas que possam resolver os problemas reais do concelho.

Os comunistas há muito que vêm defendendo a aplicação de uma proposta da CDU, aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal de Bragança, no sentido da elaboração de um Projecto Global de Limpeza e Higiene do Concelho. Contudo, nada foi feito e as chagas do distrito mantêm-se sem solução à vista.

É o caso do cemitério de resíduos tóxicos, trazido para o distrito «por iniciativa do sr. Grunig empresário alemão acarinhado e apoiado pela Câmara Municipal e pelo Governo».

A Concelhia do PCP recorda que «a Câmara Municipal de Bragança e a Quercus conhecedoras da existência de resíduos sólidos silenciaram esse facto», só quebrado face à denúncia do PCP na Assembleia da República. Desde então desconhecem-se novas tomadas de posição daquelas entidades e os resíduos mantêm-se no mesmo local apesar dos riscos que representam para os trabalhadores e para a população.

A falta de uma ETAR é também apontada pelo PCP que alerta para os perigos dos muitos esgotos que correm a céu aberto para

os rios Sabor e Fervença, já altamente poluídos. O caso do rio Fervença é agravado por receber com alguma regularidade os lixos do Hospital Distrital, sendo que o seu curso passa por dentro do Campus Universitário do Instituto Politécnico de Bragança.

A este rol há ainda a acrescentar a lixeira municipal instalada no perímetro urbano de Bragança, onde com frequência são queimadas matérias orgânicas, ficando a cidade completamente coberta de fumo com cheiros nauseabundos. As lixeiras são de resto coisa que não falta. Um pouco por todo o concelho proliferam lixos acumulados juntos às estradas nacionais e municipais, abundando inclusivamente na área do parque natural de Montesinho.

Como refere a nota do PCP, «Bragança é certamente uma das cidades mais sujas do país. As suas ruas, as vielas, os escadórios, os bairros continuam sujos e cheios de lixo. Os passeios onde deviam circular peões em segurança, encontram-se cheias de terra e pó, no inverno de água e lama».

Os comunistas sublinham a necessidade de implementar o Plano Director Municipal, elaborar o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho e o Plano Estratégico de Desenvolvimento. «Só assim se poderão resolver os problemas do ambiente do nosso concelho nomeadamente nas áreas do Ambiente, Património e Educação», concluem.

Resolução do Comité Central do PCP sobre as eleições presidenciais

1. O XIV Congresso do PCP, realizado em Dezembro de 1992, previu que as eleições de 1996 para a Presidência da República assumiriam "uma grande importância para a derrota dos projectos da direita de se apropriar do controlo deste órgão".

No quadro dessa previsão foi apontado o objectivo de "garantir a derrota da direita e a vitória das forças democráticas" e indicada, como orientação geral, a necessidade de "intervir no sentido de assegurar a contribuição indispensável do PCP para a eleição de um candidato democrático que dê garantias de se empenhar em defesa da liberdade, do regime democrático e da afirmação das potencialidades do sistema misto parlamentar-presidencial", e de "participar no processo eleitoral de modo a divulgar entre as massas populares o modo como o PCP vê o exercício do cargo presidencial e as suas propostas para a defesa e desenvolvimento da democracia política e para a realização da democracia económica, social e cultural".

2. A evolução ulterior do quadro político e a profunda alteração da situação nacional decorrente dos resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro último - com destaque para a grande derrota infligida ao PSD, ao seu Governo e a Cavaco Silva e para a colocação dos partidos da direita (PSD e CDS/PP) em minoria na Assembleia da República - em nada diminuíram a importância das eleições presidenciais marcadas para 14 de Janeiro.

A sua importância vê-se mesmo reforçada, em face da postura hipócrita, arrogante e de *revanche* política da direita, expressa na apresentação da candidatura às eleições presidenciais do primeiro-ministro derrotado Cavaco Silva.

3. A clarificação do quadro das candidaturas às eleições para a Presidência da República torna possível e impõe uma primeira avaliação das suas orientações, características e objectivos mais salientes.

A candidatura de Cavaco Silva é a candidatura do principal derrotado das legislativas e do primeiro responsável por uma política expressivamente condenada pela vontade largamente maioritária do povo português. É a candidatura de quem, ao longo de uma década, personificou o autoritarismo, a arrogância, o desrespeito de valores e princípios básicos do regime democrático, a flagrante violação dos direitos sociais e dos trabalhadores, o restabelecimento do poder do grande capital, o agravamento das desigualdades, a instrumentalização do Estado e o clientelismo partidário, a subserviência nacional, o continuado incumprimento da Constituição da República. É a candidatura de quem pretende, através das presidenciais, recuperar da severa derrota das legislativas, reabilitar a política de direita, e fazer retroceder a situação política contrariando a grande aspiração de mudança que os resultados das legislativas claramente evidenciaram.

A candidatura de Jorge Sampaio é a candidatura de um democrata, mas é também uma candidatura que o PS pretendeu partidizar e que apresenta conhecidos pontos de vista, no plano da política nacional e da integração europeia, que a distinguem das posições do PCP.

4. O PCP não se revê politicamente neste quadro de candidaturas às eleições presidenciais. E assume esta afirmação sem que ela envolva qualquer de juízo de equivalência entre as duas principais candidaturas que já se encontram no terreno: pelo contrário, o PCP sublinha de forma clara diferenças essenciais que observa no que respeita à natureza e objectivos de uma e de outra.

Falta neste quadro, reconhecidamente, a voz do PCP. Uma voz que intervenha no debate do exercício das salientes funções e competências do órgão de soberania Presidente da República - designadamente em relação à sua responsabilidade de *defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição*, para exprimir os interesses e

aspirações dos trabalhadores e do povo, e para afirmar os valores e objectivos de um inovador projecto de esquerda para Portugal, que permita enfrentar o quadro de conhecidos atrasos e de complexos desafios com que o país está confrontado, promover o aprofundamento da democracia nas suas dimensões política, económica, social e cultural e assegurar a mobilização social e política da sociedade portuguesa para a modernização e o desenvolvimento do país. Uma voz que se justifica ainda para dar combate aos projectos dos que defendem uma profunda alteração do regime democrático constitucionalmente consagrado.

Salientando que as diferenças políticas constituem um factor de natural enriquecimento da vida democrática; recusando ao mesmo tempo uma apressada e redutora limitação do debate dos problemas, das ideias e das opções; o Comité Central decide a apresentação de uma candidatura do PCP às eleições presidenciais, que será assumida pelo camarada Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política.

O Comité Central estabelece de uma forma precisa que o objectivo político fundamental da candidatura do PCP é o de contribuir para a derrota do candidato da direita Cavaco Silva e dos seus planos de recuperação do poder político e o de contribuir para que a Presidência da República desempenhe um importante papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático alcançado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição.

5. A candidatura do PCP às eleições presidenciais, em conformidade com as razões políticas e com o objectivo fundamental que a determinam, deverá prestar uma particular atenção ao esclarecimento e abordagem, entre outras, das seguintes questões:

- o novo quadro político resultante das legislativas de 1 de Outubro, a necessidade de que a grande vontade nacional de mudança não seja defraudada, os perigos que a candidatura de Cavaco Silva comporta, e a importância da mobilização democrática para confirmar nas eleições presidenciais a derrota da direita e da sua política já infligida ao PSD e a Cavaco Silva nas legislativas;

- o lugar do Presidente da República nas instituições democráticas no quadro das potencialidades do "sistema misto parlamentar-presidencial" vigente e do indispensável aprofundamento da democracia;

- o exercício pleno das atribuições constitucionais do Presidente da República, designadamente enquanto garante da indepen-

dência nacional, do regular funcionamento das instituições democráticas e do rigoroso respeito pela Constituição da República;

- o esclarecimento (indispensável na consideração das competências e do exercício de funções pelo Presidente da República a eleger) de ameaças ao regime democrático consagrado na Constituição decorrentes de projectos e propósitos de alteração do sistema político, de novas leis eleitorais, da revisão da Constituição, da aceleração das privatizações, da desregulamentação das relações de trabalho e do não cumprimento das obrigações sociais do Estado;

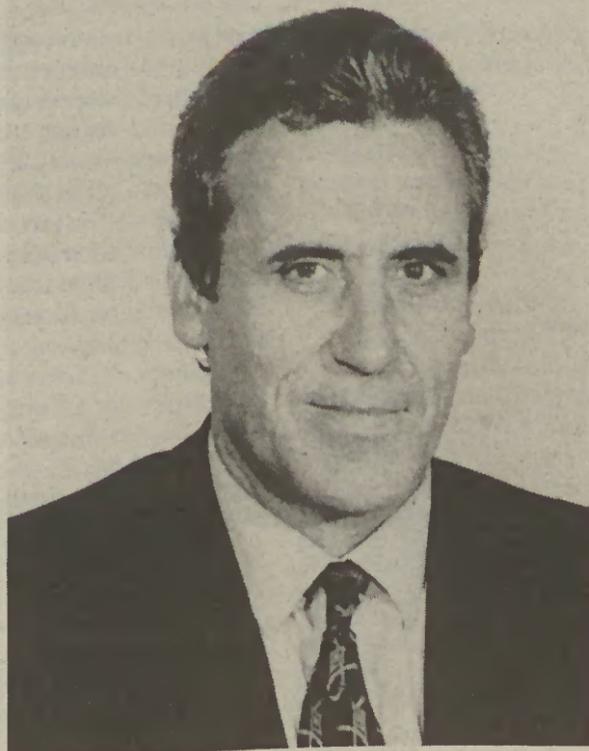
- e o debate de ideias em torno do exercício das funções presidenciais, no contexto dos velhos e novos problemas e desafios com que o país está confrontado (em que apresenta particular acuidade o problema da revisão do Tratado de União Europeia e as conferências intergovernamentais previstas para 1996) e da afirmação dos objectivos e valores da política nacional e de esquerda que o PCP propõe para Portugal.

6. Sublinhando que a candidatura do PCP se apresenta perante o povo português na plenitude dos seus direitos e prerrogativas constitucionais e legais, o Comité Central prosseguirá, entretanto, o acompanhamento atento da evolução da situação política e do processo eleitoral, com vista a assegurar o pleno cumprimento do objectivo político fundamental da candidatura do PCP.

7. O candidato do PCP às eleições presidenciais fará a apresentação da Declaração da sua candidatura em acto público a realizar no próximo dia 3 de Novembro.

28 de Outubro de 1995

O Comité Central do PCP



JERÓNIMO DE SOUSA

Alguns dados biográficos do candidato

Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

48 anos de idade.

Natural de Santa Iria de Azóia (concelho de Loures).

Operário metalúrgico (afinador de máquinas na M.E.C.).

4º ano do Curso Industrial.

Casado. Tem duas filhas.

Membro do PCP desde Maio de 1974. Eleito para o Comité Central do PCP no IX Congresso (1979).

Iniciou a sua actividade juvenil antifascista como dirigente da colectividade 1º de Agosto de Santa Iria, integrando diversos grupos de cultura e de teatro durante a década de 60 onde iniciou os seus contactos com o PCP.

Entre 1969 e 1971 cumpriu serviço militar no Regimento de Lanceiros 2 e na Guiné.

Em 1972 foi eleito pelos trabalhadores da MEC como delegado para integrar a lista unitária que, em 1973, reconquistou e devolveu à classe o

Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (sendo novamente eleito para a sua Direcção central em 1992).

Em Abril de 1974 faz parte da Comissão de Trabalhadores da M.E.C., sendo sucessivamente eleito até 1995.

Em 1975 participa activamente no movimento das Comissões de Trabalhadores do distrito de Lisboa, sendo actualmente o Coordenador da Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa (CIL).

Eleito deputado à Assembleia Constituinte e eleito deputado à Assembleia da República em 1976, sendo sucessivamente eleito e exercendo o mandato até 1992.

Integrou diversas delegações parlamentares oficiais que se deslocaram à Dinamarca, China, Marrocos, Rússia e Geórgia.

Foi Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família da AR.

Sindicato de Lisboa preocupado com crise na construção civil

Somam-se os encerramentos, falências, dívidas e salários em atraso em empresas da construção civil, madeiras e mármore do distrito de Lisboa

É «com elevada preocupação» que o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa encara a destruição de «um conjunto importante de empresas» deste ramo de actividade, «com reflexos profundamente negativos no plano do emprego e, consequentemente, nas condições sociais e de vida dos trabalhadores».

O sindicato divulgou uma «caracterização social do sec-

tor», datada de 20 de Outubro, onde aponta as situações mais preocupantes.

No subsector da construção civil são referidas 15 empresas:

- Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio: decretada falência em 17 de Maio, o prazo de reclamação dos créditos terminou a 12 de Outubro. Tinha ao seu serviço mais de mil trabalhadores, em Março de 1993, altura em que entrou em rotura financeira. Deve cerca de 2

milhões de contos aos trabalhadores, numa dívida total de cerca de 30 milhões.

- Manuel Nunes Tiago e Proconstrói: em 1990 chegaram a empregar mais de 2 mil pessoas, ficando-se hoje pelas 60, que desde Setembro não recebem salários.

- Construções Técnicas: foi considerada entre as maiores e mais prestigiadas empresas do sector das obras públicas, com um quadro de mais de mil trabalhadores em 1991. Com dificuldades económicas e financeiras a partir de 1993, avançou para «rescisões por mútuo acordo», que levaram à saída de centenas de pessoas. Os actuais cerca de 250 trabalhadores não receberam os salários de Setembro.

- Bouhon e Irmão: cessação de actividade fraudulenta em Abril. Património vendido, 80 trabalhadores lançados para o desemprego com salários em atraso.

- ERG, Sociedade de Construções: decorre processo especial de recuperação. Os seus cerca de 600 trabalhadores foram para o desemprego, com a cessação da actividade no início deste ano.

- Somec: actualmente com cerca de 500 trabalhadores, vive momentos de incerteza e preocupação, visíveis na descida das acções na Bolsa (de 2800 escudos, em 1994, para 314 escudos em Outubro findo). Segundo informações citadas pelo sindicato, enfrenta graves problemas de tesouraria.

- Carlos Eduardo Rodrigues: deve aos seus cerca de 300 trabalhadores o subsídio de férias e salários desde Agosto.

- Decorrem processos de falência das firmas Ilídio Monteiro (desde 1994, cessou activi-

dade), Viprumo e José Ribeiro (ambas desde Outubro, cessaram actividade), Severo de Carvalho/Imoc (cessou actividade) e EUT (desde Julho).

- Pendentes de processo de recuperação especial estão a Socopol, a Fonecas e Filhos, e a Dregue.

No subsector das madeiras, o sindicato refere duas empresas que suscitam especial preocupação:

- Olaiço: decorre processo de recuperação. A assembleia de credores estava marcada para o passado dia 27.

- Cima: cessou actividade. Decorre processo de falência.

Com salários em atraso, são citadas três empresas do sector de mármore:

- Manuel Esteves Vítor: salários por pagar desde Julho. A esmagadora maioria dos seus 50 trabalhadores recorreu aos

mecanismos da lei 17/86 (salários em atraso).

- J. Duarte e Filhos: sem receberem desde Julho, todos os trabalhadores accionaram a lei 17/86.

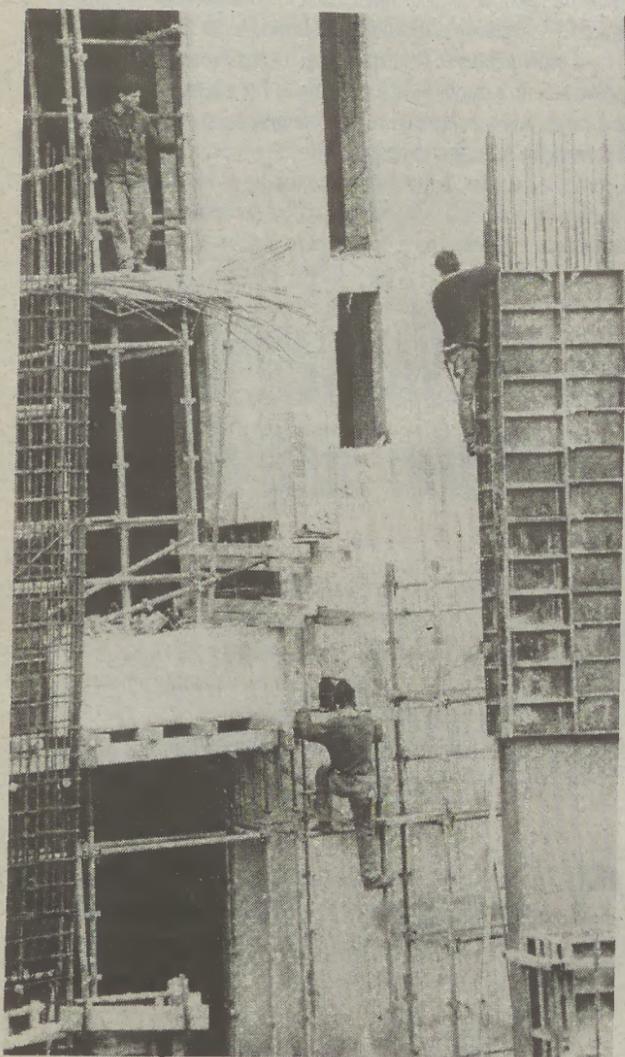
- Possant D'Almeida: a assembleia de credores decidiu avançar para o processo de recuperação especial, mas mantém-se as dificuldades financeiras. Com salários em atraso desde Agosto, os trabalhadores têm vindo a recorrer à lei 17/86.

«Muitas outras empresas vivem situações extremamente preocupantes no plano económico-financeiro e estrutural, com índice pouco lisonjeiro no plano social, designadamente na manutenção do emprego e pagamento dos salários» - afirma ainda a nota do Sindicato da Construção, Madeiras e Mármore de Lisboa.

CCTV para 1996

Este sindicato divulgou recentemente, para discussão entre os trabalhadores, a proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho (vertical) da construção civil para 1996.

Sublinhando que «a obtenção de um bom acordo depende da participação e envolvimento dos trabalhadores no decorrer das várias fases do processo negocial, designadamente a sua disponibilidade para intervir nas acções e lutar, se as circunstâncias assim obrigarem», o STCMMDL propõe que o CCTV passe a consagrar a semana máxima de 40 horas (35 para trabalhos de risco ou penosos), um subsídio de almoço de 900 escudos e aumentos de 10 por cento, a partir de 1 de Janeiro.



Morte no Metropolitano exige posições firmes

Lamentando a morte de um trabalhador nas obras do Metropolitano de Lisboa, ocorrida na semana passada, a CGTP reclamou dos poderes públicos «posições firmes». Uma nota do Departamento de Informação da central concretiza o significado da firmeza, exigindo «a abertura urgente de um inquérito com vista ao apuramento de eventuais responsabilidades criminais», a cujo desenvolvimento e conclusões a CGTP ficará «atenta», «de modo a que os eventuais responsáveis por mais esta morte de um trabalhador não fiquem impunes».

Para a *Inter*, são «vergonhosas as justificações que os eventuais responsáveis pela morte do trabalhador divulgaram, considerando-a uma fatalidade», e «foi visível que o que todos pretenderam foi esquivar-se a responsabilidades». «A morte dos trabalhadores não é uma fatalidade, como os empreiteiros lhe chamam», protesta a CGTP, contrapondo: «Chama-se irresponsabilidade e tem

causas objectivas, que são o não cumprimento das normas e o facto de não se eliminarem os factores de risco».

A nota de imprensa imputa ao Governo do PSD «grandes culpas na matéria», pois fez publicar legislação mas protelou ou não efectuou a respectiva regulamentação. É apontado o caso do diploma sobre estaleiros móveis, publicado com dois anos de atraso e sem incluir um importante anexo, que ainda não viu a luz do dia. Aquele diploma, refere a CGTP, obriga as empresas de construção e obras públicas de alguma dimensão a notificarem a Inspeção de Trabalho antes de iniciarem os trabalhos. Só que tal dever não está a ser cumprido e «há empresas que começaram obras, depois da saída do diploma, sem ter sido dado prévio conhecimento ao IDICT e à Inspeção de Trabalho, para estas instituições poderem intervir no plano da prevenção, se necessário», denuncia a central.

Álvaro Cunhal na CGTP-IN

Álvaro Cunhal participou na semana passada num colóquio organizado pela CGTP-IN, no âmbito do ciclo «Raízes, percurso, actualidade», que assinala o 25º aniversário da central sindical. O colóquio teve lugar no auditório da sede da *Inter*, que foi pequeno para os muitos actuais e antigos sindicalistas que ali acorrem, ao fim da tarde de quarta-feira, dia 25 de Outubro.

Nas páginas 15 a 17 publicamos na íntegra a comunicação do dirigente comunista, que depois respondeu a perguntas de alguns dos presentes.

As comemorações do aniversário da fundação da Intersindical, a 1 de Outubro de 1970, decorrem desde Fevereiro e até ao fim do ano, com várias iniciativas dos

sectores, das regiões e a nível nacional, com destaque para a campanha de sindicalização, que

coloca como objectivo conseguir 50 mil novos sócios para os sindicatos da CGTP.



As comemorações dos 25 anos da Intersindical Nacional prosseguem até final do ano

No dia seguinte ao colóquio com o presidente do Conselho Nacional do PCP, o auditório da *Inter* acolheu um debate sobre a situação das mulheres trabalhadoras, em cujo documento-base é feito um detalhado levantamento da evolu-

ção do emprego feminino no País, apontando o importante peso das mulheres na actividade económica e denunciando os obstáculos e a discriminação que ainda impedem uma verdadeira igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e na progressão nas carreiras.

No Porto teve lugar, também no dia 26, um debate sobre «O sindicalismo e o papel da CGTP-IN na actualidade - problemas, desafios e respostas», promovido pela União dos Sindicatos do distrito, no auditório do Sindicato dos Professores, contou com a participação de Manuel Carvalho da Silva.

Para participar em iniciativas de comemoração dos 25 anos da central, o coordenador da CGTP esteve sexta e sábado na Beira Interior. Carvalho da Silva visitou empresas na Covilhã e interveio num plenário de trabalhadores do município. Ainda na Covilhã, compareceu numa cerimónia pública, organizada pela Câmara Municipal, para assinalar o aniversário da CGTP. Participou ainda em festas-comício, em Castelo Branco e na Guarda, e num almoço-convívio com dirigentes e activistas sindicais deste último distrito.

Cimeira da Administração Pública aprova hoje reivindicações

Decorre hoje em Lisboa a terceira cimeira de sindicatos da Administração Pública, em cuja ordem de trabalhos está incluída a aprovação da proposta de aumentos salariais para 1996, a apresentar ao novo Governo.

Na nota em que, segunda-feira, anunciou a realização da reunião - que envolve os sindicatos mais representativos da Função Pública central, das autarquias locais, médicos, professores, enfermeiros, trabalhadores da Justiça e outros - a Comissão Negociadora Sindical da Plataforma Reivindicativa Comum regista que «o novo secretário de Estado da Administração Pública afirmou hoje a intenção de aumentar os salários "em valores superiores à inflação esperada"», considerando que «este é um ponto de partida para as negociações que se avizinham».

A cimeira de hoje deverá aprovar o valor concreto dos aumentos salariais para o próximo ano, a apresentar ao Gover-

no para negociação, e que, segundo a nota da CNS, «deverá não só ser superior à inflação verificada, como deve ainda garantir:

- a reposição da legalidade do salário mínimo, situando o da Função Pública em valor não inferior ao salário mínimo nacional (hoje está 5,3 por cento abaixo);

- iniciar a recuperação das perdas salariais dos anos anteriores;

- e ter em conta os ganhos de produtividade e a aproximação aos salários europeus».

Além das reivindicações de natureza salarial e dos direitos dos trabalhadores, os sindicatos pretendem também debater com o Governo as suas propostas «para uma efectiva mudança na Administração Pública», onde se incluem questões como a defesa, melhoria e democratização dos serviços públicos; o reforço da negociação colectiva e da participação dos trabalhadores na fixação das suas condi-

ções de trabalho; a estabilização do emprego público e a dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores.

Cozinheiras da CML

A concessão a privados da exploração de refeitórios da CML reflecte-se no aumento dos preços, na quebra de qualidade e até em intoxicações alimentares. A denúncia é feita numa nota do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa que dá conta da aprovação do caderno reivindicativo das cozinheiras da maior câmara do País.

As reivindicações das cozinheiras, aprovadas dia 26 de Outubro em plenário efectuado na sede do STML, dizem ainda respeito a questões como o não pagamento da totalidade das horas extraordinárias efectivamente realizadas, as más condições de trabalho na generalida-

de dos refeitórios, a falta de pessoal neste subsector (as vagas existentes não são preenchidas), o não pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, formas diferenciadas e discriminatórias de refeitório para refeitório, falta de vestuário de trabalho, perigo de encerramento de alguns refeitórios, medidas de valorização da carreira e formação profissional.

O caderno reivindicativo vai ser entregue pelo sindicato aos responsáveis do município e do Governo.



Os problemas dos trabalhadores do Estado e a batalha pela sua resolução reúnem hoje, pela terceira vez, os dirigentes dos principais sindicatos da Administração Pública (foto de arquivo)

Caderno do Superior une professores e estudantes

A plataforma reivindicativa comum do Ensino Superior (que integra os sindicatos da Fenprof, o SNESup e o Sindep) convocou para anteontem uma sessão pública, em Coimbra, com o

objectivo de dar a conhecer o **caderno reivindicativo comum** que resultou do «movimento de convergência possibilitado pelas lutas dos docentes e dos estudantes do Ensino Superior pela satisfação das respectivas aspirações».

O caderno comum é subscrito pela Plataforma e por cerca de meia centena de associações de estudantes, adianta o comunicado de imprensa subscrito por João Cunha Serra, da Fenprof.

Na sessão de Coimbra, deveriam estar representados, além dos sindicatos e das AEs, também o Conselho de Reitores, o CCISP e associações e sindicatos dos funcionários não docentes. Após a sessão pública, reuniria a Comissão Permanente do Conselho Nacional de Docentes e Investigadores (que inclui, além dos sindicatos da PRC, representantes das Comissões de Docentes e Investigadores formadas em vários estabelecimentos de ensino), para «apreciar as condições em que se tem vindo a verificar o arranque do ano lectivo».

vo, perspectivar a futura negociação com o Ministério da Educação e avaliar a preparação do Congresso do Ensino Superior».

Instituto Camões

A Federação Nacional dos Professores apelou na semana passada ao novo Governo para que, «com a maior brevidade, ponha fim à lamentável situação que se vive dentro e fora do Instituto Camões, que não prestigia nem a cultura, nem o País da língua de Camões».

Recordando as «grandes responsabilidades de política cultural externa na difusão da língua e cultura portuguesas no Mundo» herdadas pelo Instituto, a Fenprof alerta para os «momentos dramáticos» que aquele está a atravessar «a todos os níveis», desda a ruptura financeira e institucional, à tensão devida a «atitudes de uma arrogância sem precedentes exercidas por alguns directores de serviços».

De 6 a 9 de Novembro Carteiros param no Barreiro

Na próxima semana, de segunda a quinta-feira, não haverá correio em toda a área do Centro de Distribuição Postal do Barreiro. Nos primeiros dois dias, os carteiros estão reunidos em plenário, para decidir a forma de actuação em termos de futuro e para preparar a greve geral convocada para dia 8. Na quinta-feira voltam a reunir para analisar os efeitos da luta e decidir da sua continuação ou não.

A informação é dada num comunicado à população e à imprensa, distribuído no final da semana passada pelos trabalhadores do CDP/Barreiro, a Comissão de Trabalhadores dos CTT e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. Nesse documento são apontados como objectivos da luta a **melhoria das condições de trabalho**, o **preenchimento efectivo dos postos de trabalho**, um **serviço público de correios de qualidade** e o **respeito dos direitos dos trabalhadores**.

A gestão dos CTT, acusa-se no comunicado, vem obrigando os carteiros a fazerem a entrega de todo o serviço que chega ao CDP, mesmo quando o seu volume ultrapassa as medidas de trabalho normais, sendo obrigados, muitas vezes, a trabalhar fora do seu horário, sem receberem horas extraordinárias. A qualidade de serviço é muito influenciada por isto, uma vez que os carteiros deixaram, há muito, de poderem prestar atenção aos utentes, trabalhando a um ritmo que, forçosamente, os leva a cometer erros - refere o documento, notando que, com tal situação, perdem os clientes e os

trabalhadores ainda ficam sujeitos a sanções disciplinares.

A política de pessoal nos CTT tem sido dirigida para «impor a submissão cega» do pessoal. É especialmente criticado o facto de, para ocupar postos de trabalho permanentes, a empresa recorrer, sistematicamente, a contratados a prazo, o que prejudica estes trabalhadores (não vêm reconhecidos os seus direitos mais elementares), o pessoal efectivo (sistematicamente têm que ensinar novos contratados a prazo, sem que tenham tempo contabilizado para esse efeito, ao longo do dia de trabalho), as chefias (têm permanentemente que gerir uma situação de insatisfação dos trabalhadores e de potencial conflito, enveredando, muitas vezes, pela via da repressão), o público (não é servido eficazmente) e a própria empresa (pois tudo isto contribui para degradar a imagem e põe em causa o tradicional prestígio dos CTT).

No comunicado são também tecidas fortes críticas às más condições das instalações do Centro de Distribuição: «São exíguas, ao ponto de obrigarem os trabalhadores a transitarem por cima das correspondências e

a um constante choque com os companheiros de trabalho. Não têm iluminação adequada. Os sanitários são em número insuficiente. Não há balneários. Os vestiários/armários individuais são em número insuficiente.»

A CT e o sindicato já participaram estes factos à Inspeção de Trabalho, só que «esta, provavelmente, enviou inspectores míopes para verificar as condições em que se trabalha neste Centro de Distribuição Postal, e não viram nada. Nem sequer viram que a maior parte dos contratados a prazo está em situação ilegal» - comenta-se no comunicado.

Os trabalhadores do CDP/Barreiro e as suas estruturas representativas recordam que «há muito tempo que temos promessa de abertura do novo CDP da Baixa da Banheira e de transferência do CDP do Barreiro para novas instalações». Contudo, «passaram anos» e estão «fartos de promessas não cumpridas». «Tudo continua na mesma», depois de «inúmeras diligências» feitas junto dos responsáveis da empresa, pelo que «acabou a paciência»: «Agora, ou resolvem, ou a luta vai continuar» - afirma o comunicado.

União de Braga denuncia «Lei da selva» na Mabor

não aceitar é posto a limpar o jardim, valetas, arrumar o lixo, etc.»;

2. «Substitui estes trabalhadores efectivos, nos locais de trabalho, por trabalhadores contratados a empresas de aluguer de mão-de-obra e por trabalhadores que estão no curso de formação profissional»;

3. «Não permite que os trabalhadores reúnam em plenário, ao abrigo da Lei Sindical e da Lei das Comissões de Trabalhadores, descontando nos vencimentos as horas de participação nos referidos plenários»;

4. «Muda constantemente os trabalhadores de horários e de funções, violando o contrato colectivo de trabalho»;

5. «Exerce pressão sobre as organizações dos trabalhadores,

tendo despedido abusivamente o coordenador da CT, Domingos Peixoto, e instaurando também processos disciplinares arbitrários a outros representantes».

A USB expressa a esperança de que a administração da Continental/Mabor «emende o seu comportamento a breve prazo, sob pena de não restar aos trabalhadores e às estruturas sindicais outra alternativa que não seja a de mobilizar os trabalhadores e a sociedade para a denúncia e a luta mais geral a todos os níveis».

Novadume

Na segunda-feira, a administração da Novadume (também no distrito de Braga) confirmou

que não paga os salários de Setembro e apelou às 50 trabalhadoras da firma (que cumpram o seu sétimo dia de greve pelo pagamento das remunerações em dívida) para que retomassem o trabalho, com a vaga promessa de ver se seria possível pagar-lhes um mês... em Dezembro.

O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, com sede em Guimarães, emitiu uma nota de imprensa denunciando a situação na Novadume e sublinhando que, «com firmeza de classe, as trabalhadoras, jovens mulheres, estão dispostas a continuar a luta, pelo menos até ao próximo dia 6 de Novembro, data em que se realiza uma assembleia de credores, da qual pode resultar a falência da empresa».

As presidenciais na Lavandaria da Lapa

A candidatura de Cavaco Silva a PR, agora publicamente assumida, tornou visível o desenvolvimento de uma operação de branqueamento das responsabilidades e perfil político do candidato.

Aliás, nos últimos anos, inusitadamente, o Partido de Cavaco e Nogueira transformou-se numa autêntica lavandaria que, a partir da sede da Lapa, procede ao branqueamento sistemático e em quantidades industriais de ministros e deputados, gestores e assessores, dirigentes e candidatos, maiorias e governos.

Mas atentemos na «grande operação de candidatura de Cavaco», no seu desenvolvimento, incidentes e respectiva orientação publicitária.

Quando Cavaco, partindo da certeza da derrota eleitoral anunciada dos seus Governo e Partido nas legislativas, lançou o primeiro «tabu», lançou simultaneamente a «grande operação de candidatura a Belém».

No imediato tratava-se de minorar a derrota pessoal nas eleições legislativas, distanciando o seu (dele) Governo e o PSD, e transferir a responsabilidade da «débacle», no todo ou em parte, para o seu sucessor no Partido, qualquer que ele fosse.

A prazo, com suporte dum segundo «tabu», tinha em vista o seu objectivo essencial de vitória nas presidenciais.

No desenvolvimento desta «grande operação», os interesses de Cavaco e do PSD quase sempre coincidiram.

Assim aconteceu na luta bem sucedida pela sobrevivência do Governo em funções até Outubro, que permitiu alimentar ilegalmente, com os recursos do Estado, duas campanhas eleitorais, a do PSD para o Parlamento e a de Cavaco para Belém.

Foi assim no «Congresso do Coliseu», que viabilizou a expressão do afastamento entre Cavaco e o respectivo Partido e se traduziu num monumental branqueamento mediático do PSD, que a partir daí passou a jogar simultaneamente como Governo e oposição.

E foi assim no momento de avançar publicamente com a candidatura de Cavaco a Belém, tarde de mais para qualquer recuo e hipótese única do PSD procurar salvar a face após o «terramoto» de 1 de Outubro.

Mas, até agora, no decorrer da «grande operação de candidatura de Cavaco» não foram de sobremesa os momentos de conflito entre os interesses de Cavaco e os do seu Partido.

Desde logo porque ao manter-se como Primeiro-Ministro, condicionou a nova liderança do PSD ao quadro dos interesses, metas e «timings» da sua candidatura a Belém.

A Direcção PSD de Nogueira pôde, é certo, lançar diversas manobras de branqueamento, como a «operação transparência», a «abertura à sociedade civil» ou o «homem de confiança», mas muitas outras ficaram por lançar ou não passaram de intenções.

O PSD, sob a responsabilidade de Nogueira, foi longe de mais na hipocrisia com que interveio no acto eleitoral, mas, condicionado pelo «projecto presidencial de Cavaco» não foi tão longe como pretendia na sua farsa «oposicionista».

Chegou-se ao ponto de Cavaco e Nogueira se desmentirem publicamente, dando notícia de discordâncias quanto às prioridades e instrumentos das duas batalhas eleitorais, e isto quando estava no auge o processo de dramatização e bipolarização artificial, na última semana da campanha eleitoral.

São evidentes, entre o baronato PPD/PSD, o mal-estar, as culpabilizações entre dentes, a vontade de ajuste de contas e de lavar a «roupa suja» numa daquelas barreiras à antiga, como a «lavandaria da Lapa» não vê há uns anos.

Mas nada de ilusões. «Noblesse oblige», a barreira está adiantada. Os «laranjinhas» vão fazer os impossíveis para que Cavaco ganhe as eleições presidenciais.

Mesmo os que por lá mais desejam fazer o funeral de Cavaco e cantar o requiem de corpo presente ao Nogueira, não deixarão de participar nesta batalha, sob pena de perderem a guerra e hipotecarem o futuro dos respectivos lobbies.

A direita, toda a direita, lá estará com Cavaco, de forma mais ou menos explícita mas lá estará, e logo à primeira volta, que essa coisa do PP/CDS é «engraçada» mas é circunstancial e não tem nem candidato nem alternativa.

E a grande operação de branqueamento de Cavaco que já foi lançada, com a treta da «experiência» e da «estabilidade», ou a mistificação absurda de que os candidatos Cavaco e Sampaio «são iguais» e se trataria agora de repor um qualquer «equilíbrio», ou o desejo subentendido de certos «amigos» do PS de que Cavaco em Belém sirva de alibi para as mais desbragadas políticas de direita, que pretendem ver prosseguidas pelo Governo PS, permite antever que não vai ser fácil derrotar a corrida de Cavaco para Belém.

Cavaco Silva, branqueado ou nem por isso, corporiza o projecto revanchista, autoritário, clientelar e desestabilizador da direita.

Pela nossa parte, duma vez por todas, chega de Cavaco.

■ Carlos Gonçalves

MDM reclama Reforma das mulheres aos 62 anos

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) reclamou a reposição dos direitos retirados durante o consulado cavaquista (nomeadamente a idade de reforma aos 62 anos e a dispensa de trabalho nocturno na indústria), exigindo simultaneamente a atribuição do estatuto de parceiro social às Associações de Mulheres e a criação de um Instituto da Mulher na dependência directa do Primeiro-Ministro.

Estas medidas constam das decisões finais tomadas pelo Conselho Nacional do MDM na sua reunião do passado fim-de-semana, no decorrer da qual foram abordadas questões relativas à situação das mulheres portuguesas e se perspectivou a acção a desenvolver pelo Movi-

mento na defesa das mulheres, da igualdade e do direito de cidadania plena.

Dada a coincidência da sua reunião com a tomada de poder do actual Governo, o MDM decidiu ainda enviar uma Carta Aberta ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Assembleia da República, na qual expressa a «necessidade imediata de uma nova política para as mulheres», o que, do seu ponto de vista, «implica a tomada de medidas estruturais capazes de assumir com mais eficiência a valorização do estatuto das mulheres e a defesa intransigente dos seus direitos e regalias, bem como da igualdade de oportunidades no trabalho, na saúde, na educação e na segurança social».



Na universidade do Algarve Estudantes contra extinção de cursos

A possibilidade de virem a ser extintos alguns cursos na Universidade do Algarve está a gerar uma onda de descontentamento e revolta entre os alunos daquele estabelecimento de ensino, os quais admitem, inclusive, caso haja fuga ao diálogo por parte do reitor, entrar em greve como forma de protesto.

A gota de água que fez transbordar o copo - após a extinção

do curso de Gestão, Hotelaria e Turismo e do anúncio pelo reitor de que iriam igualmente cessar outros cursos - foi a deslocação para Faro do 1º ano do curso de Educação Física, a poucos dias do início das aulas, apanhando de surpresa os alunos já instalados, assim como alguns professores que só no início das aulas foram avisados que iam leccionar para Vila Real de Santo António.

Para os alunos, que há dias promoveram uma reunião geral, onde expressaram as suas preocupações e suspeitas, resulta claro que «o reitor anda a fugir ao diálogo» e que «a não entrada de novos alunos este ano e o cancelamento da construção de uma residência é indicador do destino deste pólo».

Pronunciando-se sobre a situação em curso, a DORAL

da JCP manifestou em comunicado o seu apoio aos alunos, sublinhando que as instalações daquele pólo (cedido pela Câmara) até estão subaproveitadas, e que a Reitoria «além de estar a prejudicar os alunos», está simultaneamente a comprometer «as perspectivas de desenvolvimento daquela cidade, gravemente afectada pela crise nos sectores conserveiro e das pescas».

Área ribeirinha do Montijo

A Câmara Municipal do Montijo assinou com a Administração do Porto, de Lisboa um protocolo de cooperação com vista à valorização e requalificação da zona ribeirinha do município.

Rubricado na passada segunda-feira, em cerimónia no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o documento estabelece medidas de intervenção que permitirão na faixa ribeirinha, a breve trecho, o reencontro da população com o rio Tejo.

PER arranca na Moita

A Câmara Municipal da Moita aprovou recentemente a adjudicação da empreitada de construção das duas primeiras fases do Programa Especial de Realojamento (PER).

Orçando os 378 mil contos, os 72 fogos a construir nestas duas fases, que vão arrancar em simultâneo, destinam-se a realojar as pessoas que vivem actualmente numa zona de barracas, no Vale da Amoreira. Ainda até ao final do ano, segundo uma nota da divisão de informação do Município, deverão ter início as obras da nova urbanização, constituída por oito prédios com três pisos, num total de 48 fogos e 24 moradias geminadas.

Subsídio para alunos carenciados

Ainda no município da Moita, de acordo com uma informação chegada à nossa redacção, o valor total do subsídio para auxílios eco-

nómicos atribuídos pela autarquia para o ano lectivo em curso ascende a 3.158 contos. Esta verba - que vai ser de imediato disponibilizada às escolas do primeiro ciclo do ensino básico -, destina-se a possibilitar a compra de manuais escolares aos alunos oriundos de famílias com baixos recursos.

A verba agora aprovada abrange todas as escolas do concelho, contemplando 812 crianças.

Plano de Salvaguarda de Sacavém

Apresentado terça-feira - com uma sessão inaugural -, está em exposição e em período de discussão pública o Plano de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Sacavém.

A decorrer até dois de Dezembro próximo, esta exposição e discussão pública terá como momentos altos, durante o mês de Novembro, a sessão dedicada a espaços públicos e equipamentos (dia 10), a que se seguirá uma outra subordinada ao tema da habitação (dia 17), concluindo-se o ciclo no dia 24 com um debate sobre as actividades económicas.

Da iniciativa da Câmara Municipal de Loures, este Plano de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Sacavém - um projecto-piloto, recorde-se - foi elaborado na perspectiva de conferir ao município um instrumento de ordenamento que lhe permita «liderar o processo de qualificação do seu território, tendo como objectivo um desenvolvimento que conduza à afirmação de Sacavém como um centro urbano qualificado, onde os seus concidadãos se sintam identificados e dignificados, onde possam usufruir de um quotidiano de vida de qualidade».

ONU Entre a crise e a urgência da mudança



Os 50 anos da ONU ocorrem num momento de crise desta organização internacional única. Crise de funcionamento, de inadequação a um mundo diverso, e de que as consequências práticas, no imediato, se traduzem no desmesurado peso das grandes potências, e em particular dos Estados Unidos. Crise financeira, que levou mesmo ao lançar de um apelo do secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali. Crise que reflecte a complexidade e instabilidades da realidade internacional de hoje. Tal como o flagrante contraste entre declarações de princípio - uma vez mais reafirmadas - e as políticas concretas dos Estados membros, ou do Conselho de Segurança.

A Carta da ONU, em vigor desde 1945, proclama a vontade das nações de concretizar "a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de ordem económica, social, intelectual e humanitária". A ONU proclama-se então como "um centro onde se harmonizam os esforços das nações com vista aos seus fins comuns".

A vida indica que estes objectivos estão muito longe de ser alcançados, e o problema das desigualdades e do seu aprofundamento é geralmente reconhecido como estando no centro das crises, das instabilidades e das guerras que marcam a realidade actual.

A verdade é que, se as percentagens traduzem alguma melhoria nos indicadores das condições de vida, em números absolutos há cada vez mais pobres - cerca de um bilião e 300 milhões por todo o planeta. O fosso entre a quinta parte da população mais rica e a da população mais pobre duplicou nos últimos trinta anos.

Nos documentos aprovados nos encontros e cimeiras, valoriza-se mais o desenvolvimento humano e reconhece-se formalmente a necessidade de dar resposta a este aprofundamento de desigualdades.

Na Cimeira Social de Copenhague sublinha-se a necessidade de todos contribuírem, "pelos



O edifício da ONU em Manhattan, iluminado para celebrar o 50º aniversário da organização

seus esforços e recursos, para reduzir as desigualdades existentes nos países em desenvolvimento num esforço mundial para atenuar as tensões sociais e aumentar a estabilidade e a segurança sociais e económicas".

Mas a realidade de hoje pode de algum modo ser simbolizada por esse muro que está a ser construído, ao redor do enclave espanhol de Ceuta, "posto avançado da União Europeia", e com a participação de fundos comunitários, como barreira para "impedir o afluxo dos imigrantes".

Assiste-se a uma redução geral da ajuda ao desenvolvimento e concretamente à redu-

ção de verbas destinadas aos programas e organizações especializadas das Nações Unidas mais directamente virados para a promoção desse desenvolvimento.

O orçamento da Organização Mundial de Saúde tem vindo a reduzir-se regularmente nos últimos doze anos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) teve de reduzir em 30% os seus programas de intervenção no terreno. É o caso, por exemplo, do programa de luta contra a Sida, no Zaire.

Também a FAO (organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura) refere que a ajuda ao sector agrícola

sofreu uma quebra de cinco mil milhões de dólares nos últimos dez anos.

Entretanto, nestes cinquenta anos de vida, a ONU - cuja imensa importância na vida política internacional ninguém põe em causa - participou directamente e reflectiu a grande transformação mundial gerada pela independência e o protagonismo dos muitos povos antes colonizados.

Mais de cento e trinta novos países, que representam actualmente dois terços da humanidade, surgiram neste período. O que gerou grandes mudanças na própria ONU. Sem reflexo, entretanto, ao nível das decisões fundamentais, que continuam a depender do restrito grupo do Conselho de Segurança, hoje reduzido à expressão prática de um único poder.

Impõe-se assim, como afirmou Nelson Mandela na Assembleia Geral das Nações Unidas, uma reavaliação do papel das Nações Unidas e das suas estruturas, que "deverão reflectir a diversidade do nosso universo e garantir o equilíbrio entre as nações no exercício do poder no sistema das relações internacionais em geral, e no Conselho de Segurança em particular". Também para dar esperança aos muitos marginalizados do planeta.

Declaração final

Os 185 países membros da ONU, reunidos em Nova Iorque para assinalar o 50º aniversário das Nações Unidas, adoptaram a semana passada uma Declaração final em que os chefes de Estado e governo formalmente se comprometem a agir para que "a ONU de amanhã trabalhe com um vigor e uma eficácia renovadas pela promoção da paz, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça e da compreensão entre os povos".

"Tudo faremos para que a Organização das Nações Unidas entre no século XXI dotada de meios, recursos financeiros e estruturas que lhe permitam servir eficazmente os povos em cujo nome foi criada" - sublinha a Declaração que, na mesma linha da Cimeira Social de Copenhague, refere a necessidade de a ONU defender, em particular "os que sofrem e os mais desfavorecidos".

Os chefes de Estado e de governo reafirmam ainda o seu empenhamento em "promover a solução dos conflitos por meios pacíficos, de acordo com a Carta das Nações Unidas, e reforçar a capacidade da organização no que respeita à prevenção dos conflitos, à diplomacia preventiva, à manutenção e consolidação da paz".

Declaram-se determinados a "apoiar energicamente" a acção da ONU e as iniciativas nacionais e regionais que vão no sentido do "controlo e limitação dos armamentos e do desarmamento, assim como da não-proliferação das armas nucleares".

A Declaração reafirma "o direito de todos os povos a dispor de si próprios, tendo em conta a situação específica dos povos submetidos ao domínio colonial e a outras formas de dominação ou de ocupação estrangeira".

Foi igualmente assumido o compromisso de "agir em comum" para fazer frente "às ameaças que o terrorismo, sob todas as suas formas e manifestações, o crime organizado à escala internacional, o comércio ilegal de armas e a produção, consumo e tráfico de drogas, fazem pesar sobre os Estados e os povos".

No que respeita aos diferentes projectos relativos à composição do Conselho de Segurança, a Declaração indica que convém aumentar o número dos seus membros, de forma a reforçar a sua eficácia, aumentar a representatividade e melhorar o seu funcionamento. Mas o documento constata que persistem "importantes divergências" sobre "questões essenciais" desta reforma.

* Dois mil milhões de dólares é o montante da dívida dos Estados Unidos em relação à ONU. O que corresponde a 80% do orçamento anual da organização.

* A ONU e as suas agências especializadas têm, no mundo inteiro, um número de funcionários inferior (em 4.000) ao dos empregados dos três parques americanos Disneylandia e o correspondente a um terço dos assalariados da McDonald nos EUA.

* O orçamento para o funcionamento dos centros da ONU em Nova Iorque, Genebra, Viena, Nairobi, e das cinco comissões regionais, corresponde a dois terços do da polícia de Nova Iorque.

CPPC participa em marcha antinuclear

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) participou na marcha antinuclear contra os ensaios e por um mundo sem armas nucleares que, como o "Avante!" entretanto noticiou, reuniu mais de quinze mil pessoas de toda a região bretã em frente da maior base nuclear francesa, em Ille-Longue, na região de Brest.

Participaram igualmente nesta marcha representantes de organizações pacifistas da Alemanha, Inglaterra, País de Gales e Escócia, da Irlanda, Finlândia, Japão e Estados Unidos. Aderiram à iniciativa - apoiada por dezenas de organizações pacifistas, ecologistas, sindicais e políticas - numerosas personalidades.

Durante um Colóquio internacional realizado em Rennes na véspera da marcha antinuclear - onde estiveram em debate aspectos da situação política internacional, das tarefas do movimento da Paz e das campanhas comuns ou convergentes no plano do desarmamento - foi lançado o Apelo "Por um mundo mais seguro, por um mundo melhor", já referido nas nossas páginas.

Em Portugal, o Apelo - que conta com José Saramago entre os primeiros signatários - foi divulgado por ocasião da sessão comemorativa do 50º aniversário das Nações Unidas, promovida por iniciativa de 26 organizações nacionais e realizada em 24 de Outubro, em Lisboa.

Nuclear

A Nova Zelândia apresentou um protesto formal segunda-feira pelo terceiro teste nuclear francês no Pacífico sul e levantará a questão quando acolher, entre 10 e 13 de Novembro, uma reunião de chefes de governo da Commonwealth. A França efectuou uma detonação subterrânea sexta-feira passada no atol de Mururoa, Polinésia francesa. Foi o terceiro teste em dois meses e foi de 60 quilotoneladas, equivalente a 60 toneladas de TNT, ou três vezes a força da bomba que destruiu Hiroxima.

Grã-Bretanha

O governo britânico prepara-se para recusar asilo político aos refugiados de vários países, nomeadamente da Argélia, Nigéria e Sri Lanka.

A informação é divulgada pelo "The Guardian", que refere um relatório da direcção do Partido conservador.

Japão

O secretário norte-americano da Defesa, William Perry, deslocou-se ao Japão.

Os americanos têm a intenção de conservar as suas bases em Okinawa, apesar das manifestações que se têm vindo a realizar contra a presença de bases militares norte-americanas em território japonês.

EUA

A comissão judicial da Câmara de representantes adoptou um projecto de lei contra a imigração.

O projecto exclui todos os imigrantes em situação irregular do direito à maioria das ajudas sociais e prevê o recrutamento de mais cinco mil guardas fronteiriços.

Itália

A moção de censura, apresentada pela aliança de direita dirigida por Silvio Berlusconi, contra o presidente do Conselho italiano, Lamberto Dini, foi derrotada no Parlamento.

310 deputados votaram contra e 291 a favor. Os deputados da Refundação Comunista decidiram retirar-se do hemiciclo no momento do voto.

Curdos

Seis dos oito deputados curdos presos em Março de 1994, em Ancara, tiveram as suas penas confirmadas. O governo turco utilizou contra estes deputados - tal como em relação a numerosos escritores e jornalistas curdos e turcos - um artigo da Constituição que criminaliza a "propaganda separatista".



O desemprego atinge actualmente 22% da população activa espanhola

Espanha Governo de González sem orçamento

Isolado e desacreditado, o governo de Felipe González persiste em manter-se no poder até às eleições de Março próximo. Em condições de extrema instabilidade - sem orçamento para 96 e corroído por escândalos acumulados, com vários ex-ministros inculcados por terrorismo ou corrupção.

A rejeição do orçamento para 96 por parte do Congresso de deputados é o último abalo, na sequência de uma sucessão de escândalos.

O projecto de orçamento foi rejeitado por 183 votos contra 158. Apenas os deputados socialistas - agora minoritários no parlamento - votaram a favor do orçamento.

O projecto de orçamento para 96 apostava num claro agravamento da austeridade, tendo como característica principal as restrições dos gastos públicos para assim reduzir o défice, adequando-o às exigências de Maastricht.

O que não poderia deixar de se reflectir num ainda maior agravamento do desemprego, que actualmente já duplica a média europeia.

A taxa de desemprego prevista para 1996 situa-se nos 22% da população activa (10% é a média na CEE). Acresce que os desempregados, como resultado das medidas legislativas entretanto tomadas em relação à protecção social no desemprego, verão esta protecção reduzida. O que naturalmente agrava a marginalização de amplos sectores da população.

Os novos postos de trabalho - 280.000 em 1995 e 300.000 em 1996, segundo as previsões - correspondem, em grande medida, a trabalho menos qualificado, mais precário, mais mal pago, com menores custos para o patronato.

Uma vez mais estavam previstos investimentos públicos muito inferiores aos 5% do PIB, considerados pelo próprio governo como o nível necessário para cobrir as necessidades da economia espanhola.

Entretanto, sectores fundamentais da economia espanhola estão seriamente afectados.

As negociações entre a União Europeia e Marrocos apontam para um compromisso que implica uma grave redução da actividade dos pescadores espanhóis e portugueses ao largo das costas marroquinas.

O encerramento dos estaleiros navais de Sevilha e Cadiz leva na prática à destruição de 5.000 postos de trabalho.

A tensão, as lutas e mesmo os confrontos com a polícia, que ocorreram entretanto nestas duas cidades, levaram o governo do PSOE a retirar o "plano estratégico de competitividade do estaleiro naval" e restabelecer o diálogo com os sindicatos, de que resultou uma decisão, após três semanas de negociações, de optar por 3.900 reformas antecipadas.

O mesmo problema existe em relação aos estaleiros navais de Valença, País Basco, Astúrias, Galiza. E ainda noutros sectores da indústria e da actividade económica em Espanha.

A situação nos estaleiros navais e nas pescas é a ponta do icebergue dos inúmeros problemas da economia espanhola.

Entretanto, o governo espanhol aposta no corte das despesas públicas e na privatização das poucas empresas rentáveis. As suas preocupações nesta área são sobretudo norteadas por uma redução do deficit público, totalmente condicionado pelas políticas de Maastricht.



Manifestação de protesto contra os testes nucleares franceses e as centrais nucleares na Catalunha

■ Sérgio Ribeiro

Em Setembro (ou Outubro?) de 1991, em Berlim, numa reunião do grupo que os deputados comunistas portugueses integravam no Parlamento Europeu, tive a tarefa de comentar a Conferência Intergovernamental para a União Económica e a passagem à 3ª fase da União Económica e Monetária como então se vislumbrava. Julguei oportuno caricaturar a questão das "duas velocidades", de que se começava a falar na altura, e referi que, de acordo com determinadas perspectivas, se viriam a confrontar quatro situações (ou velocidades) quanto à entrada na 3ª fase da UEM: 1) os Estados-membros que queriam e poderiam; 2) os Estados-membros que queriam mas não poderiam; 3) os Estados-membros que, dada a presunção do depois afirmado *opting-out*, mesmo que pudessem, não queriam, e colocava, ainda, a hipótese dos que 4) não queriam e que, mesmo que quisessem, não poderiam. O que não facilitaria, antes viria contra o objectivo da coesão económica e social, que defendíamos como prioritário. E urgente.

Quatro anos depois desta lembrança - que, naturalmente, só eu guardei -, o "livro verde" da Comissão que vem apresentar as "modalidades da passagem à moeda única", ao fazer o retrato da actual situação, ou situações, reproduz o que foi previsto, embora, evidentemente, com contornos mais "soft", fugindo à terminologia das "duas ou várias velocidades", usando a expressão ritmos diferenciados.

Qual foi a estratégia que se procurou implementar, depois do acordo de Maastricht, em Dezembro de 1991, para chegar à 3ª fase da UEM e, rapidamente (art. 109ºL do Tratado da UE), à moeda única?

No quadro do Sistema Monetário Europeu/Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC), em que deveriam passar a participar todas as moedas de todos os Estados-membros, as duas bandas, a estreita e a larga, passariam a uma, estreitando-se cada vez mais até se chegar às paridades fixas ou quase, isto é, à banda 0.

O que aconteceu, na realidade?

Atravessou-se um período de recessão económica e de graves perturbações monetárias, alimentado por movimentos especulativos. E encontramos, quatro anos passados, no fundo de um "funil ao contrário", numa banda larguíssima, com mais ou menos 15 por cento e, mesmo assim, com moedas fora do MTC.

A partir daqui, qual a base de reflexão, quando se prepara a avaliação das estratégias adoptadas ou decorrentes de Maastricht, e dos seus resultados?

Ao que tudo mostra, a base de reflexão é... não reflectir, é acelerar na procura do objectivo, é substituir a via da estratégia falhada mas pela imposição, por decreto, do que a evolução da realidade recusou.

Importa dizer, entre parênteses, que ninguém, salvo os especuladores, negará a pertinência dos objectivos de estabilidade

cambial e de equilíbrio das finanças públicas. Só que estes objectivos teriam de ser instrumentais, não só porque se referem a instrumentos da política económica, mas também porque deveriam estar ao serviço da convergência económica e social, e não deveriam ser erigidos em objectivos essenciais, enquanto elementos de uma convergência nominal, que coloca metas e prazos intocáveis e inamovíveis, mesmo que à custa de desemprego e do agravamento da desconvergência real, como estudos encomendados (NIGEM, Stuart-Holland) o comprovam.

Acrescentaria, ainda como parenteses, que esta situação, e decisões que se tomam a partir dela, não são "inocentes" ou fruto de "incompetência técnica", mas sim o resultado de uma política ultraliberal, monetarista, anti-social, que serve os interesses do capital transnacional, embora com problemas e dificuldades próprias das contradições intrínsecas ao sistema.

Um livro elucidativo

O "livro verde sobre as modalidades de passagem à moeda única", apresentado pela Comissão, ilustra a situação e faz elucidativas propostas. Com toda a clareza, afirma não pretender responder às questões de "quem" e de "quando", questões que ficarão para "quando oportuno", mas, sim, procurar uma resposta adequada para o "como".

Trata-se, pois, de documento

que propõe as modalidades do "como" sem discutir as consequências do "quando", já pré-fixado, não importa com "quem", ou melhor, trata-se de encontrar o "como" para se cumprir o "quando", com os Estados-membros que possam e queiram.

Ora, "quem" ou "quem não" é uma questão política maior, talvez não para a Alemanha e o Luxemburgo, talvez não para o Reino Unido (que, aliás, poderá não querer), mas sê-lo-á, por ordem não de todo arbitrária e só tendo em conta os critérios das finanças públicas, para a Finlândia, França, Dinamarca (que pode *poder mas não querer*, ou *nem querer nem poder*), Holanda, Irlanda, Áustria, Espanha, Portugal, Suécia, Bélgica, Itália e Grécia. (*)

Só pelo par de critérios das finanças públicas, apenas o Luxemburgo, a Alemanha e, talvez, o Reino Unido, estarão em condições de cumprir a convergência nominal e, se for tomada uma posição baseada em avaliações objectivas (art. 109ºJ, 2. e 4. do TUE), todos os outros ficarão de fora da UEM... apesar dos esforços que lhes foram exigidos para que cumprissem o que foi estipulado com base em realidades que não eram as suas.

Deste modo, inamovível o "quando", por respeito para com Maastricht, adivinha-se "quem"... porque não haverá facilitações na interpretação que o TUE possibilitaria, salvo alguma excepção absolutamente excepcional...

Na verdade, agora mesmo, nos despachos de agência que me caem na secretária enquanto alinhavo estas notas, a France-Presse, a Reuter e a Ansa dão conta da reunião da CDU (alemã!), onde Kohl foi peremptório: "só os países que respeitarem os 5 critérios de estabilidade poderão entrar na 3ª fase da UEM".

Mais. A CDU/Kohl impõe uma *nova condição*, que é a de que o respeito pelos critérios de convergência do tratado de Maastricht seja *durável*. Para dar a ideia da importância da questão, e para negar que haja "histeria alemã", Kohl afirma que o "destino da democracia alemã" depende do respeito pelos critérios de passagem à moeda única, e não recua perante o dramatismo de falar em Hitler, que teria chegado ao poder porque se destruíra a confiança da opinião pública na democracia, ao que parece por não se terem respeitado os critérios de Maastricht no relativo à inflação!...

No entanto, é significativo que, no mesmo "dossier de actualidades", um despacho da Reuter saliente que o comissário Leon Brittan se afirmou convicto de que a França conseguirá entrar para o grupo dos países que poderão passar à 3ª fase, apesar das turbulências que estará a atravessar o franco francês. O que também é significativo é que, nessa mesma declaração, Brittan tenha dito que uns Estados-membros entrariam primeiro e outros depois, embora para esses não haja "quando", e há quem diga que não haverá...

Nesta mescla de afirmações peremptórias e de muita confusão objectiva - porque não se imagina uma UEM formada pela Alemanha, o Luxemburgo e, talvez, o Reino Unido, e, talvez, excepcionalmente, a França -, o "livro verde" vem definir o "como" e aflora a questão dos que não entrarem, tranquilizando com o que diria ser um exemplo de humor negro: "deverá ser assegurada a estabilidade entre as moedas dos dois grupos de países (os países participantes na UM e os restantes países) e dever-se-á proceder a uma *reflexão profunda quanto ao mecanismo que se imporá após o início da Fase III*" (meu sublinhado)

Voltando ao "como". Então... como?

Finanças públicas - EUR (% do PIB)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Receitas correntes	44.8	44.7	44.6	45.6	46.7	46.0	46.2	45.9
Despesas	47.2	48.7	49.0	50.7	52.4	51.5	50.7	49.7
Défice efectivo	-3.6	5.1	-4.4	-5.1	6.3	-5.5	-4.5	-3.9
Défice corrigido das variações cíclicas ¹	-3.7	-5.0	-5.5	-5.4	5.0	-4.5	-4.0	-3.6
Dívida bruta		58.7	56.0	60.3	66.2	68.1	70.3	70.4

¹ Estimativa dos Serviços da Comissão

agem à moeda única" s consumados "países restantes"

Para o "livro verde", o "big-bang" imediato, que corresponderia à mudança radical para a moeda única no início da UM, de uma só vez e a um só tempo logo após a fixação das paridades, não é exequível, até porque as moedas e as notas não estariam prontas quando o "timing" do tratado o impõe e este não pode ser posto em causa; o "big-bang" retardado, isto é, esperar pelas condições jurídicas e técnicas, esperar pelas notas e moedas, seria desrespeitar o art. 109º L-4., que exige a "introdução rápida do Ecu como moeda única desses Estados-membros", além de que, como adverte a relatora do Parlamento Europeu, essa espera tiraria credibilidade à fixação irrevogável das taxas de câmbio que terá de se fazer até 1 de Janeiro de 1999, por a essa fixação se seguir um longo período de transição.

Assim, a proposta é a de se fazer em três etapas, e adoptar a solução realista de um cenário de referência e massa crítica. Ou seja, A) o lançamento através da tomada de decisão de passar à moeda única com "quem" e, o mais tardar um ano depois, a 1.1.99, B) o início efectivo caracterizado pela fixação irrevogável de paridades, com a utilização da moeda única a nível de uma massa crítica de actividades financeiras, e uma política monetária única e emissão de títulos de dívida pública novos, pelo prazo máximo de três anos, após o que estaria concluído o processo de transição e C9 se introduziriam, no fim de "várias semanas", para conclusão da transição por parte do sector bancário e dos operadores públicos e privados, as moedas e as notas com a passagem à moeda única nos restantes sistemas de pagamento.

Tudo somado, a moeda única estaria em pleno, com utilização exclusivamente nalguns Estados-membros da União Europeia, algumas/várias semanas depois do 1º de Janeiro de 2002.

Para tanto, o "livro verde" apela à colaboração indispensável dos que chama os "principais actores interessados: as instituições, os governos e o sector privado", sendo, no entanto, também indispensável (cito) "explicar aos cidadãos europeus o verdadeiro significado da nova moeda e convencê-los de que se trata de um elemento propiciador de estabilidade, de crescimento e de bem-estar futuro do nosso continente".

Um relatório fundamentalista

Entretanto, para este "livro verde", a subcomissão de assuntos monetários elaborou um relatório, entregue à deputada socia-

lista alemã Randzio-Plath, presidente da subcomissão.

Para resumir, diria que o relatório adopta posições "fundamentalistas" pois não se fica por dar o seu acordo ao proposto pela Comissão e vai mais além, após "excomungar" os que utilizariam as dificuldades como pretexto para adiar a União Monetária, aqueles que etiqueta de "opositores à União Monetária" e que se aproveitariam de meras dificuldades técnicas para os seus inconfessáveis desígnios.

Seguindo a ordem do articulado, anota-se uma preocupação positiva no ponto 7. ao insistir "na necessidade de que o cenário adoptado não determine distorções da concorrência e uma concentração do poder económico".

Logo depois, no ponto 8., se encurtam os prazos que a Comissão propõe, a exemplo do que já fizera o socialista holandês Metten, aquando do relatório sobre a introdução do ecu como meio de pagamento legal (Maio último). O SEBC deveria entrar em funcionamento antes de 1.1.1999, a fase B) deveria durar apenas dois anos, as moedas nacionais ainda em circulação seriam apenas válidas enquanto formas de expressão diferente da moeda única, pormenoriza alguns aspectos e "solicita que a fase C) se reduza ao mínimo necessário à substituição material dos símbolos monetários, não mais que algumas semanas". Ou seja, moeda única, para os que for, poucos dias depois do começo de 2001, ou ainda antes.

O ponto seguinte, 9., revela uma outra preocupação positiva pois "solicita medidas para evitar o perigo de perturbações especulativas durante cada uma das fases da transição", embora na perspectiva de que tais perturbações acontecem exógenas ao sistema em que se procura criar a moeda única, quando são, no meu entendimento, resultado das suas intrínsecas contradições.

Ainda no articulado da proposta de resolução se avança com a ideia de um "regulamento sobre a União Monetária (Lei monetária)" e se solicita que, no Conselho Europeu de Madrid, se adopte um mesmo nome, "em todas as línguas europeias", para a moeda única. Esta é uma questão delicada, e o relatório sublinha que ela se levanta pois, por razões políticas, há que encontrar um novo nome para o Ecu e, na verdade, parece que o governo alemão faz disso uma outra condição.

Salientaria, ainda, duas referências do relatório. Uma, à criação de um Conselho Económico e Fiscal, para a "harmonização das políticas económicas, financeiras e fiscais nacionais"; outra, relativa à importância que é dada a uma dita campanha de informação - "Uma Europa / Uma

Moeda" - e a programas ditos de educação e formação sobre "A Moeda Europeia".

Sobre esta "campanha de informação" e estes "programas de educação e formação" é de sublinhar que o relatório do Parlamento Europeu retoma e reforça a necessidade de explicar e convencer os "cidadãos europeus" das virtudes da moeda única, que vem no "livro verde", aliás na sequência de outros documentos da autoria da mesma deputada socialista alemã que se distingue pelo seu empenho, para não dizer furor, nas verdadeiras "campanhas de intoxicação e manipulação".

Ainda no que se refere à proposta de resolução, o ponto 14. trata, de passagem, da questão "dos países que não participem na UEM desde o início", afirmando ser de interesse político e económico que "se mantenha um SME solidário com a moeda única como referência para as moedas da União fora da UEM", isto é, criar-se-ia um núcleo duro dentro do SME, com a moeda única comum a alguns Estados-membros como "âncora", à volta do qual gravitariam as moedas dos outros Estados-membros. A diferença relativamente à actual situação é que a "âncoragem" se faz, hoje, a uma "moeda" tão-só de referência, um "cabaz de moedas" em que todas participam, e passaria a ser feita por referência a uma moeda com real circulação num espaço mais reduzido, de núcleo duro, dentro do espaço da UE.

Daqui resultaria um agravamento da dependência económica (e não só) de alguns/muitos

Estados relativamente à política monetária definida nesse espaço mais reduzido (Alemanha, Luxemburgo e mais quem vier a poder e a querer).

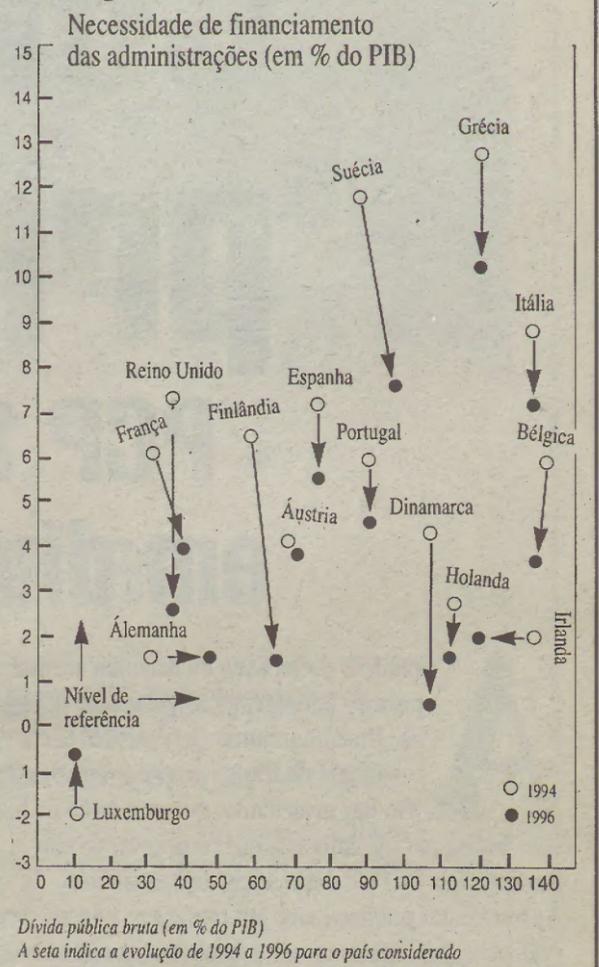
Esta resultante tem, evidentemente, "leituras" muito diferentes segundo a posição de cada um, individual e colectivamente, no que respeita ao papel actual do Estado-nação.

Poderia dizer-se que nos afastaríamos do tema da moeda única se enveredássemos por este caminho. No entanto, é a relatora do PE que, na "exposição de motivos", dá fundamento às suas posições numa "leitura" que, a meu ver, justifica o qualificativo de "fundamentalista" para o seu relatório.

Na verdade, numa posição extrema, afirma Randzio-Plath que o "Estado-nação já não pode levar a cabo a sua principal tarefa, isto é, garantir a existência nacional, visto que as empresas e os mercados financeiros engendraram um mercado sem Estado". De onde se retiraria que, ou o mercado engendrado pelas empresas e mercados financeiros garantiria a existência nacional, o que parece incongruente pois não é de esperar que se procure preservar o que tão determinadamente se procurou destruir, ou deixarão de ter sentido as ditas existências nacionais. O que é, pelo menos, discutível, porque não são "coisas" que acabem assim, através da introdução de moedas únicas.

A adopção das modalidades de passagem à moeda única, na sua aparente tecnicidade, pode representar, como já tive oportunidade

Finanças públicas - EUR



de sublinhar mais de uma vez, uma forma de fazer avançar no terreno, e de maneira irreversível e extrema, o que se está a discutir e a motivar procura de compromissos noutros domínios, como o social, o cultural, o institucional. Tudo poderá ficar refém do que for decidido quanto a modalidades de introdução da moeda única: "quem" participará na UEM como membro inteiro da UE, "quem não" participará, as relações entre os "primeiros" e os "restantes países", os outros "quem", "quando" e "como" de outros domínios.

Há, a meu ver, que trazer à luz do dia, isto é, da comunicação social, o que se procura fazer aprovar sub-repticiamente, como já aconteceu relativamente à resolução sobre a introdução do

Ecu com instrumento legal de pagamento (relatório socialista holandês Metten), em Maio deste ano, e há que afirmar, com toda a clareza, a oposição a acelerações que nos colocam, a todos, cidadãos dos Estados-membros da UE, perante situações de facto. E se o que chamo - discutivelmente, claro - "campanhas de intoxicação e manipulação" estão aí no terreno, isto é, nos *media*, a liberdade de opinião, a democracia, exigem que outras vozes sejam também ouvidas.

(*) Fotocópia de *Economie Européenne*, 4/5/1995, onde o gráfico nos mostra qual a situação actual e previsível dos Estados-membros quanto aos critérios das finanças públicas e onde, no quadro, se pode verificar que a própria UE não poderia passar à 3ª fase da UEM e à moeda única porque, em 1996, o seu défice orçamental será superior a 3% do PIB e a sua dívida bruta será superior a 60% do PIB!

Indústria Conserveira PE aprova proposta de deputados comunistas

O Gabinete de Imprensa do PCP enviou uma nota à comunicação social na passada semana, onde dá conta de uma emenda à Resolução sobre o Acordo de Pesca com Marrocos aprovada no Parlamento Europeu, iniciativa dos eurodeputados do PCP que procura defender a indústria conserveira portuguesa. Nessa nota lamenta-se ainda que o Partido Socialista tenha votado contra a Resolução.

O Parlamento Europeu, na passada quinta-feira, aprovou, contra os votos dos deputados do PS, uma Resolução sobre o Acordo de Pesca entre a União Europeia e Marrocos, subscrita por deputados de vários grupos, entre os quais do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, onde se inserem os deputados do PCP.

No decurso do debate sobre a proposta de texto, o Parlamento Europeu adoptou uma emenda à resolução apresentada pelos deputados do PCP, através da qual se exige conhecer e discutir as eventuais contrapartidas feitas a Marrocos que permitam a liberalização indiscriminada no sector da indústria conserveira.

Os deputados comunistas sublinharam que, ao verificar-se a consequente liberalização da importação de conservas de Marrocos, será posto em risco este sector industrial em Portugal e ameaçado o emprego, directa e indirectamente, de alguns milhares de trabalhadores.



A atitude dos deputados do PCP surge na sequência de um contacto tido esta semana com a Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe, a qual manifestou a sua preocupação pelo futuro deste sector da economia nacional.

A Resolução agora aprovada exige à Comissão que preste uma informação pormenorizada e clara sobre termos em que decorrem as negociações, reivindicando uma avaliação criteriosa de contrapartidas de idêntico teor a conceder a Marrocos no âmbito das importações de produtos hortofrutícolas.

O PCP regista e lamenta que os eurodeputados socialistas, bem como os outros do Grupo do Partido Socialista Europeu onde aqueles se inserem, tenham votado em bloco contra esta Resolução.

Comunistas anunciam prioridades legislativas

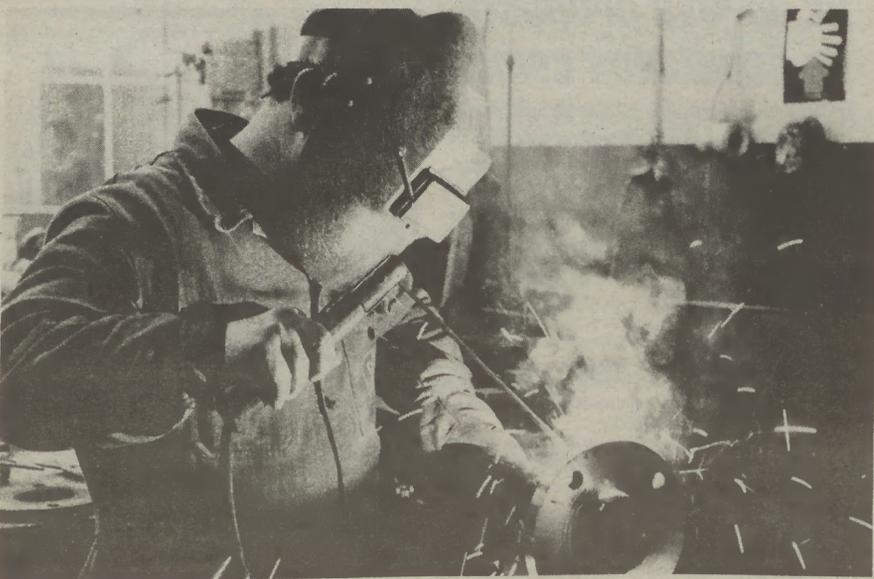
• PCP toma desde já a iniciativa política e avança com propostas em diversas áreas que correspondem aos compromissos com os eleitores

A redução da jornada do trabalho normal para 40 horas semanais, a fixação de um rendimento mínimo de subsistência e a revogação da lei das propinas constituem três das prioridades que marcarão no plano das iniciativas legislativas a intervenção do Grupo Parlamentar do PCP neste início de Legislatura. Apresentadas publicamente em conferência de imprensa, realizada segunda-feira, estas iniciativas justificam-se “pelo seu valor intrínseco e pelos seus objectivos próprios”, como sublinhou na ocasião Octávio Teixeira, presidente da formação comunista, tendo simultaneamente um “significado acrescido” que é indissociável da assunção pelos deputados comunistas - no momento em que o Parlamento retoma os seus trabalhos - de que “exercerão o seu mandato em perfeita coerência com os compromissos” assumidos com os eleitores.

Pela diversidade de iniciativas desde já anunciadas - correspondendo a um amplo leque de matérias que vão desde as questões laborais à educação, passando pela área social, pela segurança, pela transparência ou pela regionalização - o Grupo Parlamentar comunista pretende significar, igualmente, que a sua actividade continuará a “ter incidência em todas as áreas da vida nacional”.

Para Octávio Teixeira, que estava acompanhado neste encontro com os jornalistas pelos deputados João Amaral, Lino de Carvalho e António Filipe, o significado que emerge da apresentação deste conjunto de iniciativas tem ainda que ver com o propósito de evidenciar, “com toda a clareza, que a actividade do Grupo Parlamentar e dos deputados comunistas se norteia, sem vacilações, pela busca de soluções e pela apresentação de propostas que visam a concretização de uma nova política, de uma política diferente da política de direita, que dê satisfação às aspirações de mudança manifestadas pela maioria dos portugueses nas eleições de 1 de Outubro”.

Nesse sentido, como observou o líder parlamentar comunista, estas iniciativas “integram alterações substanciais e significativas a medidas e políticas durante largos anos prosseguidas pelos Governos do PSD, e consubstanciam medidas e propostas construtivas para a evolução progressista da sociedade portuguesa”.



Área laboral

Semana de 40 horas

— Projecto de Lei que Reduz a duração semanal do trabalho normal - no essencial, este projecto de lei fixa, sem prejuízo de regimes mais favoráveis, o limite máximo do período normal de trabalho em 8 horas por dia e 40 horas semanais, proibindo a redução de salários ou o desfavorecimento das condições de trabalho a pretexto daquela medida;

Revogar o “pacote laboral”

— Projecto de Lei de Revogação e alteração das normas mais gravosas do “Pacote Laboral” - revogam-se o diploma que tornou possível o despedimento por inadaptação do trabalhador; o diploma que estabeleceu o regime jurídico da Comissão de Serviço, permitindo, encapotadamente, o despedimento sem justa causa; as disposições que alongaram o período experimental; as disposições sobre extinção de postos de trabalho e sobre despedimento colectivo, que enfraqueceram o regime de protecção dos trabalhadores; proíbe-se a venda do direito a férias;

Área social

Rendimento mínimo

— Projecto de Lei que Fixa um rendimento mínimo de subsistência a que todos os cidadãos residentes em Portugal têm direito - reconhece a todos os cidadãos residentes em Portugal o direito a um rendimento mínimo, calculado com referência ao salário mínimo nacional, garantindo a todos quantos auferem rendimentos inferiores ao rendimento aqui proposto a atribuição pelo Estado de uma prestação pecuniária no valor da diferença entre o rendimento individual ou familiar e o rendimento mínimo de subsistência;

Reforma das mulheres

— Projecto de Lei que Repõe a idade de reforma das mulheres aos 62 anos de idade - fixa, sem prejuízo de regimes mais favoráveis, a idade de acesso à pensão de velhice das mulheres em 62 anos, repondo o regime que existia antes da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 329193, de 25 de Setembro;



Educação

Revogar Lei das Propinas

— Projecto de Lei que Revoga a Lei nº 20192, de 14 de Agosto e a Lei nº 5194, de 14 de Março, que estabelecem normas relativas ao sistema de propinas - revoga as leis que estabelecem normas relativas ao sistema de propinas;

Desenvolver Educação Pré-Escolar

— Projecto de Lei que Aprova medidas para o desenvolvimento da rede pública de Educação Pré-Escolar - este projecto de lei visa, no essencial, assegurar a concretização do direito de todas as crianças à educação pré-escolar, planificar a educação pré-escolar através de um plano de desenvolvimento que se traduza no alargamento da rede pública de jardins de infância, estabelece a gratuidade da frequência da rede pública de educação pré-escolar, prevê a existência de actividades complementares das actividades educativas do jardim de infância;

Segurança

Fiscalizar o SIS

— Projecto de Lei que Reforça o sistema de fiscalização dos Serviços de Informações, clarifica os limites das actividades que estes podem desenvolver, e revoga as alterações legislativas promovidas no termo da VI Legislatura pelo Governo - pretende-se com este projecto de lei, no essencial, garantir uma efectiva fiscalização do SIS, designadamente pela atribuição ao Conselho de Fiscalização do poder de realização de inspecções directas e sem pré-aviso; limitar o campo de actuação daqueles Serviços, garantindo a sua não subordinação a interesses político-partidários e o respeito integral pelos direitos e liberdades dos cidadãos e da associações e revogar a legislação aprovada por iniciativa e com os votos do PSD;

Segurança dos cidadãos

— Projecto de Lei que Adota um conjunto de medidas imediatas para a defesa da segurança dos cidadãos - adopta um conjunto de medidas de emergência visando designadamente: a suspensão da instalação de superesquadras, das acções de encerramento de esquadras ou postos das forças de segurança e da retirada da PSP de qualquer localidade; a transferência de efectivos dos corpos de intervenção para o dispositivo territorial das forças de segurança; a substituição, por funcionários próprios, dos agentes de segurança na realização de diligências da competência das secretarias judiciais;



Octávio Teixeira - que estava acompanhado por João Amaral, Lino de Carvalho e António Filipe -, revela em conferência de imprensa prioridades que nortearão a intervenção da formação comunista neste início de Legislatura



Transparência

Regime de exclusividade

— Projecto de Lei que Aplica o regime de exclusividade aos directores gerais e outros dirigentes da Administração - este projecto de lei visa corrigir uma das situações que maior escândalo causou no chamado “pacote da transparência” aprovado pela Assembleia da República no termo da Legislatura passada: a consagração, pelo voto isolado do PSD, da possibilidade de os directores gerais e outras entidades de igual responsabilidade ficarem isentos do regime de exclusividade fixado na lei das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos;

Reforma do Tribunal de Contas

— Projecto de Lei que Altera a Lei nº 86189, de 8 de Setembro (Reforma do Tribunal de Contas) - as alterações aqui propostas visam submeter as empresas públicas, as sociedades de capitais públicos (como a EXPO 98) e as fundações públicas ou que, sendo privadas, beneficiem de dinheiros públicos, à fiscalização do Tribunal de Contas, e eliminar as alterações mais gravosas que o PSD introduziu na anterior Legislatura à Lei de Reforma do Tribunal de Contas;

Outras áreas

Liberdade de imprensa

— Projecto de Lei de Correção das mais gravosas disposições aprovadas pelo PSD atingindo a liberdade de imprensa e os jornalistas. Designadamente, propõe-se a revogação do regime excepcional de prazos nos processos contra jornalistas; a garantia da possibilidade de fazer prova da verdade dos factos; e a definição do regime do direito de resposta por forma a impedir certos abusos;

Regionalização

— Projecto de Deliberação sobre a Definição de um calendário para a Regionalização - pretende-se a definição pela Assembleia da República de um calendário que permita a instituição em concreto de regiões administrativas até ao termo do ano de 1996;

Revisão constitucional

— Projecto de Resolução sobre a Revisão extraordinária da Constituição - pretende-se a realização de uma revisão extraordinária da Constituição da República, para alterar o regime constitucional do referendo de forma a tornar possível a realização a todo o tempo de um referendo acerca da revisão do Tratado da União Europeia.



Viagens em
Inglaterra■ Manoel
de LencastreGreve do Metro
no banco dos réus

Ninguém que viva em Londres deseja o recomeçar das greves no Metro. Na verdade, o sistema de transportes conhecido como «Underground» ou, simplesmente, o «Tube», é um serviço público fundamental que serve milhões de pessoas, diariamente, e a todas as horas. É eficiente, rápido, percorre toda a grande metrópole londrina, mas os preços dos bilhetes são exageradamente elevados.

Foi o «Tube» que forneceu a melhor resposta aos problemas de muitas gerações de londrinos que, ao longo dos anos, trabalharam no centro da capital britânica. Em 1851, segundo o «London Conductor», pelo menos 200 000 «clerks» (emprega-

governo colocou na direcção de um tão importante serviço público.

Por ordem dos tribunais, o pessoal do Metro viu-se obrigado a realizar, recentemente, uma terceira votação quanto às suas intenções de greve, para que toda a gente ficasse convencida do carácter legal e democrático do projectado movimento assumido pelo sindicato RMT (Rail, Marítimo, Transport). E, assim, posta terceira consulta, o pessoal do Metro confirmou claramente por 1735 votos contra 969 a sua decisão

to não estava mandatado para declarar qualquer suspensão do trabalho.

Temos de notar que o sindicato EMT se vê obrigado a agir, em toda esta complexa conjuntura, com a mais absoluta prudência e estritamente no respeito das «selvagens» leis «thatcheristas» em vigor cujo carácter é ferozmente contrário aos interesses da classe trabalhadora. Do outro modo, os juizes, sempre vigilantes, mandam congelar os fundos do sindicato logo que descubram a mínima infracção, através da imposição de gigantescas multas. Depois, os «bailifs» (oficiais de diligências) surgirão nos escritórios do sindicato, se necessário acompanhados pela polícia, onde confiscarão tudo o que lá for encontrado e que seja possível vender, incluindo a mais simples máquina de escrever. É isto uma democracia?



dos de escritório) deslocavam-se todos os dias, a pé, para os seus empregos na City ou no West End. Surgiam de Islington e Highgate para Moorgate e para a Princes Street, de Mile End, Bow e Stratford, de Kackney, de Victoria Park, para trabalharem nos Bancos da Bishopsgate Street e da Gracechurch Street e, inevitavelmente, no «Stock Exchange» (Bolsa); de Brixton, Peckham e de outros subúrbios adjacentes para se dirigirem, através da King William Street, aos escritórios da «Globe Insurance»; de Pimlico, Bayswater, Brompton; Patney, para se apresentarem, rigorosamente, às nove horas da manhã nos respectivos empregos na Threadneedle Street (Banco de Inglaterra). E trabalhavam, também, em lojas e armazéns.

Espírito de 1851

Naturalmente, os 200 000 «clerks» em questão não ganhavam ordenados elevados. Por isso, não possuíam carruagens próprias e nem sequer dispunham de recursos que lhes permitissem alugar «cabs». Apareceram os «trolley-buses» e, mais tarde, os carros eléctricos (tramways). Mas foi o Metro que resolveu quase todos os problemas oferecendo uma contribuição única para a questão dos transportes colectivos. Hoje, o gigantesco sistema é um valor inestimável na vida da grande metrópole e do seu povo. Mas as atitudes dos dirigentes do «London Underground» para com o seu pessoal, em 1995, fazem-nos regressar ao espírito e ao estado das coisas de 1851. E é por isso que as massas que utilizam o Metro, apesar das inconveniências que sofrem, não se mostram dispostas a responsabilizar os grevistas pelos prejuízos e contratemplos que vão sofrer. Toda a sua ira vai para os homens de negócios que o

de suspender o trabalho. Cerca de 47% dos que tinham direito a votar, abstiveram-se – não quiseram ir contra a maioria dos colegas, mas também não desejaram ofender a entidade patronal ou, simplesmente, estiveram-no nas tintas, como costuma dizer-se. Porém, os 1200 trabalhadores das oficinas do Metro, votaram solidamente a favor da declaração de greve.

As reivindicações apresentadas compreendem o aumento salarial desde há muito exigido, uma redução nas horas de trabalho e, especialmente, a eliminação do sistema de horas extraordinárias que, aplicado em larga escala, só prejudica o pessoal e os próprios passageiros. Os trabalhadores tinham rejeitado a oferta patronal de 3% de aumento que, em Julho era de apenas 2,75%. Foi nesta altura que os patrões pediram a intervenção dos tribunais.

Segundo os juizes, a oferta de mais 0,25% era suficiente e deveria ter sido aceite pelo sindicato. A proposta de greve foi declarada ilegal. Mas os trabalhadores, numa segunda votação, voltaram a pronunciar-se a favor da paralisação do serviço tendo cerca de 75% de todo o pessoal apoiado a decisão. Os juizes, entretanto, argumentaram com o facto de que 244 novos funcionários do Metro não haviam tomado parte na votação e isso, na sua óptica, tornava inválido o resultado da votação.

Agora, vistos os resultados da terceira consulta aos trabalhadores sindicalizados, parece não subsistirem quaisquer dúvidas de que a greve do Metro irá para a frente se a entidade patronal não concordar com a realização de negociações sérias e desapaixonadas. Mas esta já disse que o voto dos trabalhadores no terceiro sufrágio, não foi a favor mas, sim, contra a greve. Os patrões explicaram, então, que se aos 969 votos dos que se opuseram à proposta de greve fossem adicionadas aos 47% que se abstiveram, o resultado significaria que o sindica-

Democracia e capitalismo
tão incompatível

Naturalmente, no capitalismo não pode haver democracia. Mas é evidente que quase todos os patrões dizem que são democratas. Vimos em Lisboa, recentemente, alguns dos mais reaccionários inimigos do socialismo declararem logo que foram conhecidos os resultados das eleições recentes: «A vontade soberana do povo português deve ser respeitada. Temos de inclinar-nos perante essa vontade.» Mas eles sabem, perfeitamente, que o poder autêntico não lhes fugirá das mãos visto que os vencedores das eleições, o Partido Socialista, tal como o «Labour Party», o PSOE e outros, de socialista apenas têm o nome.

Tenha-se em conta a situação no mundo. Este é o período histórico em que o poder das nações está a ser velozmente ultrapassado pelo das grandes firmas transnacionais. Vejamos alguns concludentes exemplos:

	Volume de negócios, em biliões de dólares (1992)	PNB (1992)
General Motors	132,4	
		Indonésia 126,4
		Dinamarca 123,5
Exxon	115,7	
		Noruega 112,9
		África do Sul 103,6
Ford Motor Co.	100,1	
		Turquia 99,7
Royal Dutch/Shell	96,6	
		Polónia 83,8
Toyota	81,3	
		Portugal 79,5
IBM	64,5	
		Venezuela 61,1
		Malásia 57,6
Uniliver	43,7	
		Paquistão 41,9
Nestlé	38,4	
Sony	34,4	
		Egipto 33,5
		Nigéria 29,6
Conjunto das cinco maiores firmas:	526,1	
Próximo Oriente + África do Norte:		454,5
Ásia (Sul)		297,4
África (Sul do Sahará)		269,9

Origem: Institut de recherche des Nations Unies
pour le Développement Social; «States of Disarray», Geneva, 1995

Numa situação destas, como é evidente, os «nossos» viajantes socialistas resolveram há muito meter todo o seu socialismo na gaveta e procurar vida nova, para o que não se importaram de transformar o seu partido em satélite do capitalismo. Mas o dr. Mário Soares dissera, em 1972, justamente em Londres, que os comunistas tinham deixado de pensar na revolução porque se haviam burocratizado. Verdadeiramente revolucionários, disse nessa altura, eram eles e os seus amigos e, até certo ponto, o MRPP...

O movimento sindical é mais necessário que nunca

No quadro das comemorações dos 25 anos da Intersindical, a CGTP promoveu, no passado dia 25 de Outubro, um colóquio, integrado na série a que chamou "Raízes. Percursos. Actualidade", em que o convidado foi Álvaro Cunhal. Publicamos na íntegra o texto da comunicação apresentada pelo dirigente comunista.

Camaradas e amigos.

Antes de mais, quero expressar a satisfação por estar aqui convosco, dirigentes e militantes sindicalistas, na casa da CGTP-IN, grande central sindical de gloriosas tradições, realização, obra e legítimo motivo de orgulho dos trabalhadores portugueses. Particular satisfação pela oportunidade de intervir nesta série de colóquios dedicados ao exame e à reflexão sobre os graves e complexos problemas que na actualidade, num mundo em movimento e em mudança, se colocam à classe operária, aos trabalhadores em geral, às suas organizações e, em particular, ao movimento sindical.

Nesta série de colóquios/debate, opiniões muito diversas, contraditórias, com sentido crítico implícito ou explícito, têm sido formuladas com grande clareza e frontalidade. Creio que ao ser convidado é para que o faça também.

A necessária brevidade de uma intervenção não permite mais que um rápido pronunciar sobre alguns temas que se considerem prioritários. Assim procurei fazer, esperando não me alargar mais do que o âmbito do colóquio/debate comporta.

O capitalismo no fim do século XX e a necessária resposta do movimento sindical

A situação mundial no findar do século XX é caracterizada por profundas mudanças. A crescente socialização, reconversão e internacionalização dos processos produtivos, o desaparecimento da URSS e a conseqüente alteração radical da correlação de forças e a ofensiva global do imperialismo tentando restabelecer o seu domínio e hegemonia mundial no plano económico, social, político, cultural e militar, são traços salientes da nova situação neste findar do século.

O próprio sistema socioeconómico do capitalismo sofreu e sofre importantes alterações. A revolução científico-técnica, as novas e revolucionárias tecnologias, introduziram mudanças radicais na dinâmica das forças produtivas e na composição social das sociedades e das classes trabalhadoras.

A divisão internacional do trabalho, o agravar das irregularidades e desigualdades do desenvolvimento, a formação de gigantescos grupos económicos transnacionais, a criação de zonas de integração económica, política e militar e de instâncias supranacionais dirigidas pelo grande capital e por governos que o defendem e representam,

Intervenção de Álvaro Cunhal no colóquio

«CGTP - 25 anos com os trabalhadores.

Raízes. Percursos. Actualidade»

as ingerências e *diktats* do FMI, do Banco Mundial e da ONU quando convertida em instrumento do imperialismo, são elementos e características novas do capitalismo.

Estas mudanças de carácter económico têm expressão num universal processo de reformulação e reorganização, com súbitas alterações da relação entre capital fixo e capital variável e provocam alterações igualmente profundas nas relações de trabalho e na composição social do op-

porários, por ordem do governo, carregam brutalmente contra os trabalhadores em luta.

Da natureza agressiva. Com vista ao restabelecimento do seu domínio mundial, o imperialismo pela acção dos Estados Unidos e dos outros países mais desenvolvidos e utilizando poderosos instrumentos de controlo, direcção e intervenção como o FMI, o Banco Mundial, a NATO, instâncias supranacionais das zonas de integração (nomeadamente da

União Europeia) e mesmo a ONU, procura submeter, corromper ou liquidar as forças que se lhe opõem, intervém noutros Estados, derruba governos, impõe regimes, traça fronteiras, decreta e impõe pela força bloqueios económicos, organiza acções terroristas, desencadeia agressões, intervenções militares e guerras.

Os defensores do capitalismo negam entretanto estas realidades e apresentam o capitalismo neste findar do século como um sistema não historicamente gasto e condenado, mas como um sistema renovado, democratizado, progressista e em qualquer caso sem alternativa. Com tal atitude ante a realidade, há quem vá ao ponto de definir como objectivo que os trabalhadores deveriam também adoptar "civilizar"

o capitalismo. Partindo daí, apontam (e não se lhes pode neste aspecto negar coerência) que o movimento sindical tem que ser completamente "refundado", perder o seu carácter de classe, tornar-se um sindicalismo "civilizado" ou "civilizacional", conviver com o "capitalismo civilizado", tornar-se um elemento institucional, integrado, integrante e colaborante da ordem e do sistema capitalista ou, não sendo assim, desaparecer como tendo sido um episódio na história.

Como se já não houvesse explorados e exploradores no mundo. Como se já não houvesse governos ao serviço do capital. Como se já não houvesse Estados que asseguram os interesses e a impunidade dos grandes capitalistas e impõem com leis antidemocráticas e pela força e a violência as condições de trabalho e de vida aos que trabalham. Como se vivêssemos num mundo donde tivessem desaparecido as classes, num mundo de seres humanos, que é possível unir nas relações de trabalho com reais laços de solidariedade. Estas opiniões não se podem definir como utopia. São uma grosseira falsificação da realidade em que pretende fundamentar-se a dócil aceitação pelos trabalhadores da exploração capitalista, a capitulação do movimento sindical como movimento da classe operária e de todos os trabalhadores, a desistência da luta conseqüente em defesa dos seus interesses e direitos.

A nossa opinião é oposta à desses defensores do capitalismo.

Os trabalhadores vivem numa situação difícil e têm por diante novas dificuldades. Mas o capitalismo também não tem diante de si um caminho fácil. Além das múltiplas contradições do sistema, na sua ofensiva visando restabelecer o domínio mundial, defronta e defrontará a luta crescente dos trabalhadores, dos povos, de nações que explora e submete, de Estados que se sentem atingidos nas suas opções e na sua independência, incluindo aqueles que, com projectos diversificados, insistem em construir uma sociedade socialista.



rariado e das classes trabalhadoras em geral em termos tanto numéricos como profissionais.

Tais transformações não mudam entretanto a natureza do capitalismo como sistema socioeconómico. O capitalismo mantém e em alguns aspectos reforça a sua natureza exploradora, opressora e agressiva. São características mundiais do sistema de que nós, em Portugal, temos comprovação.

Da natureza exploradora. Direitos vitais dos trabalhadores, alcançados com a luta heróica de gerações, são limitados quando não liquidados. Com as privatizações e a restauração dos grandes grupos monopolistas e do seu domínio, a destruição ou o desmantelamento de grandes empresas e o encerramento de milhares de outras, a liquidação da reforma agrária, a desagregação do aparelho produtivo, a desindustrialização, a chamada "reconversão" e "modernização", - são liquidados milhares de postos de trabalho e mesmo o direito ao emprego, aumenta o desemprego, multiplicam-se os despedimentos sem justa causa, recusa-se a contratação colectiva, generalizam-se a precarização, a desregulamentação e a flexibilização, impõe-se o aumento da jornada de trabalho, congelam-se os salários, negam-se salários mínimos, agravam-se as discriminações das mulheres e dos jovens e degradam-se a segurança social e serviços sociais da responsabilidade do Estado, nomeadamente da saúde, do ensino, da habitação, do ambiente.

Da natureza opressora. O patronato e seus governos, encontrando por diante a resistência e a luta dos trabalhadores, particularmente do movimento sindical, intensificam as medidas repressivas. Tendo como alvo a CGTP, são proibidas em centenas de empresas as actividades sindicais. São discriminados, despedidos, forçados a reformas compulsivas, dirigentes e delegados sindicais. São proibidos plenários. E, quando a luta firme dos trabalhadores põe em causa a ofensiva do patronato, as forças

O movimento sindical é

Neste quadro em que o capitalismo, apesar de profundas mudanças, conserva a sua natureza exploradora, opressora e agressiva, e não só não resolve como agrava os grandes problemas dos trabalhadores e liquida direitos vitais que estes alcançaram com a luta, o movimento sindical, como movimento de classe, é mais necessário que nunca.

A partir desta tese, serão a seguir abordadas algumas questões de particular interesse e oportunidade.

Integração económica, "integração sindical" e independência do movimento sindical

Na internacionalização das relações económicas e do aparelho produtivo, a criação de zonas de integração aparece como necessidade objectiva do desenvolvimento.

As zonas de integração económica capitalista têm natural e inevitavelmente características determinadas pelo sistema socioeconómico. A integração económica capitalista - é o caso da União Europeia - é determinada pelos interesses e pelo objectivo do lucro dos grandes grupos monopolistas, nomeadamente das transnacionais. Têm como elemento estrutural a exploração dos trabalhadores e mesmo o seu agravamento considerado condição para a reorganização e reconversão dos meios de produção imposta pelos avanços tecnológicos ou por imperativos de concorrência.

Para assegurar tal objectivo, as forças do capital precisam de enfraquecer, limitar, se possível dominar e submeter a resistência e a luta dos trabalhadores, e isto significa as organizações de classe dos trabalhadores e muito particularmente o movimento sindical.

Isto explica a razão de uma realidade que merece ser tomada como ponto central de reflexão: a institucionalização do domínio do grande capital na União Europeia inclui, entre os seus objectivos, a desagregação e desarticulação do movimento operário e sindical, a capitulação efectiva do movimento sindical, a transformação do movimento sindical num instrumento do sistema de integração económica capitalista.

A ofensiva contra os trabalhadores e o movimento sindical tem expressão em toda uma teorização e uma acção prática, com vista a alcançar como elemento da integração económica o que podemos apelidar de "integração sindical".

Tratar-se-ia da criação, tal como na integração económica, de instâncias supranacionais que representariam os trabalhadores de todos os países membros da comunidade com decisões obrigatórias para os movimentos sindicais respectivos.

Seria, não o caminho para a defesa eficaz dos interesses dos trabalhadores, mas o caminho para a efectiva submissão das organizações dos trabalhadores às imposições das forças do capital.

Um movimento sindical integrado, com estruturas supranacionais seria um elemento da própria integração económica capitalista, impor-se-ia aos trabalhadores e ao movimento sindical dos países membros a defesa de reivindicações internacionalizadas que no concreto poderiam abafar, conter, contrariar, trair a luta por legítimas reivindicações dos trabalhadores e suas organizações sindicais nos vários países.

Tais concepções, planos e projectos são desenvolvidos a nível internacional e europeu e, no que respeita a Portugal, incidem sobre a CGTP-IN com um grande conjunto de pressões de carácter ideológico e não só.

É curioso notar que em defesa de tal integração se têm pronunciado de modo muito categórico uma série de pessoas com elevadas funções e responsabilidades no Estado, destacados militantes de partidos de direita, universitários que cogitam nos seus gabinetes, historiadores que, negando ou omitindo factos essenciais, procuram reescrever a história.

Os termos em que tais conselhos têm sido dados ao movimento sindical são variados. Mas tanto afirmações genéricas como indicações concretas traduzem uma mesma ideia e o mesmo sentido de pressão ideológica.

Ouvimos que, em sociedade e economia globalizadas, a única resposta que os trabalhadores têm é internacionalizarem também as suas próprias organizações e reivindicações, através de estruturas que os possam representar a nível europeu, a nível regional e segundo alguns mesmo mundial. Ouvimos claramente defender estruturas sindicais supranacionais. Ouvimos com o mesmo sentido em linguagem mais prudente defender a construção de uma "casa comum" integrando um sindicalismo à escala europeia.

Alguns comentadores, na sua pressa, adiantam desde já a falsa ideia e estulta esperança de que a adesão da CGTP-IN à CES, significa a "subalternização política" (assim é dito).

É esclarecedor da concepção da "integração sindical" como elemento da "integração económica" capitalista no quadro da União Europeia, o facto de que defensores da instituição e institucionalização de instâncias supranacionais para o movimento sindical defendem também que o movimento sindical de todos os países da Comunidade Europeia e no concreto a CGTP deveriam desde já apoiar o Tratado de Maastricht.

Os aspectos fundamentais deste Tratado são conhecidos. Reforça uma estrutura federalista com órgãos supranacionais nos quais o poder efectivo é dos países mais ricos e mais desenvolvidos em detrimento dos interesses e direitos dos menos desenvolvidos e mais pobre como é o caso de Portugal. Estabelece a submissão das políticas dos Estados membros a "políticas comuns" decididas nas instâncias supranacionais. Impõe a tão malfada e mal conhecida "convergência nominal" com inevitáveis repercussões de agravamento da situação dos trabalhadores. A não ser revisto, o

Tratado para Portugal representaria uma política que continuaria a agravar as condições de trabalho dos trabalhadores, acentuando o desemprego, a precariedade, a liquidação de direitos sociais, a marginalização e exclusão de vastos sectores.

Ao contrário desta teorização, defendemos que a integração económica, diplomática e militar do capitalismo monopolista, sobretudo pelo estabelecimento e institucionalização de uma integração política de tipo federalista, exige, da parte dos trabalhadores e muito particularmente do movimento sindical, a resistência a condições desfavoráveis, o reforço da sua natureza de classe, da sua organização, da sua unidade e da sua luta.

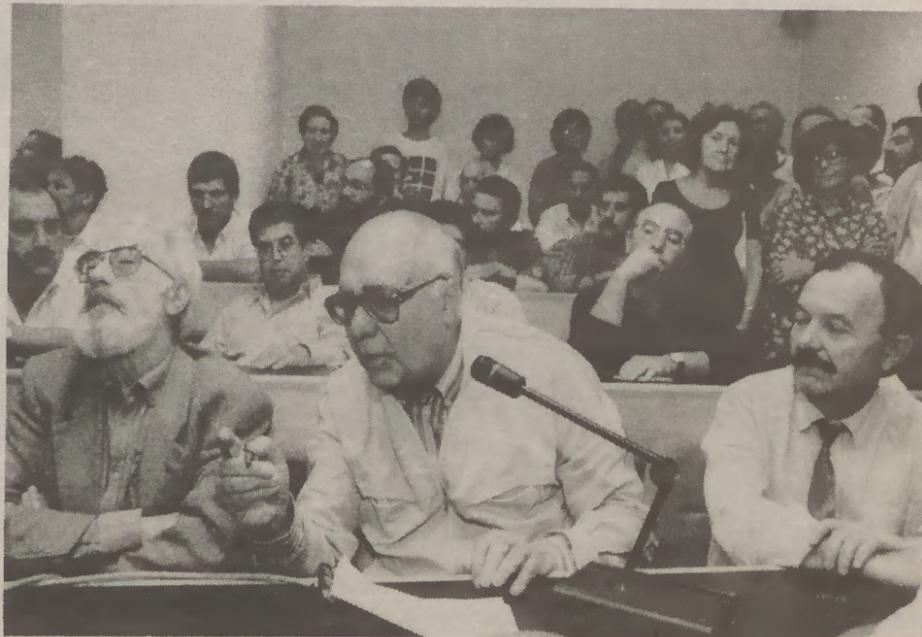
Mas que fique claro. A recusa à integração sindical, à submissão a decisões e estruturas sindicais supranacionais obrigatórias não significa que a internacionalização da economia, a integração económica, a transnacionalidade das maiores empresas que actualmente dominam o mundo capitalista, não exijam, aliás nas tradições do movimento sindical de classe (essas sim "as melhores" tradições) a cooperação, o entendimento, a acção comum, mesmo a criação de estruturas internacionais em que participem os movimentos sindicais dos vários países, no concreto com particular importância, na União Europeia.

Mas o internacionalismo de classe e a cooperação e unidade de movimentos sindicais livres e independentes não se pode confundir com a submissão a instâncias supranacionais dominadas por posições de capitulação e colaboracionismo com o grande capital.

Para defender os interesses e direitos dos trabalhadores, o movimento sindical (e falando na CGTP-IN, a CGTP-IN merece a referência) tem absoluta necessidade de garantir a sua independência, os seus objectivos e não aceitar decisões supranacionais que limitem, contrariem ou impeçam a sua definição própria das reivindicações dos trabalhadores portugueses e do sentido da sua acção.

A chamada "crise sindical" e o caminho para superá-la

O movimento operário e particularmente o movimento sindical vive neste findar do século XX novos e graves problemas e atravessa sérias dificuldades e obstáculos que obrigam a uma serena reflexão, com vistas a determinar a sua orientação, acção e perspectiva. A situação que comporta tais problemas, dificuldades e obstáculos se tem chamado "crise sindical".



Aspectos geralmente apresentados são a diminuição da sindicalização e de sindicalizados, o enfraquecimento das estruturas de base e da sua ligação às massas trabalhadoras, a menor disponibilidade para o exercício de responsabilidades nas estruturas, a menor dinâmica de luta e as dificuldades financeiras para manter a organização ao mesmo nível.

Tomando a expressão de "crise sindical", interessa considerar quais são as suas causas mais directas.

A primeira (de natureza objectiva) são as profundas alterações na base social do movimento operário e sindical. Ou seja: as alterações da economia e o desenvolvimento do capitalismo e dos meios de produção resultantes das novas e revolucionárias tecnologias, da mobilidade dos processos produtivos a nível nacional, europeu e mundial, a reconversão e reestruturação de sectores e de empresas e as consequentes alterações quantitativas e qualitativas na composição da classe operária e da massa de assalariados, a fragmentação e mobilidade profissionais, os despedimentos em massa e a liquidação de postos de trabalho e de garantia do emprego, a precariedade, vastos sectores marginalizados e excluídos.

A base social do movimento operário e sindical torna-se assim mais frágil, instável, movediça e com reduções verticais em alguns sectores que, têm sido e continuam a ser esteios particularmente combativos e de elevada consciência de classe.

O segunda causa directa das dificuldades que defronta o movimento sindical é a repressão do movimento operário e sindical que acompanha a grande ofensiva mundial do imperialismo com a imposição do agravamento da exploração e a liquidação de direitos dos trabalhado-

res. O patronato reaccionário, com a impunidade garantida por governos que efectivamente o representam, impõe leis antidemocráticas ou desobedece à legalidade, proíbe reuniões de trabalhadores e activistas sindicais nas empresas, discrimina, persegue, despede delegados e activistas sindicais.

Estas duas causas de carácter objectivo são por vezes secundarizadas, raramente contestadas. A grande controvérsia expressa-se quando se trata de examinar quais podem ser os elementos de carácter subjectivo da chamada crise sindical, ou seja, o que nessa crise se pode considerar de responsabilidade na natureza, na concepção, na identidade, na orientação relativa ao futuro do movimento sindical, mais concretamente das organizações sindicais, das centrais sindicais.

A controvérsia respeita ao movimento sindical considerado no vasto âmbito do mundo e particularmente na Europa neste findar do século. Aqui em Portugal respeita naturalmente com particular incidência ao movimento sindical português.

Uma ideia central de alguns teorizadores é a de que, tendo o capitalismo mudado de natureza, o movimento sindical deve mudar também. Não com a ideia de que o movimento sindical, mantendo a sua natureza de classe, deve responder criativamente às alterações da situação. Mas sim a ideia de "refundação" (como alguns dizem), de "refundação profunda" (como acentuam outros) do movimento sindical.

Com esta ideia central há naturalmente nuances de opinião. Mas todos partem em geral da aceitação de que não só o capitalismo está definitivamente consolidado e é o sistema a quem caberá resolver os problemas humanos, incluindo os dos trabalhadores, como de que o capitalismo mudou a sua própria natureza, passou ser diferente e melhor, passou a ser o tal "capitalismo civilizado" de que falam alguns. Dantes os arautos do capitalismo apregoavam a necessidade da conciliação de classes. Agora fala-se em "solidariedade" (distorcendo o seu sentido, incluindo o de origem cristã) dando a esta palavra o sentido de conciliação e colaboração com as forças do capital. Nesta ordem de ideias, há quem vá ao ponto de anunciar que o movimento sindical perdeu a razão de ser da sua existência, deve ser substituído ou mesmo desaparecer das sociedades. Talvez já perto do ano 2000, como alguém chegou a admitir.

Todas estas teorizações não são apenas apresentadas e desenvolvidas em termos genéricos e abstractos. São avançadas em termos concretos dirigidos à CGTP. São inseparáveis das concepções (como atrás referimos) da "integração sindical" da CGTP no quadro da integração económica da União Europeia. São também inseparáveis (como adiante referirei) da contestação da CGTP-IN como central sindical de classe, autónoma, unitária e democrática, identidade que está na raiz da sua história, da sua força e papel sem paralelo na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses

e na instauração e institucionalização do regime democrático após quase meio século de ditadura fascista.

Uma das questões que tem sido frequentemente apresentada como causa da "crise sindical", segundo alguns como o mal dos males do movimento sindical português com referência explícita à CGTP-IN é o que chamam "a partidarização dos sindicatos". Um teorizador apressadamente obcecado pela sua ideia vai ao ponto de atribuir "a não sindicalização" a tal partidarização. Sabe-se que estas opiniões não se referem a partidos que organizam e tomam pública a sua tendência sindical partidária e que como tal já têm tomado publicamente posição contra tal ou tal decisão da CGTP.

Não. Para sermos claros (porque aqueles que expõem essas ideias, também o são) a acusação de "partidarização dos sindicatos" e "hegemonização partidária" refere-se ao PCP e à grande influência dos comunistas no movimento sindical unitário português.

Há mesmo quem, no excesso do seu pensamento, tenha explicado como um dos elementos da "crise sindical" o facto de o PCP ter levado para o movimento sindical aquilo a que chamam "a crise do PCP", quando, se nestes termos se quisesse falar, então haveria que dizer que a verdade é haver quem queira levar a própria "crise de opção política" para o movimento sindical.

A saída da "crise sindical" para a CGTP-IN seria a redução, se não o afastamento, da influência dos comunistas no movimento sindical.

Acrescente-se que, de forma explicitada há quem defina mais claramente o seu objectivo. O que pretendem afinal não é o reforço da CGTP-IN com a diminuição da influência e do papel dos comunistas, mas o enfraquecimento do PCP por perder influência no movimento sindical. Há um comentador que proclama triunfante que "sem a CGTP-IN desaparece o PCP".

Não se entranhe pois que neste colóquio realizado na casa da CGTP-IN, eu diga algumas palavras sobre esta questão, tanto mais que nesta mesma casa e nesta mesma série de colóquios outros intervenientes a levantaram.

A influência dos comunistas no movimento sindical não resulta de qualquer imposição ou ingerência partidária. Resulta, em termos históricos, do papel que os comunistas tiveram na organização e dinamização da luta dos trabalhadores e nas organizações e luta de carácter sindical nas

mais necessário que nunca

duras condições de repressão fascista durante dezenas de anos. Resulta do papel (que muitos esquecem e outros muito voluntariamente omitem) dos comunistas (além de trabalhadores de outras tendências políticas, cujo papel também sempre valorizámos e continuamos valorizando) na criação, dinâmica e actividade da CGTP-IN. Resulta (não de imposições externas e muito menos da vontade que alguém teria que intervenções de topo impedissem a expressão da vontade das bases) da confiança que os trabalhadores têm continuado a depositar em seus companheiros comunistas para as várias estruturas e responsabilidades nos sindicatos, nas Uniões e Federações, e na Central.

A nosso ver, as dificuldades, obstáculos, novos problemas que defronta o movimento sindical, não resultam da sua natureza e identidade de classe, da sua luta corajosa em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores contra a exploração e opressão do grande capital e governos que o servem e da influência dos comunistas, a que indiscutivelmente os trabalhadores e o movimento sindical devem uma contribuição de valor para os seus êxitos e a sua força.

A nosso ver para superar a chamada "crise sindical" o necessário não é uma "renovação total", uma "refundação" do movimento sindical eliminando aspectos que consideramos essenciais da sua identidade. Mas pelo contrário, encontrar a capacidade, a força, a iniciativa, a resposta criativa à nova situação e aos novos problemas no reforço de aspectos fundamentais da sua identidade, nomeadamente a sua natureza de classe, a sua autonomia, a sua unidade e a sua democracia interna.

O valor insubstituível, para os trabalhadores, de um sindicalismo de classe

É tanta a insistência dos que negam as mais evidentes realidades da sociedade capitalista, incorrecta e pudicamente apelidada de "economia de mercado", que difícil é concluir se discorrem porque não querem ver a realidade ou se, vendo a realidade, a negam na teoria por virtude dos seus objectivos práticos.

Dê-se a Marx o que a Marx se deve. Não se lhe atribuem descobertas que, segundo ele próprio, já antes tinham sido feitas por outros. É o caso da divisão da sociedade em classes e da luta de classes na sociedade. A expressão "luta de classes" é tratada por alguns como uma expressão maldita como qualquer ideia revolucionária que os marxistas querem trazer a uma sociedade em que a realidade correspondente não existisse. E entre tanto ela aí está à vista de alto a baixo em toda a sociedade. Nos locais de trabalho. Na vida política e social de todos os dias. Na natureza, decisões e acção dos governos. No tratamento diferenciado do Estado: defensor, condutor e protector do patronato e impondo pela força a exploração aos trabalhadores.

Desta realidade, que a evolução e as mudanças das estruturas socioeconómicas não alteram, inferimos uma primeira conclusão: que sindicatos dos trabalhadores, sindicatos de classe, com profunda ligação às massas e participação de massas, são não só necessários, mas mais necessários que nunca.

Não é esta naturalmente a opinião que se desenvolve na grande ofensiva contra o movimento sindical.

Inseparável das concepções, propostas e projectos relativos à "integração sindical" no quadro da União Europeia e à "refundação" ou "renovação total" do movimento sindical, aparece com clareza meridiana a ideia de que a natureza de classe do movimento sindical é uma ideia ultrapassada, porque o mundo sofreu mudanças tão grandes que já não se pode falar de luta de classes e porque o grande objectivo que deve também ser o dos trabalhadores é um "capitalismo civilizado".

Curioso. Não ouvimos contestar o direito de constituição e acção de associações de classe dos capitalistas, dos grandes industriais, dos representantes directos do capital financeiro, os mesmos que consideram obsoleta a existência de um movimento sindical de classe, do operariado e dos trabalhadores em geral.

Algumas concepções são particularmente esclarecedoras. Pretende-se que, neste findar do século, o movimento sindical se deve converter num movimento em que os trabalhadores intervêm na sociedade, não tanto como trabalhadores, mas "como cidadãos". Diz-se que a "experiência de cidadania" tenderá a sobrepor-se à "experiência do trabalho" donde resultará "uma transferência progressiva da identidade operária para a identidade de cidadã". E nesse sentido aponta-se o objectivo de fazer um trabalho de educação dos sindicalistas libertando-os da "ideia abstracta do patrão como inimigo".

A mesma ideia com diferente expressão verbal é a de que o movimento sindical deve ter como "objecto da própria acção (...) a pessoa mais que a classe ou grupo social" ou por outras palavras, numa terceira formulação, "o homem é pessoa e é nessa qualidade que se assume e deve ser assumido como sujeito de direito".

Os sindicatos deixariam de ser sindicatos de trabalhadores, sindicatos de classe, para serem sobretudo sindicatos (se é que este nome continuaria a ser legítimo) de "cidadãos", de "pessoas" ou mesmo, como sublinha um teorizador de "indivíduos". Apagada e omitida, a oposição capital-trabalho, patronato-trabalhador, capitalistas e trabalhadores, patrões e trabalhadores, os trabalhadores passam a ser nas suas organizações apenas "cidadãos", apenas "pessoas", apenas "indivíduos". É a teoria corrigida da reconciliação de classes, do corporativismo caricaturalmente ilustrado pela noção aumentada e alargada da "lareira comum da freguesia" de Salazar.

Estas concepções teóricas, profusamente defendidas em longas dissertações, têm objectivos práticos muito concretos e imediatos. Podem destacar-se dois.

Um é a co-responsabilização assumida directamente pelos trabalhadores e pelo movimento sindical no desenvolvimento capitalista dirigido pelo patronato, pelas forças do grande capital e dos seus



governos. Admitindo pela revolução tecnológica a inevitabilidade da "reconversão" e "reorganização" do tecido produtivo, e que esta determinaria objectiva e inevitavelmente a redução e a precariedade do emprego, apontam ao movimento sindical, como caminho da sua "refundação", a aceitação nesse processo dos sacrifícios de classe que implica. Daí concluem alguns que a empresa é uma entidade de interesse público em cujo resultado estão igualmente interessados capitalistas e trabalhadores, que a produtividade e a competitividade das empresas "já não é apenas um problema dos patrões" mas também dos trabalhadores e (e esta é a ideia principal) que os trabalhadores devem aceitar a situação e os sacrifícios e colaborar com os patrões nessa reorganização.

A tal atitude de conformação e capitulação que aconselham chamam alguns um caminho criativo de "participação".

Daqui (como segundo caminho indicado ao movimento sindical) resulta logicamente a ideia (muito explicitamente defendida) de que a luta reivindicativa dos trabalhadores e do movimento sindical deve dar lugar a uma intervenção colaborante com o patronato aceitando as inevitáveis consequências gravosas do desenvolvimento capitalista tal como o quer impor o grande capital e não insistindo na luta reivindicativa.

Seria "um grave desvio" por exemplo insistir em aumentos salariais quando se prevê o aumento do desemprego. Devia aceitar-se o desemprego sem assegurar novo emprego aos trabalhadores despedidos porque muitas empresas "devem ser fechadas porque são inviáveis".

Critica-se (e alguns atribuem directamente a responsabilidade ao PCP) o movimento sindical português nomeadamente a CGTP de privilegiar "o sindicalismo de contestação" e alerta-se para que "o sindicalismo de contestação corre o risco de desaparecer". A luta reivindicativa dos trabalhadores seria "tentar conservar um sistema produtivo condenado".

Daqui, uma terceira ideia ligada à "refundação" do movimento sindical: o caminho da concertação social, (sem já falar de "pactos de regime") substituindo por esta via institucional e cada vez mais distante das massas trabalhadoras, a contratação colectiva e a luta reivindicativa nas empresas e variados sectores profissionais.

A concertação social seria a sede, para alguns a sede fundamental e verdadeiramente decisória, das relações de trabalho e concebida, como tem sido sempre concebida no sistema existente e noutros sistemas propostos, uma negociação com três representações: dos trabalhadores por via dos sindicatos e do patronato por via das organizações patronais e pelo governo, um governo que nada tem de "árbitro" e de "neutral" mas é sim defensor e representante dos interesses do patronato.

Ao movimento sindical caberia a função de colaborar com os patrões nas empresas, de desistir do "sindicalismo de contestação", da luta reivindicativa, da contratação colectiva, de se curvar à vontade maioritária patronato/governo nos organismos de concertação social.

A concertação social como a sede para onde se deveriam desviar e concentrar as decisões relativas às relações laborais e aos interesses e direitos dos trabalhadores, expressa os seus claros objectivos na proposta de lei do PSD, partido do governo de direita clamorosamente derrotado nas últimas eleições, de substituir e institucionalizar em termos de lei as Comissões de Trabalhadores das empresas como Comissões de Concertação Social e também na ideia exposta por um teorizador segundo o qual os objectivos da luta sindical e de empresa necessitam de ser avaliadas "a níveis de luta e de negociação em sede de concertação nacional e internacional".

Justifica-se naturalmente que, na situação concreta existente, não para entrar num esquema de colaboracionismo de classes, mas para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, o movimento sindical unitário, por voluntária decisão própria, participe no Conselho de Concertação Social. Essa intervenção é tanto mais útil aos trabalhadores, quanto mais o movimento sindical se afirme e mostre sê-lo pelas suas decisões, orientações, iniciativas e lutas, um sindicalismo de classe, como uma das características do movimento sindical português e da CGTP-IN que, a par da autonomia, da unidade e democracia interna sempre consideramos como elementos da sua identidade.

Autonomia, democracia, unidade

Para terminar, permitam-me ainda algumas palavras sobre estes três elementos que, com a natureza de classe, constituem elementos fundamentais e inseparáveis do movimento sindical unitário: autonomia, unidade e democracia.

A autonomia e independência do movimento sindical significam a nosso ver antes de mais autonomia e independência em relação às forças do capital, incluindo aos governos que as defendem e representam.

Há numerosos exemplos no movimento operário internacional, de organizações sindicais que são efectivos instrumentos do patronato, por vezes seus agentes e defensores contra os interesses, os direitos, as justas reivindicações dos trabalhadores. São em alguns casos directamente comandados pelas forças do grande capital. Tais organizações nada têm a ver, no nosso entendimento, com a razão de ser da organização e acção dos sindicatos dos trabalhadores.

Este primeiro aspecto da autonomia e independência do movimento sindical concretiza-se naturalmente não só na firme oposição a governos que com a sua

política sirvam e imponham os interesses reais do capital, não só nas decisões e actuações concretas em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas também no campo ideológico, opondo-se e esclarecendo os trabalhadores do significado das teorizações, nomeadamente relativas ao movimento sindical, que visam a sua destruição como movimento de classe e a sua aceitação de formas diversas de capitulação ante os interesses e imposições do patronato.

Um segundo aspecto, e este é quase o único geralmente referido é a autonomia e independência do movimento sindical em relação aos partidos.

Este aspecto da autonomia e independência significa antes de mais a nosso ver que o movimento sindical não receba instruções de partidos, recuse ser instrumentalizado por partidos, não seja uma "correia de transmissão" de tal ou tal partido e decida por si, nas suas estruturas próprias e segundo as normas do seu próprio funcionamento, a sua orientação e actuação.

No concreto, este elemento importante da identidade não exclui, antes encara como inevitável, desejável e natural que no movimento sindical e nas estruturas, incluindo as de direcção a todos os níveis, participem trabalhadores de diferentes filiações e opções partidárias. Mas nos seus organismos, nas suas intervenções e nos seus votos, intervêm não como membros ou simpatizantes de tal ou tal partido, não como fracções políticas, mas como militantes sindicalistas.

Esta questão coloca necessariamente uma outra de que esta se não pode desligar: a democracia interna do movimento sindical.

Democracia interna significa não apenas inteira liberdade nas assembleias, plenários, reuniões de organismos mais diversos, de defender opiniões, não apenas o direito de votar e de ser eleito para os diversos organismos e responsabilidades, mas o direito de participar nas orientações e decisões.

A organização e afirmação pública de tendências sindicais partidárias, intervindo como tal na vida sindical e publicitando as suas posições como tendência dentro da CGTP-IN, eventualmente discordando e criticando orientações e decisões da Central, a nosso ver não só não reforçam mas comprometem a democracia sindical interna, assim como não só não reforçariam mas contrariariam a unidade do movimento unitário. Se cada partido organizasse a sua tendência sindical, intervisse como tal na vida sindical e como tendência político-partidária, tomasse públicas as suas opiniões relativamente às orientações, decisões do movimento, a democracia sindical seria praticamente destruída, substituída pelos conflitos partidários nas suas próprias estruturas, tendendo à efectiva instrumentalização do movimento sindical e de cada uma das suas estruturas frontalmente contrária à sua autonomia e independência.

A autonomia e independência em relação aos partidos é a nosso ver contrariada pela instauração de tendências ou fracções político-partidárias organizadas e actuando independentemente na central e eventualmente publicamente contra a central. Seria naturalmente de contrariar qualquer projecto de que os partidos e sectores sociais e religiosos com actuação no movimento sindical se entendessem em acordos de cúpula relativos a uma partilha de influência e até de cargos no movimento sindical.

A democracia interna sem conflitos partidários é um elemento da vida normal de todas as estruturas do movimento sindical unitário, estruturas que se impõe reforçar da base ao topo ao contrário de algumas ideias de que devem diluir-se na massa trabalhadora e deixar de ter quaisquer fronteiras orgânicas.

A natureza de classe, a autonomia e a democracia interna são os factores que melhor podem assegurar a unidade do movimento sindical unitário.

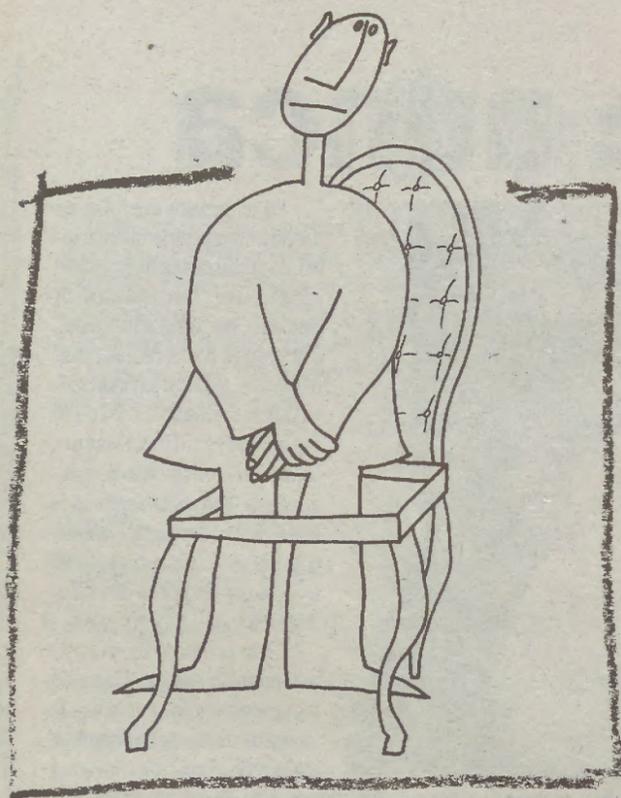
A CGTP-IN tem dado através dos anos um exemplo raro no mundo actual de um forte movimento sindical realmente unitário.

Justificam-se assim as últimas palavras desta intervenção.

A calorosa e fraterna saudação à CGTP-Intersindical Nacional pelo 25º aniversário da sua criação e por tudo quanto representa e significa para a classe operária, para todos os trabalhadores, para a democracia, para o povo português e para Portugal.

A saudação igualmente fraterna e com real apreço ao seu valor a todos os sindicalistas das mais variadas tendências políticas e credos religiosos que, da base aos órgãos mais responsáveis, participam na vida, na intervenção e na luta da CGTP-IN grande e insubstituível central sindical dos trabalhadores portugueses.

PONTOS CARDEAIS



Promessas

Não deve ter havido governo que, como este recentemente empossado, seja alvo de tantas "expectativas". As coisas fica-

ram tão mal em todas as áreas - do económico ao social, do político ao cultural - que não deve haver na sociedade portuguesa grupo profissional ou classe que das razões de queixa não tenha

passado à expectativa de mudança. Esperanças de muitos baseadas não apenas na vitória de Guterres, mas sobretudo nas promessas que ele fez ao longo da campanha eleitoral. Nem mesmo aqueles que duvidam muito da sinceridade das promessas ou, pelo menos, da impossibilidade de as verem cumpridas na base de uma mesma política cujos grandes contornos o PS aceita que sejam definidos por Maastricht, deixam de reivindicar aquilo por que têm lutado e que viram anunciado.

As promessas largas sucederam entretanto as palavras moderadoras. E os primeiros tempos deste governo que ainda agora foi completado com a chusma de secretários de Estado vão ser certamente de preocupação estudo. Estudo virado para o modo como se vai dizer que a

herança era muito pesada, que afinal, tal como não vão desaparecer as propinas que passam a funcionar como taxas moderadoras, também os aumentos vão ser moderados. As declarações de Fausto Correia, anunciando aumentos superiores à inflação para a função pública, antes de ter tomado posse como secretário de Estado, foram substituídas pelo silêncio depois da tomada de posse. O "Público", que sublinha este refrear de ânimos, não deixa de publicitar o aviso que, por seu lado, o FMI já lançou. Cuidado com os aumentos, com rendimentos mínimos garantidos, com transferências para as autarquias. Isto é, cuidado com o dinheiro quando se trata de distribuí-lo por quem cria a riqueza. Quanto às expectativas do patronato, não parece que o FMI tivesse avisado alguma coisa...

Nadar em dinheiro

Veiculando os medos do patronato - nacional e internacional - o "Correio da Manhã" titulava anteontem que era admitida a duplicação dos meios para as autarquias que, segundo o mais cavaquista dos matutinos, "vão nadar em dinheiro". Sem deixar de, a vermelho, alertar para o facto de que a "Senhora FMI" está preocupada com as propostas do Governo. Iremos assistir a declarações governamentais, um dia destes, a dizer que a seca é tanta que as autarquias só podem nadar a seco? Que dirá então o Presidente da Associação Nacional de Municípios, tão esperançoso após o encontro que teve com Guterres?

De qualquer modo, há quem procure ajudar a moderar este governo. Por exemplo, a UGT. Enquanto a CGTP propõe que os aumentos para a Função Pública se situem entre os 8 e os 9 por cento, a UGT faz logo um desconto. Só quer 6,5. Quanto proporá o FMI?

Conselhos

Mas como nem só de pão vive o homem, nem só com dinheiro se faz uma política. Haverá atitudes, orientações, medidas a tomar que não passam necessariamente por aumentar mas por distribuir melhor, por exemplo. Em várias áreas. Mas também aí há conselheiros que levam barato para apontarem um caminho - o que é preciso é que tudo fique na mesma. E com argumentos tão pesados que são esmagadores.

Um articulista do "Expresso", que costuma dedicar-se à crítica cinematográfica, coloca a questão da política cultural que este governo irá pôr em prática. Para concluir que nada se pode fazer, por exemplo, na área da televisão que não cheire logo a repressão. Não é que o distinto intelectual João Lopes seja um fã de João Baião ou do "Isto só vídeo". Mas anuncia que não há remédio senão continuar a aturar o "miserabilismo caricato" porque, segundo diz, "a televisão, não estando fora da lei, está fora da cultura". "Seria um desastre", afirma, "conceber que uma alteração deste estado de coisas passa por uma qualquer atitude repressiva". Aqui, o articulista, lança o seu veneno e compara (!) a actuação do "Estado Novo" e da "esquerda comunista".

De um articulista cultural do "Expresso" tudo é possível esperar, até raciocínios cavernícolas. Mas não é o insulto que ele quer fazer passar, é apenas uma mensagem: a de que, "face à televisão, este ministro (...) parte derrotado".

Senão, será acusado de comunista?...

FRASES da SEMANA

"Sei as necessidades que esta situação (competir no mundo moderno, exigência de empresas sólidas e dinâmicas, com estruturas mais flexíveis) coloca à sociedade portuguesa e a sua importância decisiva no futuro do diálogo social no nosso país. Fechar os olhos a esta realidade seria correr para o suicídio. Estou certo que os trabalhadores portugueses o saberão compreender."

✉ (António Guterres, no discurso de posse como Primeiro-Ministro, 28.10.95)

"Neste final de século, não assistimos à morte das ideologias. Assistimos ao fracasso das tecnocracias."

✉ (idem)

"Já não sou candidato"

✉ (Sottomayor Cardia - «O Diabo», 31.10.95)

"Quase garanto que não apoiarei Cavaco"

✉ (Manuel Monteiro - «Expresso», 28.10.95)

"A candidatura de Cavaco Silva é, pela força da personalidade em questão e do seu passado político, aquela que, de forma mais evidente, atravessa todo o espectro sociopolítico, granjeando, de forma estruturada, apoios, ou suscitando críticas."

✉ (Luís Filipe Menezes - «Semanário», 28.10.95)

"A defesa da abolição total das propinas é uma atitude demagógica das cliques associativas, que viram na guerra das propinas uma mina para o protagonismo político que procuram."

✉ (Sérgio Sousa Pinto, secretário-geral da JS - «Expresso», 28.10.95)

"Como Miguel Sousa Tavares sugere, com azedume, gostaria de poder discutir as suas ideias: simplesmente, era preciso que ele as tivesse."

✉ (António Pedro Vasconcelos - «Visão», 26.10.95)

"Eu não tenho outras razões para vir para isto. Só vou ter chatices. Eu ganhava mais dinheiro se estivesse a fazer televisão."

✉ (Manuela Moura Guedes, deputada do CDS/PP - «TV Mais», 27.10.95)

"Vamos dar à Função Pública condições melhores do que a inflação verificada. Isto é um ponto de honra. É uma promessa que vai ser cumprida."

✉ (Fausto Correia, secretário de Estado da Administração Pública, de manhã - «TSF», 30.10.95)

"Vamos negociar, vamos negociar..."

✉ (Fausto Correia, secretário de Estado da Administração Pública, de tarde, após a tomada de posse, citado em «Público», 31.10.95)

PONTOS NATURAIS

Brincando aos provérbios

Errar não é humano. Emendar o erro é que é.

O último a rir é o que ri melhor. Mas quem ri pensa sempre que é o último...

Quem porfia mata caça. Especialmente se for dono de uma reserva.

Grão a grão, enche as urnas a televisão.

Deus não dorme. Pois, coitado, com as preocupações que nós lhe damos...

Por bem fazer, mal haver. «Por bem votar...» Aqui, faltou-me a rima. E faltando-me a rima, faltou-me a ideia.

Palavras, nunca se leva o vento.

Proletários de todos os matizes: uni-vos!

Em terra de cegos, quem tem televisão é rei.

Atenção! Afinal, águas passadas podem mover moinhos...

Tal pai, tal filho. Lembro-me sempre disto, quando vejo o Ferraz da Costa ao pé do Manuel Monteiro.

Um homem põe e Deus se indispõe.

Quem cala, sem gente.

De pequenino se torce o destino.

Pela boca morre o peixe. Pelos olhos morre o telespectador.

Quem quer, vai. Quem não quer, cai.

O silêncio não é de ouro: custa ouro. Só os balúrdios que se gastam para calar certa gente...

Pataca a mim, pataca a ti. O capitalismo só conhece a primeira metade deste provérbio.

Quem não vai ao mar, perde o lugar.

Uma imagem vale mil palavras? Mas vem no Evangelho: «Dize uma palavra e a minha alma será salva». Conclusão: uma palavra pode valer mil imagens.

Os mortos não falam - porque não os deixam.

Quem não tem dinheiro, não tem vícios. Pobres dos pobres que têm o «vício» de não ter dinheiro...

Não há nada de novo sob o sol. A não ser o próprio sol, que é sempre novo.

Quem promete e não dá, espere e verá.

Mário Castriue



Braga**Barcelinhos - Restaurante Chuva**

Sábado, às 13h

Almoço-convívio de apoiantes da CDU
do distrito de Bragacom a presença de António Lopes e do
Secretário-geral do PCP**Carlos Carvalhas**Convívio com animação musical
a cargo de Jorge Lomba**CONVÍVIOS-MAGUSTOS
do PCP****Na Quinta da Atalaia**

No dia 11, às 13h

promovido pela Com. Conc. do Seixal do PCP

Almoço - caras de bacalhau ou bacalhau
- 1.500\$00Tarde de convívio com música,
intervenção política

(Inscrições nos CTs do concelho do Seixal)

Nos Olivais / Lisboa

No dia 11, a partir das 16h

Convívio com petiscos, castanhas e água-pé.

Intervenção política

Na Colina da Graça / Lisboa

No dia 18, a partir das 16h, CT da Graça

Convívio. Petiscos. Intervenção política

Na Verderena / BarreiroNo dia 11, a partir das 16h, no CT da Verderena
Magusto**No Porto**Sábado, 4, a partir das 16h30, no CT da Boavista
Convívio-Magusto**Em Santiago de Bougado
(Trofa/Santiago)**Sábado, 4, a partir das 15h, no Lg. do Cruzeiro
Magusto CDU**Em Cascais**Sábado, 4, a partir das 21h30, no CT do PCP
Magusto

Noite de Fados com «Fado de Abril»

Em QueluzSábado, 11, às 15h, no CT de Queluz
Magusto-convívio

com a presença de José Casanova

No MontijoSábado, 11, às 20h, no Pavilhão da Montmagri
Magusto

Noite de Fados com artistas da região

Em Aqualva / CacémNo dia 11, a partir das 15h, no CT do PCP
Convívio com petiscos, castanhas e água-pé.**Em Campo / Porto**No dia 18, a partir das 21h
Magusto-convívio da JCP**Reuniões e plenários
das organizações do PCP****AGUALVA-CACÉM**

Plenário-debate de militantes do PCP e apoiantes da CDU sobre as eleições (legislativas e presidenciais) e sobre as opiniões e decisões do PCP, com a participação do camarada José Casanova: sexta-feira, dia 3, às 21h30, no salão da Junta de Freguesia.

ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, 3, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

BARREIRO

Plenários de militantes das organizações de freguesia do Alto do Seixalinho e da Verderena sobre a situação política e as eleições presidenciais: ambos no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia, sábado, 4, a partir das 16h.

Plenário de militantes da freguesia de Santo André, com a participação do camarada José Caetano: no Centro de Trabalho local, sábado às 16h.

GUARDA

Reunião do Conselho Coordenador Regional da Guarda do PCP para balanço das eleições legislativas, discussão de perspectivas e prioridades do trabalho do Partido e tarefas decorrentes das eleições presidenciais, com a participação do camarada Sérgio Teixeira: domingo, dia 5, a partir das 9h30, no Centro de Trabalho da Guarda.

LISBOA

Plenário de militantes da Zona Norte sobre a situação política e as eleições presidenciais, com a participação do camarada Luís Sá: quinta-feira, dia 2, às 21h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de militantes da Sector Público para discussão de: 1) Situação política e social; 2) Eleições presidenciais; 3) Objectivos de trabalho para 1995. No CT Vitória, quinta-feira, dia 2, às 18h30.

Plenário de militantes da célula da Portugal Telecom: quinta-feira, dia 9, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória, sobre a situação social e sindical na empresa.

Plenário de militantes da freguesia de Arroios: sexta-feira, às 21h30, no CT (R. Jacinta Marto).

MATOSINHOS

Reunião de militantes da organização de freguesia de Leça da Palmeira para discussão da situação política e tarefas prioritárias: sexta-feira, 3, às 21h30, na Junta de Freguesia.

Reunião de militantes da organização de freguesia de S. Mamede de Infesta para discussão da situação política e questões de organização, com a participação do camarada Serafim Brás: sexta-feira, 3, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

TORRES NOVAS

Plenário de militantes e activistas da CDU sobre a situação política e as eleições presidenciais, com a participação de Agostinho Lopes: sexta-feira, dia 3, às 21h, no Centro de Trabalho de Torres Novas.

TORTOSENDO

Plenário de militantes da freguesia de Tortosendo sobre a situação política e tarefas do Partido, com a participação do camarada Armando Morais: sábado, dia 4, às 15h, no Centro de Trabalho.

**CUBA
Turismo
e Solidariedade**Fim do Ano Tropical
Havana - Cayo Largo - Trinidad
- Pilar del Rio
27/12/95 a 5/1/96(Informações e inscrições:
R. Rodrigo da Fonseca, 107,
r/c, Esq. - Tel. 3857305)**Apresentação
da Declaração
de Candidatura de
Jerónimo de Sousa
à Presidência da República**Sexta-feira, 3 de Novembro,
às 17h, no Centro
de Trabalho Vitória**CDU de Palmela**

Com a participação de Jorge Pires, do Secretariado do CC do PCP, reúne-se no próximo sábado, dia 3, às 21h30, no Centro de Trabalho de Pinhal Novo, o plenário concelhio da CDU de Palmela.

BragançaQuinta-feira, 9, às 21h30, no CT
Convívio de homenagem
ao camarada VIRGÍLIO LEMOS
festejando os seus 60 anos
de militância no PCP(Inscrições: até 8/11, junto da Com. Conc.
ou pelo tel. (073)23365 - cam. Antónia Torres)**Lisboa**Almoço-convívio
das freguesias de Alcântara-Campolide-Sto. Condestável
Sábado, 4 de Novembro, CT de Alcântara**Lisboa**Terça-feira, 7, às 18h, CT Vitória
Plenário-convívio do Sector da Saúde da ORL
sob o tema
«Lembrar a Revolução de Outubro
conversando sobre as tarefas dos comunistas
hoje e aqui»,
com a participação de José Casanova**PORTO**Jantar comemorativo
do 16º aniversário da JCP
Sábado, 11, às 20h, no CT da Boavista
(Inscrições até 9/11 - Tel. 02.6095651)Organização do PCP
da Freguesia da AMEIXOEIRA / Lisboa
Almoço-convívio
inserido na Campanha dos 150 Mil Contos
Dia 11 às 13h, no CT do Lumiar,
com a participação de Abílio Martins

PARTICIPAR, CONSTRUIR,
TRANSFORMAR!

6º Encontro
Distrital
de Lisboa
da Juventude
Comunista
Portuguesa

11 de Novembro
10h30h
Cooperativa
«A Sacavenense»

11 de Novembro - 10h30
na Cooperativa «A Sacavenense»

TEATRO

**AUDITÓRIO
CARLOS ALBERTO**

Porto, R. das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **BEIJO NO ASFALTO**, de Nelson Rodrigues, encenação de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe.

**AUDITÓRIO
CARLOS PAREDES**

Lisboa, R. Gomes Pereira, 17 (Edifício da JF de Benfica). Tel. 7154565. De 4ª a sáb. às 21h.30, dom. às 17.30. **O CONCÍLIO DO AMOR**, de Oskar Pannizza, encenação de David Dias, pela Companhia de Teatro Praga.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Tel. 4115060. Sábado às 21h30. **LORCA-ESPANHOLAS**, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

**TEATRO MIRITA
CASIMIRO**

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Corte-Real.

**TEATRO MUNICIPAL
DE ALMADA**

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FILOPÓPOLIS - Uma Lição de Política**, de Virgílio Martinho, encena-

ção de Joaquim Benite, pelo elenco do Teatro de Almada.

**TEATRO MUNICIPAL
S. LUIZ**

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

**TEATRO NACIONAL
D. MARIA II**

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **A LOUCA DE CHAILLOT**, de Jean Giraudoux, encenação de Rui Mendes, pelo elenco do Teatro Nac. D. Maria II - Sala Estúdio; de 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **ROSA, MINHA QUERIDA ROSA**, de Josette Boulva e Marie Gatard, encenação de João Canijo, com Glicínia Quartim e Zita Duarte.

**TEATRO
POLITEAMA**

Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. **DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES**, de Filipe La Féria.

**TEATRO
DA TRINDADE**

Lisboa, Lg. da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.15. **O DIA SEGUINTE**, de Luís Francisco Rebelo, encenação de João Leite.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Estadista revolucionário francês acusado por Robespierre de moderantismo e guilhotinado; poeta português de vida aventurosa do séc. XVIII; 2 - Erva para alimento do gado; unir; a sota das cartas de jogar; 3 - Equídeo africano de listas escuras; seca. 4 - Preceito escrito; óxido de cálcio; ion; 5 - Comparecer; descaramento (fam.); impulso; aspecto. 6 - Cintura das calças; seguros; mulher muito pequena. 7 - O outro mundo; Mãe de Jesus; ave de rapina diurna. 8 - Insetos semelhantes ao grilo, nocivos às plantas; ilha no mar de Irlanda; previne. 9 - Bajulador; esquadra. 10 - Assentimento; coragem!; furor. 11 - Art.; rio que banha Leiria; condessa portuguesa, amante de Junot; outra coisa; 12 - Tensão; relação; transpiro; letra grega; 13 - Grande quantidade (fig.); acolá; plantas dos pés.

VERTICAIS: 1 - Picar com o bico; lágrima. 2 - Uma dezena; columbíferas mais pequenas que o pombo; debaixo de. 3 - Aro; lacras; cânhamo da Índia. 4 - Químico sueco, inventor do dinamite; móvel. 5 - Troçavias; desaparecera. 6 - Remoinho de água; tonalidade; livro de poemas de António Nobre. 7 - Niquel (s.q.); guardamos segredo; nota musical. 8 - Antiga possessão portuguesa na Índia; partido de independência da Irlanda; qualquer. 9 - Bário (s.q.); astutas; nota musical. 10 - Agora; apologia (fig.); a minha pessoa. 11 - Correntes de água naturais; estimados. 12 - Passar para outro dia; avarenta. 13 - Coletivo de animais de uma quinta; acre; art. espanhol. 14 - Ave corredora australiana; com muitos anos; fruto da ateira. 15 - Grande ave trepadora; painelas.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

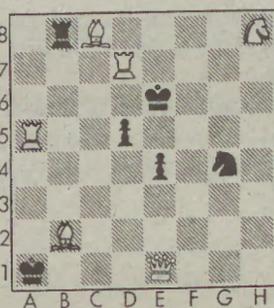
HORIZONTAIS: 1 - Céu; lagarto; cem. 2 - Reno; rugia; fumo. 3 - Ara; lés; par. 4 - Som; afanoso; ama. 5 - Tu; a.C. 6 - Orada; mas; cobro. 7 - Itália; evitar. 8 - Acedo; lai; darão. 9 - Nó; Ni. 10 - USA; regatas; dor. 11 - Dia; ato; ele. 12 - Obra; alapa; Emir. 13 - São; chamara; ora.

VERTICAIS: 1 - Cresto; anuros. 2 - Ee; ouriços; Ba. 3 - Unam; até; adro. 4 - Or; idade; ia. 5 - Aa; alô; Ra. 6 - Ar; fi; ré; ah. 7 - Gula; mal; gala. 8 - Agenda; acatam. 9 - Riso; sei; topa. 10 - Tá; só; já; ar. 11 - Pó; Cid; sé. 12 - Fá; botão; lê. 13 - Cura; bar; demo. 14 - Em; marrano; ir. 15 - Mónaco; oirara.

XADREZ

DXXXV - 2 DE NOVEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995X083
Por: HERBERT AHUES
1.º Prémio Die Schwable, 1965

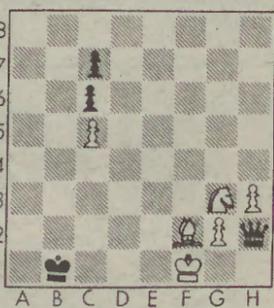
Pr.: [5]: Ps. d5, e4 - Cg4 - Tb8 - R66
Br.: [7]: Ch8 - Bs.b2, c8 - Ts.a5, d7 - Dé1 - Ra1



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X084
Por: FILIPP SIEMIONOVITCH BONDARIENKO
Suomen Shakki, 1947

Pr.: [4]: Ps. c6, e7 - Dh2 - Rb1
Br.: [6]: Ps. c5, g2, h3 - Cg3 - Bf2 - Rf1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXV

N.º 1995X083 [H.A.]: 1. Dg3!
Rf5/T:b2/d4/C-. 2. T7:d5/T7/Dd6/D65 #

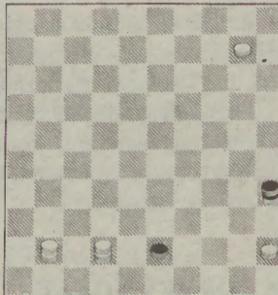
N.º 1995X084 [F.S.B.]: 1. Bc1!, Rg2; 2. Rf2, Rd3; 3. Ba5, Rg4; 4. Bc7, Bc7, Rd5; 5. Bd6, Rg4; 6. Cf1, Dh1; 7. Bb2, Rg5; 8. Bg1, Rb4; 9. Cg3 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXXXV - 2 DE NOVEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995D083
Por: Autor não indicado
Le Monde, 7-1-1995

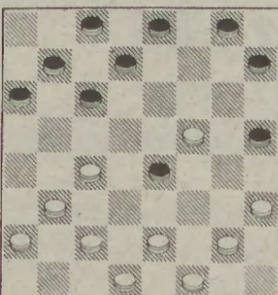
Pr.: [2]: (35)-43
Br.: [4]: 10-(41)-(42)-45



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D084
GOLPE N.º 144
In TRATADO COMPLETO DO JOGO
DAS DAMAS CLÁSSICAS
Henrique da Cunha,
1.ª Edição, Porto, Liv. Progredir, 21.V.1943
1. 10-13, 23-29, 2. 13-18, 21-14; 3. 11-18, 22-13;
4. 9-18, 19-14; 5. 12-15, 28-23; 6. 5-9, 32-28;
7. 8-12, 26-21; 8. 1-5, 21-17; 9. 4-8.

Diagrama
(Pr. [10]: 14-17-23-24-25-27-28-29-30-31-32;
Br. [10]: 2-3-5-6-7-8-9-12-15-8



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXV
N.º 1995D083 [N.N.]: 1. 45-40! (35x49); 2. 42-48 e 3. 48-44; 1. ... (35x44); 2. 42-38 +
N.º 1995D084 [N.N.]: 9. ... 23-19; 10. 15-22, 14-10; 11. 5-14, 25-21; 12. 18-25, 27-4 = D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 2

Cocoon II, O Regresso
«Cocoon II, The Return» (EUA/1988). Real.: Daniel Petrie. Int.: Don Ameche, Wilford Brimley, Courtney Cox. Cor, 112 min. **Comédia / Ficção Científica.** (22.00, TVI)

Nova Vaga
«Nouvelle Vague» (Fr./Suíça/1990). Real.: Jean-Luc Godard. Int.: Alain Delon, Domiziana Giordano, Roland Amstutz, Laurence Cote. Cor, 85 min. **Ver Destaque.** (22.50, TV2)

Casa de Anjos
«Anglagard» (Suécia/1992). Real.: Colin Nutley. Int.: Helena Bergstrom, Rikard Wolff, Sven Wolter, Reine Brynolfsson, Ernst Gunter. Cor, 121 min. **Drama.** (01.15, Canal 1)

SEXTA, 3

O Abismo
«The Deep» (EUA/1977). Real.: Peter Yates. Int.: Jacqueline Bisset, Nick Nolte, Robert Shaw, Louis Gossett, Eli Wallach, Robert Tissier. Cor, 120 min. **Aventuras.** (22.00, TVI)

Jubiabá
(Brasil/Fr./1986). Real.: Nelson Pereira dos Santos. Int.: Grande Otelo, António José Santana, Luís Santos Santana, Charles Baiano, Betty Faria, Jofre Soares. Cor, 96 min. **Ver Destaque.** (23.50, TV2)

Diagnóstico: Crime
«Diagnosis of Murder» (EUA/1992). Real.: Christopher Hibler. Int.: Dick Van Dyke, Cynthia Gibb, Stephen Caffrey, Barry Van Dyke. Cor, 90 min. **Policial.** (00.50, TVI)

Reacção em Cadeia
«Silkwood» (EUA/1983). Real.: Mike Nichols. Int.: Meryl Streep, Kurt Russell, Cher, Craig T. Nelson, Diana Scarwid, Fred Ward. Cor, 126 min. **Ver Destaque.** (01.30, Canal 1)

O Assassino da Rosa
«Rosemary's Killer» (EUA/1980). Real.: Joseph Zito. Int.: Vicki Dawson, Chris Goutman, Farley Granger, Lawrence Tierney. Cor, 88 min. **«Thriller» / Terror.** (03.35, Canal 1)

SÁBADO, 4

O Comboio do Inferno
«Breakheart» (EUA/1975). Real.: Tom Gries. Int.: Charles Bronson, Ben Johnson, Jill Ireland, Richard Crenna, Charles Durning. Cor, 91 min. **«Thriller» / «Western».** (16.15, Canal 1)

Força Destruidora
«Bloodsport» (EUA/1987). Real.: Newt Arnold. Int.: Jean-Claude Van Damme, Donald Gibb, Leah Ayres, Norman Burton. Cor, 85 min. **Acção.** (16.30, SIC)

Modelos Assassinos
«Face Value» (EUA/1991). Real.: John Gray. Int.: Cheryl Pollak, Dale Midkiff, Kirk Baltz, Jack Blessing, Juanita Jannings, Madison Mason. Cor, 91 min. **Melodrama.** (17.30, TVI)

O Monstro do Espaço
«The Quatermass Experiment» (Gr.Br./1955). Real.: Val Guest. Int.: Brian Donlevy, Jack Warner, Margia Dean, David King Wood. P/B, 80 min. **Terror / Ficção Científica.** (19.35, TV2)

A Última Reportagem
«The Mean Season» (EUA/1985). Real.: Phillip Bossos. Int.: Kurt Russell, Mariel Hemingway, Richard Jordan, Richard Masur. Cor, 100 min. **«Thriller».** (00.00, Canal 1)

Les Patterson

Salva o Mundo
«Les Patterson saves the World» (Austrália/1987). Real.: George Miller. Int.: Barry Humphries, Pamela Stephenson, Thao Pengh-lis. Cor, 86 min. **Comédia.** (00.35, TV2)

Três Corações Iguais
«These Three» (EUA/1936). Real.: William Wyler. Int.: Miriam Hopkins, Merle Oberon, Joel McCrea, Walter Brennan, Catherine Doucet. P/B, 89 min. **Ver Destaque.** (01.10, TVI)

O Polícia sem Lei
«Bad Lieutenant» (EUA/1992). Real.: Abel Ferrara. Int.: Harvey Keital, Franlie Thorn, Zoe Lund, Anthony Riggiero, Eddie Daniels. Cor, 93 min. **Ver Destaque.** (02.15, Canal 1)

DOMINGO, 5

A Vida é Bela
(Port./1981). Real.: Luis Galvão Telles. Int.: Nicolau Breyner, Margarida Carpinheiro, Henrique Viana. Cor, 103 min. **Ver Destaque.** (17.10, SIC)

Fogo na Escuridão
«Fire in the Dark» (EUA/1991). Real.: David Jones. Int.: Olympia Dukakis, Lindsay Wagner, Jean Stapleton, Ray Wise, Edward Herrmann. Cor, 90 min. **Drama.** (17.45, TVI)

Caminho para a Vitória
«The Long Walk Home» (EUA/1990). Real.: Richard Pearce. Int.: Sissy Spacek, Whoopi Goldberg, Dylan Baker, Dwight Schultz. Cor, 92 min. **Ver Destaque.** (00.30, TV2)

Os Vingadores
«The Dangerous» (EUA/1994). Real.: Rod Hewitt e Maria Dante. Int.: Robert Davi, Michael Paré, Elliott Gould. **Acção.** (00.50, SIC)

SEGUNDA, 6

O Legionário
«A.W.O.L.» (EUA/1990). Real.: Steven Letiche. Int.: Jean Claude Van Damme. **Acção.** (22.50, SIC)

A Filha do Milionário
«Papa, Les Petits Bateaux» (Fr./1971). Real.: Nelly Kaplan. Int.: Sheila White, Michel Bouquet, Judith Magre, Michel Lonsdale. Cor, 90 min. **Ver Destaque.** (00.40, Canal 1)

TERÇA, 7

Brigadas Vermelhas
«Years of the Gun» (EUA/1991). Real.: John Frankenheimer. Int.: Andrew McCarthy, Valeria Golino, Sharon Stone, John Pankow. Cor, 107 min. **Ver Destaque.** (21.50, Canal 1)

Batidas de Coração
«Heartbeeps» (EUA/1981). Real.: Allan Arkush. Int.: Andy Kaufman, Bernardette Peters, Randy Quaid, Kenneth MacMillan. Cor, 79 min. **Comédia Ficção Científica.** (00.35, Canal 1)

QUARTA, 8

As Rivais
«Les Biches» (Fr./1968). Real.: Claude Chabrol. Int.: Stéphane Audran, Jean-Louis Trintignant, Henri Atal, Jacqueline Sassard. Cor, 93 min. **Ver Destaque.** (02.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.


Carlos Carvalho

Secretário-geral do PCP

Visita no próximo domingo, às 17h, o 6º Festival Internacional de Banda Desenhada Amadora 95, a decorrer na Fábrica da Cultura (R. das Indústrias, na Venda Nova). Será acompanhado pelo Presidente e vereadores da Câmara Municipal da Amadora.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 2

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.20 Kananga do Japão
17.15 Os Dias Úteis
18.05 Pantalal
19.20 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.35 A Mulher do Sr. Ministro
22.10 Marco Paulo (Compacto)
23.10 Quem É o Quê?
00.25 24 Horas
00.55 Remate
01.15 Casa dos Anjos
(ver «Filmes na TV»)

TV2

16.35 NBA
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Star Trek - O Caminho das Estrelas
19.30 Musical: «Concerto da Paz» - Parte II
20.20 Os Gigantes da II Grande Guerra
21.15 Dinheiro em Caixa
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Nouvelle Vague
(ver Filmes na TV»)
00.15 Viagens na Minha Terra
00.45 Ver Artes
01.15 Memphis Slim

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.30 Futebol: Rapid-Sporting
22.20 A Próxima Vítima
23.20 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Cocoon II: O Regresso
(ver «Filmes na TV»)
00.15 TVI Jornal + Primeira Fila

Sexta, 3

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.20 Kananga do Japão
17.10 Os Dias Úteis
18.10 Pantalal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Isto É Agildo
21.45 A Idade da Loba
22.35 Malta Gira
23.35 Murphy Brown
00.10 24 Horas
00.40 Remate
01.00 Contos Assombrosos
01.30 Reação em Cadeia
(ver «Filmes na TV»)
03.15 O Assassino da Rosa
(ver «Filmes na TV»)

TV2

16.35 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Três Dias para Ganhar
19.20 Artes e Letras: «O Século do Cinema» - VII
20.25 Irmãs
21.10 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
23.50 Jubiabá
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI

10.30 Caixa de Perguntas
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Abismo
(ver «Filmes na TV»)
00.25 TVI Jornal

Sábado, 4

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
12.25 Cibernmaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.20 Jovens Americanas
15.15 Uma História Amarga
16.15 O Comboio do Inferno
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Pantalal
18.50 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.50 Contrato para Matar
22.00 Parabéns
24.00 A Última Reportagem
(ver «Filmes na TV»)
01.40 24 Horas
02.15 O Policia sem Lei
(ver «Filmes na TV»)
03.50 Comandos do Mar
(ver «Filmes na TV»)

TV2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Grande Área
16.00 Voleibol
18.00 Circo
19.35 O Monstro do Espaço
(ver «Filmes na TV»)
21.00 Trio das Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.30 Cantares de Amigo
23.30 Remate
23.40 Jogo Falado
00.05 Tribunal de Polícia
01.35 Les Patterson Salva o Mundo
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Felicidade
14.00 Muita Lóco
15.00 Dra. Quinn
16.00 Cosby Show
16.30 Força Destruidora
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.50 Minas e Armadilhas

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Troféu Carina
15.25 Hora do Recreio
16.30 Christy
17.30 Modelos Assassinos
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal + Grande Plano
20.55 Feita à Medida
21.30 Doido Por Ti
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.10 Três Corações Iguais
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 5

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
13.50 Jovens Americanas
14.45 86-60-86
15.20 Homens do Rio Snowy
16.10 Amores Perfeitos
17.15 Robocop
18.05 A Festa dos Preços
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Porto-Benfica
22.50 Nico d' Obra
23.25 Noite de Reis
00.25 24 Horas
01.00 Paixões
01.50 No Calor da Noite

TV2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 A Terra e os Homens
11.55 Regiões
12.55 Vida por Vida
13.05 Euronews
14.00 Golo Europa
14.45 Desporto
18.45 Notícias sobre Desporto
19.00 O Homem e a Cidade
19.30 Alvorada de Fogo
(ver «Filmes na TV»)
21.05 O Mundo de Cá
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Caminho para a Vitória
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 Príncipe de Belair
15.10 Olho de Falcão
16.10 Os Imortais
17.10 A Vida É Bela
(ver «Filmes na TV»)
19.10 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.30 Chuva de Estrelas
24.00 Os Vingadores
(ver «Filmes na TV»)
02.05 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.45 Olho Popular!
17.30 Fogo na Escuridão
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodígio
20.50 Jogo do Ganso
23.15 Últimas Notícias
23.40 Modelo e Detective

Segunda, 6

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantalal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.40 A Idade da Loba
21.40 Casados de Fresco
22.40 Vermelho e Negro
23.50 24 Horas
00.20 Remate
00.50 A Filha do Milionário
(ver «Filmes na TV»)

TV2

16.30 Uma Família Feliz
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.20 O Mundo em Guerra
20.25 Corpo e Alma
21.20 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «In Concert»

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 O Legionário
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal
01.10 Flash Back

TVI

10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.40 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Erro Judicial (I)
00.15 TVI Jornal
00.45 Cagney & Lacey

Terça, 7

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantalal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Nico d' Obra
21.20 A Idade da Loba
22.10 Brigadas Vermelhas
(ver «Filmes na TV»)
23.50 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Batidas de Coração
(ver «Filmes na TV»)

TV2

16.40 Rua Sésamo
17.05 Um, Dó, Lí, Tá
17.50 Star Trek - O Caminho das Estrelas
18.15 Rotações
19.10 Lendas e Narrativas
19.55 Futebol
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Bailado - «Paul Taylor Dance»
23.45 A Par e passo
01.35 Golo Europa

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Camilo & Filho, Lda.
21.15 A Próxima Vítima
22.25 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.50 Casos de Polícia
01.10 Último Jornal
01.25 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Parker Lewis
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Erro Judicial (II)
23.15 TVI Jornal
23.45 Jornal de Negócios
00.15 Cagney & Lacey

Quarta, 8

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantalal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.20 Futebol: Sporting-Tirsense
22.30 A Idade da Loba
23.50 O Renegado
00.10 Prova Oral
01.30 24 Horas
02.00 Remate
02.20 Febre no Delta
(ver «Filmes na TV»)

TV2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.05 O Meu Verão Secreto
19.35 Comboios Como Não Há Outros
20.25 Irei para Longe
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 África Selvagem
23.45 Liga dos Campeões
00.45 Musical: Ivan Lins e Paulo de Carvalho

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Número Um
00.30 Último Jornal
00.45 O. J. Simpson - Toda a Verdade

TVI

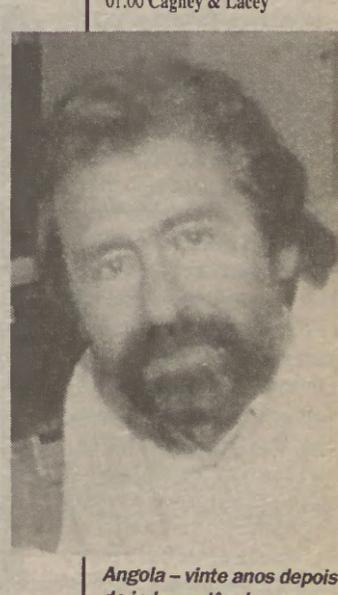
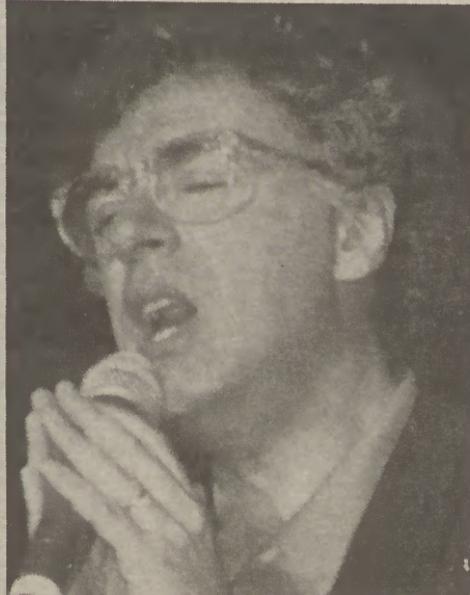
10.30 O 8º Dia
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Cagney & Lacey



«Picket Fences», série-vedeta da TVI: ao sábado



Um encontro de duas grandes vozes e de dois grandes compositores: Ivan Lins e Paulo de Carvalho. Quarta-feira na TV2



Angola - vinte anos depois da independência: a reportagem de Joaquim Furtado sexta-feira, na TV2

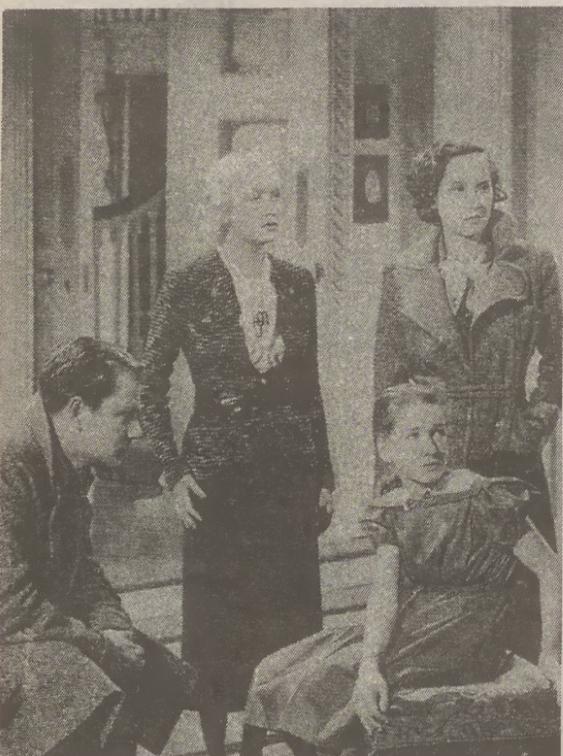
Por isto e por aquilo...

Nova Vaga (Quinta, 22.50, TV2)

Acolhido por uns como genial e por outros como uma obra de reduzido interesse na sua fulgurante carreira, este filme relativamente recente de Jean-Luc Godard serve de pretexto ao cineasta para mais uma das suas amargas e duras reflexões sobre os modos de vida quotidianos, ao debruçar-se sobre a dramática solidão de dois seres que, ao tocarem-se, inexoravelmente se afastam. A confirmar.

O Abismo (Sexta, 22.00, TV1)

Nascido em finais dos anos 30 na Inglaterra - e desenvolvendo a maior parte da sua carreira nos EUA, onde se destacou como realizador de obras-maiores como *Bullitt*, *Os Amigos de Eddie Coyle* ou, mais recentemente, *Sob Suspeita* - Peter Yates é um cineasta que tem brilhado em filmes em que a acção ou o suspense são as pedras de toque. Mas este *O Abismo*, uma aventura em que um casal se dedica inocentemente à pesca



Um fotograma de «Três Corações Iguais», de William Wyler

submarina e é surpreendido durante umas férias na costa das Bermudas por uma intrigante história de crime e droga, sofre inexplicavelmente de uma entediante lentidão que lhe rouba, afinal, parte substancial da «pimenta» que lhe daria o sabor. Entretanto, quando a teledependência é um vício incorrigível e a concorrência tem para oferecer *Luna Parque* ou *Isto é (ou foi?) o Agildo*, não há escolha possível...

Jubiabá (Sexta, 23.50, TV 2)

Segunda adaptação de um romance de Jorge Amado por Nelson Pereira dos Santos (que já nos havia dado uma excelente versão cinematográfica de *Tenda dos Milagres*), este filme não conseguiu ultrapassar alguns acidentes de percurso a que não deverá ser estranho o facto de se tratar de um co-produção franco-brasileira acarretando consigo - como tem acontecido a parte das co-produções portuguesas actuais - os consabidos problemas de credibilidade e naturalismo (no bom sentido da palavra) sempre levantados pela dobragem que transforma a língua «cinematográfica» numa espécie de esperanto por vezes insuportável...

Reacção em Cadeia (Sexta, 01.30, Canal 1)

As brilhantes interpretações de um grupo de actores e atrizes em excelente forma são o elemento que dá mais força a um filme cuja temática é sem dúvida importante mas que, sem aquela contribuição, resultaria algo falhado, sobretudo porque nem sempre os mecanismos de encenação encontrados por Mike Nichols conseguem ultrapassar alguma lentidão que se reflecte numa aparentemente desproporcionada duração. Meryl Streep tem aqui um dos seus mais fulgurantes papéis na interpretação da dramática e corajosa figura de Karen Silkwood, uma operária de uma fábrica de materiais radioactivos que, lutando corajosamente contra os perigos do «nuclear», morreu em consequência das radiações que sofreu - num caso extraído da vida real que, em 1974, apaixonou a opinião pública norte-americana, designadamente pelo longo tempo (dez anos!) que a tramitação jurídica ocupou no apuramento das responsabilidades.



Um fotograma de «As Rivais», de Claude Chabrol

Três Corações

Iguais (Sábado, 01.10, TV1)

«As directoras de um colégio feminino de Connecticut e um jovem médico de carreira promissora vêem-se envolvidos num escândalo provocado pelo depoimento fraudulento de uma aluna sem escrúpulos». Extraído da peça de Lillian Hellman *The Children's Hour* - e com argumento adaptado pela própria autora - este filme datado de 1936 provocou, então, e a exemplo do que acontecera com a peça teatral, alguma polémica, mesmo que os condicionalismos da época fizessem com que o seu realizador William Wyler não pudesse ter sido muito explícito no desenvolvimento dos fundamentos da intriga. Na realidade, a falsa acusação de lesbianismo entre as duas professoras - que estivera na base do escândalo desencadeado pela aluna - só pôde ser claramente tratada pelo grande cineasta anos mais tarde, em 1962, numa outra versão por ele filmada desta história. Coisa que não ajudou a que o novo filme viesse suplantar a especial atmosfera que, apesar de tudo, Wyler soubera criar nesta bem melhor primeira versão que a TVI hoje nos propõe, com interpretações memoráveis de Miriam Hopkins, Merle Oberon e Joel McCrea.

O Polícia sem Lei (Sábado, 02.15, Canal 1)

Conhecida dos noctívagos da televisão portuguesa por alguns dos mais chocantes e violentos filmes que certa zona da programação cine-



Woopy Goldberg uma das intérpretes principais de «Caminho para a Vitória», de Richard Pearce

matográfica do Canal 1 ou da SIC tanto gostam de privilegiar - como, entre outros, *A Rapariga da China* ou o «filme de culto» *Vingança de uma Mulher* - a filmografia de Abel Ferrara, um cineasta relativamente marginal, provocou nos últimos tempos algumas reacções extremas (no bom e no mau sentido) por parte da crítica norte-americana. É por exemplo o que aconteceu com este *O Polícia sem Lei* (datado de 1992), um dos projectos mais ambiciosos de Ferrara, que se debruça sobre o caso de um polícia de Nova Iorque mergulhando no inferno da droga, do álcool e da corrupção e ao qual o crime de violação sobre uma freira faz confrontar com questões essenciais da sua consciência. As referências (em que, muitas vezes, se confia demasiado...) apontam ao filme méritos que é necessário confirmar.

A Vida é Bela

(Domingo, 17.10, SIC)

«Uma paródia aos carreiristas e oportunistas políticos cuja acção se passa durante a Primeira República Portuguesa acompanhando as peripécias de um tal Hipólito do Ó que vem do nada e chega a ministro!» - assim reza a folha de promoção da SIC. Claro que, onde se lê «ministro» poderia ler-se «deputado» ou «autarca» mas, como costuma dizer-se, qualquer semelhança com personagens conhecidos é pura coincidência... Um filme de Luis Galvão Telles com... Nicolau Breyner no principal papel!



Meryl Streep, Kurt Russell e Cher, intérpretes principais de «Reacção em Cadeia», de Mike Nichols

Caminho para a Vitória (Domingo, 00.30, TV 2)

Esta é a história de duas mulheres - uma branca, outra negra - confrontadas pela sua relação de patroa e empregada mas também ligadas por um incidente que marcou a História dos conflitos sociais e raciais nos EUA: o caso de discriminação racial de que foi vítima a cidadã negra Rosa Parks e que conduziu, em 1955, ao célebre movimento de boicote ao transporte em autocarros levado a cabo pela população negra de Montgomery, Alabama, e encabeçado por Martin Luther King. Tendo como pano de fundo este caso verídico, o realizador Richard Pearce debruça-se sobre os conflitos que são transportados, em consequência, para a vida de um casal branco - conseguindo erguer um filme que, cheio das melhores intenções, denuncia uma das épocas mais trágicas da sociedade

norte-americana. Duas observações se impõem, entretanto: se, por um lado, seria impensável que um tal filme pudesse ser aceite pelo «sistema», pela «indústria», há 20/30 anos atrás, também não deixa de ser sintomático que, mesmo realizado nos anos 90, o fio condutor (aliás, surpérfluo) escolhido para contar a história tenha sido a narração off a cargo da filha (branca) do casal (branco), o que só pode ser entendido como um contributo para o tornar aceitável pelos espectadores pertencentes a essa maioritária comunidade...

A Filha do Milionário

(Segunda, 00.40, Canal 1)

Um bando de jovens aprendizes de gangsters rapta a riquíssima herdeira de uma fortuna com a

intenção de exigir um resgate elevadíssimo - e todos estão convencidos de ter arquitetado o golpe do século! Simplesmente, estão longe de se aperceber de que a jovem utiliza a sua inteligência e irresistível beleza para os dividir, pondo-os uns contra os outros, até conseguir apropriar-se do grosso da maquia! É a inversão da situação que transmite uma interessante tónica a esta sátira cinematográfica que não deixa de ser uma feroz crítica social.

Brigadas Vermelhas (Terça, 21.50, Canal 1)

Um dos últimos filmes de John Frankenheimer, um rotineiro do cinema de acção. Aqui, como o título português solícitamente esclarece, trata-se de uma história que faz mergulhar um jornalista americano no mundo romano do terrorismo político, da morte e da violência dos anos 70, tendo no centro dos acontecimentos o assassinato de Aldo Moro. Mas o terrorismo dito «esquerdista» sempre deu pano para mangas ao confusão político, pelo que, vindo de onde vem, é caso para desconfiar. E muito.

As Rivais (Quarta, 02.50, Canal 1)

As Rivais é uma das muitas histórias através das quais o realizador francês critica ferozmente a grande burguesia, desta vez através da observação do comportamento de um trio amoroso e do olhar cáustico que o cineasta lança sobre os jogos do poder e da sedução. Não será (longe disso) dos melhores filmes de Claude Chabrol - em particular porque, para além do habitual rigor da encenação e da escrita dos diálogos, dele se desprende um certo artificialismo, aliás correspondente ao ambiente de Saint-Tropez onde a intriga se situa. Mas como perceber a ideia da RTP ao colocá-lo às duas e cinquenta de uma madrugada de dia útil - o que significa que a sua projecção terminará por volta das quatro e trinta da manhã!? Não há dúvida que esta gente tem mesmo vontade de ser corrida!

O documentarismo como Arte

■ Francisco Costa

«Numa noite qualquer do início de 1511 teve lugar, junto à muralha de Goa, um estranho encontro secreto: Albuquerque acabava de conquistar a cidade, que pertencia aos domínios de um príncipe muçulmano, e veio encontrar-se com um enviado desse príncipe. O homem era conhecido entre os seus - entre os muçulmanos - por Sufu (?), mas já tinha tido outro nome e outra religião. Chamava-se João Machado e era de Braga. Tinha fugido com a filha do seu estalajadeiro e tinha-a engravidado e por isso fora exilado para S. Tomé. Depois, veio para a Índia na armada de Pedro Álvares Cabral e fez o que muitos tinham feito antes dele: meteu-se no interior deste continente à procura de fortuna. Pôs-se ao serviço do Príncipe, converteu-se ao Islamismo, casou, teve filhos e acabou a comandar o regimento de gente branca do Príncipe, um regimento constituído por portugueses e outros ocidentais. Foi à cabeça desse regimento que combateu contra Albuquerque, em Goa. Há quem diga que, neste encontro secreto, Albuquerque o convenceu a tornar-se um agente duplo, servindo ao mesmo tempo o príncipe muçulmano e o Vice-Rei. Seja como for, João Machado acabou por vir para o lado português, prosperou, enriqueceu... e morreu em combate contra o seu antigo regimento de gente branca ao serviço do príncipe!»

Este pequeno texto, extraído do terceiro episódio da série «O Mundo de Cá», da autoria de Camilo Azevedo e Paulo Varela Gomes - que a TV 2 está a transmitir aos Domingos (21.00 horas), desde há três semanas - tem o condão de, em forma de síntese, servir de exemplo ao crítico para este fazer sobressair um dos aspectos mais interessantes que enformam esta série: ao descrever um acontecimento histórico maior como a conquista da Índia pelos portugueses, o seu autor-apresentador aproveita para inserir na narrativa a revelação de um episódio quase anedótico, sendo que, ao fazê-lo, não desperdiça a ocasião para, de forma implícita, nos transmitir algumas interessantes pistas para a compreensão da especificidade do comportamento dos protagonistas maiores e menores dos transcendentais eventos e, do mesmo passo, nos fazer sorrir acerca das muitas formas de «estar no Mundo» dos portugueses...

O facto é que, precisamente, este estudado abandono cíclico da linguagem da erudição ou este desvendar dos bastidores humanos da História ensaiado como quem conta, por vezes com singela ironia, uma série de estórias mais ou menos inequívocas, mais ou menos misteriosas - ou estratégia sábia que, com frequência, se detecta de episódio para episódio - tem contribuído em elevado grau para que este projecto televisivo se revele altamente exemplar. Não apenas no que de **factual** existe no absorvente acto de «reportar» os intrincados caminhos da investigação mas, também, no que de fascinante se descobre ao desbravar os indícios dispersos que se diria pertencentes ao aventuroso domínio do **imaginário** - com frequência constituindo, afinal, o alimento essencial da «encenação» da própria série. O que em nada contraria o seu firme e rigoroso carácter «documental».

Da teoria e da prática

Mas este é apenas um aspecto da elevada qualidade de «O Mundo de Cá», uma parcela que, por maioria de razões, com muito maior profundidade e deverá ser abordada pelos especialistas em História. Do que aqui em exclusivo decidi ocupar-me não é, tanto, do superlativo trabalho de investigação inerente ao conteúdo da série mas, mais, do seu vulgar tratamento formal. Porque é preciso dizer-se que estamos perante um estádio superior da arte de fazer documentarismo em Portugal. E isto tem a ver com um outro domínio em que esta tão rara actividade apresenta fortes lacunas entre nós: não se trata apenas de partir de uma ideia empírica e impressionista - por mais cativante, prometedora e aventureira que ela seja - e captar a esmo uma multitude de imagens e de sons, e gravar meia dúzia de depoimentos de apurados especialistas, para depois tudo se procurar resolver na mesa de montagem e alinhar na escrita desarrumada e dispersa de um comentário *off*.

Em primeiro lugar, há que reconhecer em «O Mundo de Cá» a importância decisiva de um demorado trabalho de concepção e planificação, prévio ao acto de captar as imagens e os sons. Depois, não pode deixar de realçar-se uma forma qualitativamente nova de distribuir do ponto de vista temático esse imenso trabalho por vários episódios - como se nos fossem dados a apreciar os vários andamentos de uma partitura, em que já detectámos a «abertura», a «exposição do tema» e alguns dos

seus «desenvolvimentos» e «variações», não sendo difícil adivinhar-se a necessária «re-exposição do tema» e, quiçá, a inevitável «coda final». Por último, em todo este processo de criação, é por de mais transparente uma forma dialéctica de pensar em teoria e fazer na prática, sempre partindo do geral para o particular e aqui de novo buscando as raízes da compreensão do global - coisa que, não por acaso, em geral é admiravelmente traduzida no próprio desenvolvimento da planificação técnica e da realização e, finalmente, nos trabalhos de pós-produção vídeo e áudio, com destaque para a sonoplastia.

Na realidade, nunca como aqui tinha sido tão patente a cuidada minúcia de tudo prever antecipadamente para que, no próprio acto de concretizar, nenhuma surpresa pudesse subverter na prática a indispensável e consistente coerência interna de todo o projecto.

Da «encenação» e da montagem, como elementos da narração

É esta a «novidade» essencial de «O Mundo de Cá»: o terem os seus autores encontrado, com inteiro sucesso, um engenhoso discurso audiovisual que faz da combinação da imagem, do som,

les que devem nascer dos movimentos de câmara, como elemento da *mise-en-scène*, ou daqueles que, na aproximação até ao detalhe, funcionam como inserção na *montagem* - podem ser comprovados cuidados extremos. A título de meros exemplos aqui saliento alguns deles, quase todos pertencentes ao primeiro episódio, «Pedras de Cambaia»:

- o espantoso *travelling* perpendicular ladeado pelo enfiamento das colunas, em lenta aproximação frontal à imagem do deus Vixnu, recusando os artificios do *travelling óptico* (a famigerada *zoom*) para fazer valorizar a «profundidade de campo» e a permanente focagem e explicitação dos detalhes circundantes;

- o simples pormenor (habitualmente negligenciado) da decisão acerca da hora mais adequada para se filmar tal ou tal plano, significante que é, por exemplo, na captação pela câmara de um outro pormenor exterior do mesmo templo, iluminado pela luz natural do Sol poente, ao mesmo que se ouve, no texto, a referência aos primeiros navios europeus, portugueses, chegados às costas da Índia, «vindos do lugar onde o Sol se põe»; ou o belíssimo e misterioso plano geral em que acaba um lento movimento de recuo, efectuado agora sem dano com o auxílio da *zoom* («Do Ocidente veio outra luz»), e que, por encadeado, nos conduz a um plano geral da Serra de Sintra, com a silhueta do Castelo dos Mouros recortada em meio da neblina;

- uma outra fabulosa sequência em que (1) dois *travellings* são ligados, na Quinta da Penha Verde, em Sintra, no segundo dos quais PVG como que antecipa uma possível razão para a presença das esculturas indianas naquele local; seguidos de (2) um plano geral com a Serra em fundo em que, primeiro, essa eventualidade se concretiza um pouco mais na locução *off* de Flor Pedroso - com a referência a «antiquíssimos mitos» a propósito de Sintra, entendida por Ptolomeu, geógrafo da Alexandria antiga, como «Monte ou Promontório da Lua» - e, depois, já próximo da câmara, PVG finalmente se refere aos escritos de Francisco de Hollanda «sobre um pequeno outeiro, junto ao mar oceano», um «santuário romano, dedicado ao culto do Sol e da Lua»; para tudo culminar na ligação a (3) um outro movimento de câmara, circulante e em recuo, deixando ver sem solução de continuidade o interior e o exterior da capela de S. Mamede de Jonas (impecável, o trabalho de correcção do diafragma) na qual, também em círculo, se vêem dispostas as ditas pedras! E que dizer da sintomática e aparente simplicidade e parcimónia da frase que encerra esta sequência e que nos deixa, «apenas», com esta transcendente e poética ideia: «Trazer estas pedras para Sintra era para estes homens, do ponto de vista simbólico, reunir outra vez o mundo.»? E como não estremecer perante a monumentalidade e beleza de sítios como a «Rocha do Leão», em Sigyria, ou o grande santuário de Kellanyia - no segundo episódio, «Táprohana» - tão fabulosamente desvendados em imagens aéreas de cuidado enquadramento, composição e encadeamento?

Ao serem referidos estes poucos exemplos (de sutilezas, profundidades e significados tão diversos), o que se pretende sublinhar é o engenhoso processo de narração que os autores da série estabeleceram e levaram a cabo no sentido de, nunca desprezando a diferente gradação e exigência dos possíveis níveis de leitura e recepção de uma tão grande massa de espectadores - como é a que, de forma volátil, presença televisão -, sempre atribuírem aos vários elementos «formais» desse processo o necessário peso da sua individualidade e a implacável lógica da sua complementaridade.

Em suma, uma série como esta, mesmo que produzida pela RTP com o indispensável apoio de outras importantes entidades e instituições e realizada por uma tão competente equipa de profissionais, é sem dúvida a prova inquestionável da necessidade de preservar o «serviço público» de televisão no nosso país e de impedir a sinistra e deliberada destruição da sua capacidade produtiva. Sem esquecer que, equiparando-se pela sua elevada qualidade ao que de melhor nos vem do estrangeiro nesta matéria, não pode deixar de ser promovida e exibida em festivais internacionais e vendida ou oferecida no quadro dos programas de intercâmbio internacional da UER ou outros organismos.

Assim haja a necessária vontade política e ainda sobeje algum orgulho pela nossa identidade histórica e cultural, para que esta elementar obrigação possa ser cumprida.



A imagem de Vixnu, no interior do templo de Xiva, em Badami

do comentário *off* e das intervenções *in* um processo narrativo que, no seu desenvolvimento harmonioso e linear, facilmente poderia permitir se necessário fosse (hipótese, aliás, não verificada) que uma frase captada «em directo» começasse a ser proferida por Paulo Varela Gomes em Badami e terminada, após uma simples vírgula, em Sintra - associando dois locais afastados por milhares de quilómetros mas unidos pelas deambulações da História.

Mas não apenas isto se verifica ao nível dos processos narrativos mais correntes e evidentes. Também ao nível da escolha dos planos e do seu modo de captação e interligação - decidindo daque-

de FOICE

Transparência

Em vésperas das eleições legislativas, não faltará quem se lembre, deu a certos partidos portugueses uma febre súbita de transparência. A temperatura subiu tão alto que líderes partidários e parlamentares, deputados e porta-vozes, dirigentes distritais ou pontas de lança com muita vontade de mostrar serviço, comentadores encartados ou simples moços de recados, entraram em delírio, quase mesmo em convulsão, com a febre da transparência.

Ele era transparência ao almoço, ao lanche e ao jantar, ele era transparência para a sossega e transparência ao acordar, ele era transparência de norte a sul do país, ele era transparência a frio e a quente... Durante um tempo, literalmente falando, uma certa classe política souou transparência.

Como se costuma dizer, quando a esmola é grande o pobre desconfia. No caso vertente, o pessoal cá do burgo assistiu à fatura, diagnosticou a doença, avaliou-lhe os sintomas, espreitou os resistentes que, envergonhadamente embora, resistiram ao contágio com a indiscutível força da imunização de pelo menos uma década de regabofe, abanou a cabeça em sinal de descrédito e chegou à conclusão que a epidemia não chegava ao Natal e que o surto começaria a acalmar com os primeiros sopros de Outubro.

Que não, que a coisa é séria, gritaram até lhes secar a saliva Manuel Monteiro e os seus muchachos. De maneira nenhuma, garantiram nogueiristas e barrosistas, lembrados de súbito do fatídico exemplo da mais badalada mulher de sempre, a de César, claro, a quem se exigia não só que fosse, como parecesse séria.

Foi por via das dúvidas - e que sérias elas são em vésperas de eleições - que a febre da transparência subiu as escadas de S. Bento e saiu de lá de cara lavada e manto de lei às costas, para desgosto de uns tantos e espanto de muitos mais.

Mas quando a esmola é grande, já se sabe, o pobre desconfia. Não chegou ao S. Martinho, quanto mais ao Natal!

Estava o pessoal a recuperar fôlego das eleições quando a primeira castanha estalou no Largo do Caldas. Então não é que a Manela, a Manelinha, assim uma espécie de mulher de César do PP ao contrário - tão sérios que parecem os novos direitinhos -, mas prosaicamente casada com um fornecedor de serviços ao Estado, foi a primeira a cair nas malhas da lei das incompatibilidades?!?! E não é que o Manel, o Manelinho, cavaleiro da transparência até à ponta dos óculos, andou a vender gato por lebre ao eleitorado, sabendo que a candidata estava incompatibilizada com a transparência?!?!

E não é que chegada a hora da verificação de mandatos se constata que muitas outras transparentes figuras estão na mesma situação e andaram este tempo todo fechadas em copas a ver se o bluff pegava?!?!

Pois é. Agora só falta ver qual vai ser o desenlace desta ópera bufa à portuguesa, mas não falta por aí quem garanta que a montanha da transparência vai parir uma solução bem opaca. Numa casa que já serviu de palco à demonstração da quadratura do círculo a propósito de uma simples vírgula, não será difícil conciliar o inconciliável para um ponto final nesta história. Cabe aos deputados, recorda-se, fazer as leis. Se os deputados não preenchem os requisitos estipulados pela lei, das duas uma: ou se mudam os deputados, ou se muda a lei. Vai uma apostinha?

■ AF

Campanha Nacional de Fundos

Metas podem ser ultrapassadas

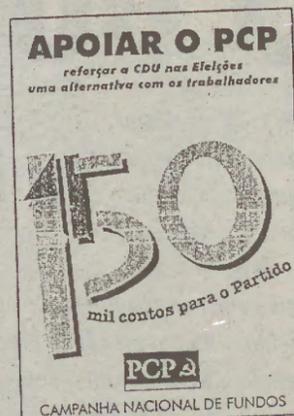
Um novo impulso e uma maior dinâmica em todo o Partido na concretização da Campanha Nacional de Fundos foram o motivo de discussão principal realizada na reunião da Comissão Nacional que acompanha a iniciativa que, dado o bom andamento desta, concluiu que não só é possível atingir a meta inicialmente proposta - 150 mil contos - como parecem reunidas as condições para ultrapassar significativamente esse resultado.

A reunião, realizada na passada quinta-feira, fez um balanço actualizado da Campanha e debateu medidas que permitam o seu relançamento, após o período eleitoral que se viveu.

Na reunião foi valorizado muito positivamente o facto de um número significativo de organizações concelhias de diferentes regiões já terem atingido ou mesmo ultrapassado os seus compromissos e de várias Organizações Regionais estarem bastante adiantadas

em direcção à concretização dos seus objectivos.

De entre as conclusões tiradas nesta reunião nacional, destaca-se a necessidade de transmitir a ideia de que em todo o Partido há que ter em conta que esta Campanha Nacional de Fundos não se esgotou no apoio material à campanha eleitoral nas legislativas. Mas mesmo em relação a esta é necessário prosseguir o esforço de angariação de receitas para cobrir os pesados encargos a que a campanha obrigou.



Reforço do Partido

Esta campanha inscreve-se num objectivo mais geral: o reforço do Partido e do suporte da sua intensa actividade política. Por isso a Campanha Nacional de Fundos deve continuar até ao final do ano.

Os participantes na reunião disseram que há receptividade e apoio à Campanha dentro e fora do PCP, havendo condições e possibilidades para não só atingir como ultrapassar significativamente as metas nacionais e, em vários casos, as metas nacionais.

Está na altura de em todas as organizações do Partido seu



proceder a um balanço responsável da Campanha e de aproveitar as possibilidades existentes para organizar contactos e iniciativas, concretizar compromissos assumidos mas ainda não cumpridos, levar a Campanha aos sectores, camaradas e amigos ainda não envolvidos.

Por fim, desta reunião saiu ainda a conclusão do interesse de durante o tempo que falta até ao fim do ano, dar mais atenção e tomar medidas concretas para que uma importante vertente da campanha - aumentar a recolha de quotas e do número de membros do Partido a pagar a sua quota - seja de facto concretizada.

CNA exige ser parceiro social de pleno direito

“Uma acção isenta e dialo-gante, na defesa da agricultura familiar e dos rendimentos dos agricultores portugueses”, tal é a postura que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reclama que o novo ministro responsável pelo sector venha a assumir no seu mandato.

Tal isenção, refere um comunicado da sua direcção nacional, deve traduzir-se no “reconhecimento oficial da CNA como parceiro social de pleno direito em igualdade de condições com outras organizações congéneres, nomeadamente através da atribuição de

meios técnicos e financeiros -provenientes do Estado”.

Igualmente importante, no entender da CNA, é a sua participação no Conselho Económico e Social e restantes órgãos nacionais de consulta e concertação, bem como no Comité Económico e Social da União Europeia.

Na nota aos órgãos de comunicação social, onde torna pública a sua posição face ao novo ministro que tutela o sector, a CNA reclama também uma “outra postura nas negociações” com a União Europeia, reclamando, “no imediato”, que o Governo

impeça a concretização, nos seus termos actuais, das reformas da OCM do vinho e da OCM das frutas e legumes. No que se refere a esta última, a CNA assinala, concretamente, que não pode ser aceite a imposição do corte das 200 mil toneladas de tomate para a indústria, “sob pena de graves prejuízos”, considerando simultaneamente que “seria um perigoso precedente capaz de também vir a comprometer parte importante da nossa quota de leite”.

Entre as reclamações da CNA, elencadas em comunicado, face ao que considera a

“muito difícil situação da Lavoura”, contam-se, entre outras, a baixa dos preços dos factores de produção; a contenção das importações; a adopção de medidas financeiras que ajudem a resolver o problema do endividamento dos agricultores e cooperativas; a extensão das ajudas pelos prejuízos decorrentes da seca aos produtores de leite do Alentejo e de outras regiões não abrangidas; a manutenção das isenções e outras prerrogativas fiscais concedidas aos pequenos e médios agricultores.

Canadá «aguenta» Quebec

A unidade do Canadá foi mantida segunda-feira, quando os federalistas conseguiram obter 50,6 por cento dos votos no referendo realizado sobre a independência da província francófona do Canadá.

Por seu turno, os separatistas, que alimentavam esperanças na vitória atingiram os 49,4 por cento depois de uma renhida contagem de votos que paralisou a população do Canadá.

Escrutinados todos os sufrágios, cerca de 50 mil votos separaram o “Não” do “Sim”.

Esta foi a segunda vez na história do Canadá que os habitantes da província francófona do Quebec rejeitaram a divi-

são do país, mas no primeiro referendo, em 1980, o triunfo dos federalistas foi de 60 por cento contra 40.

O primeiro-ministro do Canadá, Jean Chretien, prometeu, depois de serem conhecidos os resultados, uma “mudança” e apelou à “reconciliação”.

Por seu lado, fazendo adivinhar o aprofundamento da vontade dos separatistas em fazer triunfar a sua vontade, o Primeiro-Ministro do Quebec, Jacques Parizeau, defensor da independência, lançou um novo desafio à unidade do Canadá, mas, ao mesmo tempo, dizia: “o nosso projec-

to ficou à espera, mas não por muito tempo» e, mais adiante, «acabaremos por conseguir. Teremos o nosso próprio país».

Na contagem, completa, nas 22.400 assembleias de voto, os federalistas venceram por 50,6 por cento contra 49,4 por cento dos independentistas - 2.350.657 votos contra 2.301.917 votos. Praticamente uma divisão a meio num país que é dos mais desenvolvidos do mundo, vizinho dos Estados Unidos.

O presidente norte-americano Bill Clinton terá mesmo manifestado “a sua admiração por um Canadá forte e unido e disse ao Primeiro-Ministro

canadiano que via relações continuadas e estreitas com todos os canadianos”, segundo indicação de uma porta-voz norte-americana, Jenny Terzano, ao relatar uma conversa telefónica de Clinton com Jean Chretien.

Na noite eleitoral, em Montreal e após o conhecimento dos resultados, a polícia interveio para restabelecer a ordem no centro da cidade, onde várias centenas de apoiantes do “Não” e do “Sim” se confrontavam. O caso da independência do Quebec parece, tudo o indica, não ter ficado concluído na segunda-feira.